

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM PODER, MERCADO E TRABALHO

GABRIELA DUQUE DIAS

**“UMA MUY HONROSA” PATENTE MILITAR:**  
os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)

Juiz de Fora  
2013

GABRIELA DUQUE DIAS

**“UMA MUY HONROSA” PATENTE MILITAR:**  
os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Maria Carvalho de Almeida

Juiz de Fora  
2013

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dias, Gabriela Duque .

Uma "Muy Honrosa" patente militar: : os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777) / Gabriela Duque Dias. -- 2013.  
148 f. : il.

Orientadora: Carla Maria Carvalho de Almeida

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2013.

1. Mestre de Campo. 2. Militares. 3. Poderes Locais. I. Almeida, Carla Maria Carvalho de , orient. II. Título.

GABRIELA DUQUE DIAS

**“UMA MUY HONROSA” PATENTE MILITAR:  
os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Juiz de Fora, 28 de Novembro de 2013

Banca Examinadora:

---

Dr.<sup>a</sup> Carla Maria Carvalho de Almeida – Orientador

---

Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF) – Presidente

---

Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Pereira Costa – Professor convidado

*À minha avó, Maria Aparecida, cujas paredes foram rabiscadas quando aprendi a escrever.*

*À meus pais por me permitirem chegar até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Esta não foi uma caminhada fácil. Quando saí da minha pequena Conservatória em 2006 para cursar a graduação nem mesmo imaginava chegar até aqui. Por isso, hoje, ao terminar essa importante etapa em minha vida, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada – por vezes sem saberem o quanto eram importantes nesse processo– e tornaram essa história possível de acontecer.

O interesse pelos mestres de campo surgiu ainda na graduação quando eu fazia parte do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), do qual guardo agradáveis lembranças. Por isso, gostaria de agradecer, inicialmente, a minha orientadora e amiga Carla Maria Carvalho de Almeida, por todo o apoio dedicado desde a graduação quando eu ainda era sua monitora e, posteriormente, bolsista de iniciação científica. A você, agradeço por ter sido minha primeira mestre e por ter me mostrado os possíveis caminhos a seguir. Obrigada por acreditar em mim e por me incentivar quando eu mesmo nem acreditava mais.

Agradeço ao professor Ângelo Alves Carrara, “gente da melhor qualidade”, por todas as dicas certeiras que me deu ao longo dessa dissertação, principalmente na busca por fontes. À querida Ana Paula Pereira Costa, cuja pesquisa serviu-me como fonte de inspiração e que me ajudou desde quando essa pesquisa ainda era um projeto para o processo seletivo do mestrado. Sempre tão disposta e solícita, me orientou e me deu dicas, por isso agradeço toda sua atenção e carinho.

Aos amigos da faculdade que se perpetuaram para a vida e que quero ter sempre ao meu lado, as feras queridas: Cecília Porto, Daniele Arruda, Daniel Duarte, Fernanda Gherardi, José Felipe, Thalita, Janaína, Érika, Isaías, Márcio, Caique, Bruno e Pedro, que embalaram com músicas, amor e muita alegria todos esses anos de amizade, tornando os momentos difíceis mais agradáveis. De vocês quero a certeza de que estarão sempre ao meu lado.

Aos amigos dados como presente pelo mestrado, em especial a Luana Faria, Luiz Fernando, Ivete, Tarcísio, Cristiano, Quelen e Monalisa, companheiros de estudos em Brasil Colônia, com os quais tive agradáveis e incentivadoras conversas para minha pesquisa, participei de congressos e fiz viagens imensamente agradáveis. Agradeço também pelo cuidado em me indicarem fontes, pela troca de ideias e experiências que foram, sem dúvidas, enriquecedoras. Agradeço também a Vanessa Lourenço, Alessandra Belo e Mariana Vilhena por aturarem minhas ansiedades, minhas crises e minhas ausências. Vocês foram fundamentais.

Às minhas amigas de sempre, Monique Medeiros, Cássia Souza, Larissa Ivo, Vanessa Terra, Bruna Jorge e a prima Thaís Quaglia, agradeço por sempre torcerem e acreditarem em mim e em nossa amizade, mesmo com a distância. À Bruna Jorge, agradeço em especial pelos anos felizes em nossa República em Juiz de Fora.

À Fabiana Ferraz, Amanda Cristina e Josiane Santos e Liliane Santos, minhas amigas de trabalho, agradeço pela torcida e por todo apoio para que essa fase final acabasse logo. Também agradeço aos irmãos Anderson e Andressa, o primeiro pelos gráficos e tabelas e a segunda pela revisão do material.

Aos meus pais e minha irmã Natália, que mesmo sem entenderem, por vezes, todo esse processo, tornaram todos esses sonhos possíveis. Agradeço o amor, torcida e incentivo que sempre dedicaram a mim.

Ao Natanael, obrigada pela parceria, companheirismo e cumplicidade. Sem seu amor e carinho nos momentos cruciais, toda essa caminhada seria ainda mais difícil. Seu abraço, seu sorriso e seu amor me trouxeram a paz que precisava para me manter firme.

A todos vocês, agradeço por me ouvirem e acompanharem histórias desses mestres de campo nas Minas Setecentistas. Obrigada pela amizade, atenção, amor e pela torcida.

## RESUMO

O estudo dos mestres de campo, uma alta patente militar existente tanto em Portugal como em suas colônias, é o tema do presente trabalho. O cenário escolhido para compor esta pesquisa foram as Minas setecentistas entre os anos de 1709 e 1777. Há dois propósitos a serem alcançados: o primeiro consiste em tentar entender o que significava ser um mestre de campo na sociedade mineira colonial; o segundo é demonstrar a importância da posse de patentes militares para a configuração do perfil de uma elite local. Para tanto, busquei traçar e cruzar dados que sirvam para elucidar o significado dessa patente, em suas múltiplas esferas de atuação, destacando aspectos de sua trajetória e desvendando o universo de suas ações na busca incessante desses homens por diferenciação social. Com isso, procuro mostrar como a posse de patentes militares e, no caso deste estudo, a de mestre de campo, constituiu um fator importante na configuração de uma elite local e na construção de sua legitimidade social, bem como da eficácia da manutenção da boa ordem política no Ultramar.

**Palavras- chaves:** Mestre de Campo, Militares, Poderes Locais.



## **ABSTRACT**

The study of mestres de campo, a high ranking military existing both in Portugal and its colonies is this work's theme. The scenario chosen to write this research were the Minas eighteenth century between the years 1709-1777. There are two purposes to be achieved: the first is an attempt to understand what it meant to be a mestre de campo of colonial mining company. Second, I try to demonstrate the importance of the military ranks possession for the configuration of a local elite profile. For this, I seek to trace and cross data sources required to elucidate the significance of this patent in its multiple spheres of activity, highlighting aspects of its career and unraveling the universe of its shares in relentless pursuit of these men for social differentiation. With that, I try to show how the military ranks possession and in the case of this study, the mestre de campo, was an important factor in the local elite configuration and also fundamental to the construction of their social legitimacy and effectiveness of a good political maintenance in Overseas .

**Keywords:** Mestre de Campo, Military, Local Authorities.

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Divisão dos mestres de campo levantados na pesquisa pelas tropas em que atuavam (1711-1777) 23
- Tabela 2** – Divisão das nomeações por períodos 57
- Tabela 3** – Divisão dos mestres de campo por Comarca (1711-1777) 63
- Tabela 4** – Postos militares e tropas anteriores ocupados pelos candidatos de mestre de campo 65
- Tabela 5** – Serviços prestados antes da aquisição da patente (1711-1777) 70
- Tabela 6** – Lista de conflitos em que estiveram envolvidos os candidatos a mestre de campo 73
- Tabela 7** – Cargos camarários ocupados antes da patente 75
- Tabela 8** – Frequência dos serviços prestados na condição de mestres de campo 80
- Tabela 9** – Naturalidade dos mestres de campo nas Minas setecentistas (para os quais temos informação) 92
- Tabela 10** – Indicadores da inserção político-social dos mestres de campo (1709-1777) 93
- Tabela 11** – Número de escravos utilizados por mestres de campos em seus serviços 95
- Tabela 12** – Consultas ao Conselho Ultramarino pelos mestres de campo 98
- Tabela 13** – Títulos possuídos por alguns mestres de campo 100
- Tabela 14** – Mestres de campo das ordenanças por ano e localidade 102
- Tabela 15** – Localidades e ano dos mestres de campo e sertanistas (1709 a 1777) 121

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1** – Solicitações de patente de mestre de campo 58

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A EUROPA MODERNA E A ORGANIZAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL E NAS MINAS.....</b>	<b>31</b>
1.1 REVOLUÇÃO MILITAR NA EUROPA E A ORGANIZAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA ÉPOCA MODERNA.....	31
1.2 A ORGANIZAÇÃO DO EXERCITO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA ....	35
1.3 O CONTEXTO MILITAR NO ULTRAMAR .....	40
1.4 A ORGANIZAÇÃO MILITAR .....	45
1.5 SER SOLDADO NO ANTIGO REGIME.....	51
<b>2 ALGUNS ENSAIOS SOBRE OS MESTRES DE CAMPO NAS MINAS SETECENTISTAS .....</b>	<b>55</b>
2.1 OS REQUISITOS NECESSÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DO POSTO.....	64
2.2 OS SERVIÇOS PRESTADOS PARA AQUISIÇÃO DA PATENTE.....	68
2.3 A OCUPAÇÃO DE CARGOS ANTERIORES À AQUISIÇÃO DA PATENTE.....	75
2.4 MESTRES DE CAMPO SEU PERFIL ENQUANTO JÁ OCUPAVAM O CARGO.....	79
2.5 O ASPECTO POLÍTICO DO CARGO.....	87
2.6 O PERFIL SOCIAL.....	90
2.7 A POSSE DE TÍTULOS.....	99
2.8 OS MESTRES DE CAMPO DAS ORDENANÇAS.....	101
<b>3 DESBRAVADORES DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MESTRES DE CAMPO COMO SERTANISTAS.....</b>	<b>108</b>
3.1 OS SERTÕES DAS MINAS.....	113
3.2 O MESTRE DE CAMPO MATIAS CARDOSO.....	115
3.3 O TERÇO DOS PAULISTAS.....	117
3.4 MESTRES DE CAMPO E SERTANISTAS EM MINAS.....	120
3.5 A TRAJETÓRIA DO MESTRE DE CAMPO E SERTANISTA INÁCIO CORREA PAMPLONA.....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>138</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

Os mestres de campo, uma alta patente militar existente no período colonial brasileiro, em particular, nas Minas setecentistas entre os anos de 1709 e 1777, é o tema do presente trabalho. Nele buscarei entender o significado e a importância dos mestres de campo nessa sociedade, imprimindo-lhes o reconhecimento enquanto elite local, no qual a posse das patentes militares conferia um papel de destaque na configuração desse grupo.

Alguns trabalhos recentes já vêm demonstrando a importância da posse de patentes militares como fator preponderante na configuração dessas elites. Apenas para citar alguns casos para as Minas, iremos nos debruçar sobre alguns deles: em sua tese “Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822”, a autora Carla Maria Carvalho de Almeida preocupada em investigar a “estrutura produtiva da capitania” e a “hierarquização dela decorrente” desvenda o universo das elites coloniais mineiras e dos fatores que lhes conferiam esse reconhecimento. Seus estudos nos mostram que a posse de patentes era um dos fatores fundamentais para caracterizá-los como pertencentes a elite local, e que dos 275 nomes para os quais tinha algum tipo de informação, 53% possuíam algum tipo de alta patente, um número bastante significativo.

O provimento de cargos militares era sinônimo de prestígio nas sociedades militarizadas do Antigo Regime. Sendo assim, o fato de 53,8% dos homens ricos serem detentores de patentes militares de oficiais revela que, além de abastados, eram também homens de algum prestígio naquela sociedade<sup>1</sup>.

Ainda segundo a pesquisa muitos desses homens ocupavam cargos como capitão, capitão-mor, tenente, principalmente nas Ordenanças, que funcionavam como fonte de poder local<sup>2</sup> e privilégios. Além disso, há nessa pesquisa um nome em comum com meu trabalho, Antônio Ramos dos Reis era o homem de maior fortuna entre os homens ricos e veio a se tornar um importante mestre de campo.

Outro trabalho de destaque é o de Simone Cristina de Faria que, visando desvendar o perfil e a inserção social dos cobradores de quintos em Mariana setecentista,<sup>3</sup> afirma que a

<sup>1</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens Ricos, Homens Bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822. Tese de doutoramento, PPGH-UFF, Niterói, 2001. p. 258.

<sup>2</sup> MONTEIRO, Nuno. Os concelhos e as comunidades. IN: HESPANHA, António Manuel (Org). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores: 2003.

<sup>3</sup> FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”**: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

posse de patentes militares era um fator preponderante para a caracterização desse grupo e um importante indicativo de qualidade e distinção, tão importantes para uma sociedade de Antigo Regime. Em sua pesquisa, a autora destacou que 68% dos cobradores dos quintos possuíam algum tipo de patente militar, sendo que a maioria delas correspondia às mais altas patentes militares das milícias e ordenanças, tais como a de mestre de campo e tenente em 1,47% dos casos, coronel, tenente-coronel e capitão-mor (4,41%), sargento-mor (22,06%) e capitão (50%) e apenas o de alferes, em 11,76% dos casos que correspondia a um oficial de baixa patente.

Tendo em vista tudo isso, a posse de patentes militares pelos cobradores dos quintos, e com ela obviamente o controle de uma escolta de homens armados, seria, pressupomos, instrumento indispensável para o bom cumprimento da tarefa da coleta do ouro e do possível acalmar de ânimos em caso de recusa de pagamento do quinto. Uma possível desobediência poderia ser melhor aplacada por homens que detinham a função da arrecadação combinada a uma função militar que, por sua vez, lhe oferecia instrumentos e recursos para que desempenhassem suas funções<sup>4</sup>.

Vale citar, também, na esfera religiosa, o estudo de Cristiano de Oliveira Souza<sup>5</sup> que, ao analisar a posse de patentes militares pelos homens eleitos para a Ordem Terceira de São Francisco em Vila Rica, obteve o número de 32,2 %. Em um universo de 289 irmãos da dita ordem religiosa, novamente ganham destaque os oficiais de alta patente, dentre eles sargento-mor (2,1%) e capitão mor (1%), capitão (11,1%), coronel (3,8%) e tenente coronel (0,7%). Se restringirmos a análise para os homens que ocuparam o cargo de Ministro, um dos mais importantes para a instituição religiosa, o número de homens com posse de patente militar em um universo de 60 nomes é de 32, ou seja, 53,3% do total. Com destaque para os oficiais de alta patente: posto de capitão (15 nomes), coronel (7) e sargento-mor (3).

Também não podemos deixar de mencionar o trabalho de Ana Paula Pereira Costa, que foi fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa. Em um estudo detalhado sobre o perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças na Comarca de Vila Rica entre os anos de 1735 a 1777, a autora aborda uma série de aspectos importantes desse corpo de oficiais que vão desde as hierarquias, contingentes e disposição nas tropas até dados que fornecem informações importantes sobre o perfil social desse grupo, como matrimônio, a posse de títulos, a ocupação de cargos, bem como as suas estratégias na construção de sua autoridade e

---

<sup>4</sup> Idem. p.101.

<sup>5</sup> SOUZA, Cristiano de Almeida. **Os membros da ordem terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica.** Prestígio e poder nas Minas (século XVIII). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Dissertação de Mestrado. p. 108-110.

sua configuração como pertencente ao quadro das elites locais.<sup>6</sup> Fornecendo preciosas informações, esse trabalho serviu como fonte de inspiração para a realização da minha pesquisa.

Mas qual a natureza de cada posto ocupado? O que significa cada uma dessas patentes? O que diferencia um alferes, um capitão, um sargento e um mestre de campo, em suas funções militares e sociais? Para Jorge Pereira da Cunha,

Um dos maiores problemas que um genealogista encontra ao lidar com registros dos séculos passados, como os dos séculos XVIII e XIX, mas também até mesmo com alguns do início do século XX, é a profusão e generalidade dos títulos e postos militares que recebiam os nossos antepassados. Havia Capitão-Mor e havia Capitão-Mor, havia Coronel e havia Coronel, havia Mestre de Campo e havia Mestre de Campo, havia Tenente-Coronel e havia Tenente-Coronel, havia Sargento-Mor e havia Sargento-Mor, havia Capitão e havia Capitão, havia Tenente e havia Tenente, havia Alferes e havia Alferes, etc. , etc. e ficamos sem entender o significado desses títulos e postos. Seriam todos esses titulares oficiais do Exército? Mas será que havia um Exército? E o que eram as Tropas Pagas? E o que eram os Dragões? E o que eram os Auxiliares? E o que eram as Milícias? E o que eram as Ordenanças? E o que era a Guarda Nacional? E o que eram os Pedestres? E o que eram Caçadores? E o que eram ... ? Essas são perguntas para as quais temos pouca ou nenhuma resposta, porque a maioria das pessoas faz até mesmo questão absoluta de ignorar o significado desses títulos e postos, julgando que eles não têm importância, que esclarecem pouco ou nada sobre a pessoa titulada, opinião essa que se constitui em um redondo engano e atitude essa conformista e nada produtiva.

7.

Todos aqueles que já se debruçaram sobre temas relacionados a esse período talvez tenham tido o mesmo estranhamento que o autor. Afinal, muito pouco se sabe sobre cada uma dessas patentes, de suas funções e atividades. Sendo assim, com este estudo pretendo contribuir para o entendimento da patente de mestre de campo, demonstrando a importância da posse de patentes militares como um dos mecanismos usados por esses homens para conseguirem se destacar na hierarquia social. Esse é um estudo que julgo pertinente e que traz contribuições significativas para a história militar e social do século XVIII além, é claro, de corroborar pesquisas como as citadas acima.

Para compor esta análise, escolhi as Minas setecentistas em suas diferentes comarcas: Rio das Mortes, Rio das Velhas, Vila Rica e Serro Frio, abarcando os anos mais pulsantes de

<sup>6</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado.

<sup>7</sup>FILHO, Jorge da Cunha Pereira . **Tropas Militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX**. Disponível em: [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html). Acesso em: 02 de fevereiro de 2013.

sua economia, desde a organização das forças militares até o fim do governo do Marquês de Pombal, qual seja, 1709 a 1777. Gostaria de ressaltar que os aspectos econômicos, políticos e sociais levantados aqui não levaram em consideração a realidade de cada comarca especificamente, mas trataram das Minas em sua totalidade. A escolha em trabalhar toda a capitania foi uma exigência da própria pesquisa, os números encontrados após o levantamento impediriam uma divisão por comarcas, já que eram insuficientes para uma caracterização desse grupo e para o trabalho que proponho se fossem separados. Por isso, optei por manter o recorte espacial para todo o território mineiro. Tal escolha não foi fácil, sobretudo pelas necessidades de deslocamentos para diversas cidades mineiras em busca de fontes em vários arquivos, algo trabalhoso para o curto tempo de elaboração da dissertação, apenas dois anos, mas que sem dúvida, trouxeram-me importantes conhecimentos no contato com novos tipos de fontes e arquivos, tão necessários ao ofício de um jovem historiador.

Já a opção pelo recorte temporal partiu, de um lado, da vontade de responder a alguns questionamentos e de outro, por uma demanda imposta pela própria documentação. Por exemplo, será que houve alguma alteração na caracterização do grupo ou no tipo de serviços prestados ao longo dos anos? Para perceber isso, se fazia necessário contrapor duas realidades. Dessa forma, não podia deixar de lado os anos mais fulcrais da história das Minas, da descoberta do ouro e das mudanças impostas por ele. De igual importância se fazia necessário analisar as transformações que marcaram a região na segunda metade do século XVIII, uma de ordem econômica e outra política, quais sejam, a mudança do eixo econômico da mineração para as atividades de abastecimento do mercado interno e a presença do Marquês de Pombal à frente da Coroa Portuguesa era de fundamental valor. Além disso, ao organizar as fontes pude perceber que, foi para a primeira metade dos setecentos que encontrei o maior número de registros. Minha preocupação é entender até que ponto tais transformações influenciaram na caracterização do perfil dessa elite militar e social, bem como no tipo de serviços que prestavam me levaram à opção por este recorte cronológico.

Seguindo os percursos da historiografia ao longo dos séculos XIX e XX, podemos perceber que a história militar passou por uma série de renovações, tais como a história social, política, e econômica. “Muito embora o estudo da guerra seja um dos gêneros mais antigos da historiografia, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, a história militar foi negligenciada, sobretudo a partir da década de 1950, quando houve a prevalência contundente de diversos



estruturalismos, dentre eles, o marxismo”<sup>8</sup>. Nesse momento, por influência da escola francesa, buscou-se tratar de temas baseados em análises na longa duração, com fontes possíveis de quantificação, em que não havia espaço para abordagens feitas em nível dos eventos, na curta duração, como era o caso da história política, e também a militar, até então.

Nos anos 70, devido, principalmente, à aproximação entre a história e outras ciências, como a antropologia, novos métodos, objetos e abordagens puderam ser aplicados à historiografia e trouxeram mudanças significativas em diversas áreas do saber histórico. A história militar não ficou fora desse processo, sua renovação e compreensão iniciou-se com os historiadores anglo-saxões como George Parker e I. A.A Thompson<sup>9</sup> e, atualmente, se fala em uma “Nova História Militar”. Dentre as propostas dessa corrente está a de prestar grande atenção à interação entre forças armadas e a sociedade a partir da ideia de que, seja no período colonial ou no século XIX, “os soldados encontravam-se intimidamente ligados à sociedade civil<sup>10</sup>”. Nesse ínterim, foi lançada em Portugal, em 2003, uma série dividida em três volumes<sup>11</sup>, conhecida como *Nova História Militar de Portugal*<sup>12</sup> coordenada por António Manuel Hespanha, cujo objetivo não era apenas tratar de novos temas relacionados à história militar, como também de tratá-los de maneira diferente, conforme às novas propostas. No Brasil, em 2004, o livro *Nova História Militar Brasileira*, organizado por Celso Castro, Vítor Izecksohn e Hendrik Kraay, é totalmente dedicado a essa temática, desde a colônia até finais do século XX. As pesquisas abordadas “estudam a origem social, os vínculos de sociabilidade, as operações formais e informais das hierarquias, os castos de progressão e punição operantes nos quartéis e destacamentos de todo o país<sup>13</sup>”. Sendo essas duas obras grandes referenciais para quem se debruça sobre o tema.

A “Nova História Militar” vinha, sobretudo, criticar a história militar tida como “tradicional” e seu modelo de culto aos grandes heróis tratados como bons exemplos para as gerações posteriores, assim como a descrição densa de algumas batalhas sem problematização ou reflexão. Outra preocupação dessa corrente é propor também uma nova abordagem sobre a

<sup>8</sup> MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil, estudos de história militar na idade moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 13

<sup>9</sup> Ibidem. p.16. Ver também: PARKER, George. **The Army of Flanders and the Spanish Road**. Cambridge: University of Cambridge, 1972. \_\_\_\_\_. **The military revolution**. Cambridge: University of Cambridge, 1988. E THOMPSON, I. A. A. **War and government in Habsburg Spain**. London: Athlone Press, 1976.

<sup>10</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor ; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 12

<sup>11</sup> Cada um refere-se a uma época, o volume I a época medieval, o volume II a era moderna e o volume III a contemporânea.

<sup>12</sup> HESPANHA, António Manuel (Org). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores: 2003.

<sup>13</sup> CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vítor e KRAAY, Hendrick (org). Op.cit, p. 12

guerra. Para estudá-la, seria preciso estar atento ao fato de que “a história da guerra, assim como a própria história, não é um fenômeno linear e universal, ela tem uma historicidade que varia de acordo com a temporalidade e, mais ainda, possui um significado diferente nas diversas culturas produzidas pela humanidade”<sup>14</sup>. Com isso, já é consenso entre os historiadores que se torna inviável estudar a guerra sem levar em consideração os seus vínculos com a sociedade e a cultura, por exemplo.

Desde então, a história militar vem conquistando um número cada vez maior de adeptos e novas pesquisas atinentes a essa área vêm sendo desenvolvidas nos programas de pós-graduação de todo o país<sup>15</sup>. No que diz respeito ao período colonial, essa renovação historiográfica serviu também para aprimorar o próprio entendimento do Império Português e da formação do estado moderno luso a partir da noção deque, através dos aspectos militares, refina-se o conhecimento dos laços entre centro e periferia. Muitas pesquisas brasileiras vêm destacando cada vez mais a capacidade, por exemplo, dos poderes locais em se impor frente ao Estado Português<sup>16</sup> e tem sido muito ressaltado o papel dos militares no processo de colonização da América Lusa.

A historiografia do período colonial, assim como a história militar, foi progressivamente sendo revista. No entanto, não cabe relatar o passo a passo de todo esse processo já diversas vezes tratado por diferentes estudiosos, mas gostaria de ressaltar alguns pontos e conceitos que serão fundamentais para esse trabalho. Dentre as novas abordagens dessa renovação historiográfica foi destacado, e ainda vem se destacando cada vez mais, o papel e a importância dos poderes locais enquanto um espaço de negociação com o Rei. Com essas ideias, novos elementos passaram a ser considerados nos estudos acerca do processo de centralização do Estado: os súditos e as instituições em que atuavam, as quais de meros

<sup>14</sup> WEHLING, Arno. “**A pesquisa de História militar Brasileira**”. In: Revista da cultura. Rio de Janeiro: exército brasileiro, ano I, nº 1, jan/jul 2001, p.35-38.

<sup>15</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade**. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado. SILVA, Kalina Vanderlei, **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001. , Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América**. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado. COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões: universo militar luso – brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: UFMG. Tese de doutorado. MOREIRA, Luiz Guilherme S. **Navegar, lutar, pedir e receber: o perfil e as concorrências dos capitães de fortalezas de Santa cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro**. UFRJ, 2010, dissertação de mestrado. LOUREIRO, Marcelo. **A gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Português, formação de interesses e a formação da política lusa para a Prata (1640-1705)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Dissertação de mestrado. GOMES, José Eudes. **As milícias Del Rey: as tropas militares e poder no Ceará setecentistas**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

<sup>16</sup>MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. LOUREIRO, Marcello José Gomes. Op. cit, p.22.

executoras dos interesses régios passaram a ser consideradas enquanto instâncias com as quais o poder monárquico precisava negociar. Assim, se delineou a importância das periferias e de suas elites para a estruturação destes Impérios<sup>17</sup> ao atentar para a limitação dos poderes régios a partir da emergência de grupos locais com interesses próprios<sup>18</sup>.

Estas afirmativas vêm contestar a noção de um poder absolutista unilateral, ao chamar a atenção para o fato de que o poder real nestas sociedades era partilhado com outras instâncias de poder como: Família, Igreja, as redes de amigos e familiares. Segundo esta perspectiva as elites locais se destacam como uma esfera capaz de negociar com o rei visando atender seus próprios interesses e não acatar simplesmente suas ordens. Para António Manoel Hespanha o Estado Português da Era Moderna deve ser entendido a partir da noção de uma Monarquia Corporativista<sup>19</sup> em que cada indivíduo ou instituição pode ser considerado como parte de um todo, cujos papéis eram muito bem definidos e cuja cabeça desse sistema era ocupada pelo Rei. Assim, “o poder era por natureza repartido e traduzia-se na autonomia político jurídica dos corpos sociais”<sup>20</sup>. Ao rei caberia atribuir a cada parte aquilo que lhe é característico, garantindo seus privilégios e direitos. Assim a própria governabilidade passava pela atuação destes homens e “a efetivação do poder régio estava associada à constituição dessas poderosas elites locais”<sup>21</sup>.

Outro ponto a ser destacado é a noção de “economia de mercês”<sup>22</sup>, analisada por exemplo por António Manuel Hespanha e Maria de Fátima Gouvêa e que tinha um papel central na extensão da autoridade real pelo Império Ultramarino. O sistema de mercês teria tido origem nas guerras de reconquista da Baixa Idade Média, período em que o Rei, para recompensar a aristocracia pelos serviços prestados, concedia alguns benefícios como privilégios e terras. Com a conquista de novas áreas pelas Coroas europeias, esse sistema de retribuição foi transplantado para suas colônias em que “a Coroa concedia postos administrativos e militares (governador, provedor da fazenda...) que podiam proporcionar

---

<sup>17</sup> RUSSEL WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso brasileiro, 1500- 1808**. In: Revista Brasileira de História. Vol.18, n.36, 1998.

<sup>18</sup> Ver: HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: **O Antigo Regime nos Trópicos**.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> O entendimento desse sistema de mercês foi possível devido as aproximações da historiografia recente com noções derivadas da antropologia, sobretudo com as ideias de Marcel Mauss e de sua “economia do dom.” Seus estudos serviram de base para as ideias de António Manuel Hespanha e Maria de Fátima Gouveia. Sobre o assunto ver: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

além dos vencimentos privilégios mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e direitos alfandegários”<sup>23</sup>.

Além disso, o Rei deveria possuir uma série de virtudes, tais como piedade, clemência, liberalidade, justiça, prudência, magnanimidade, visando sempre a melhor maneira de governar. Para Fernanda Olival, dentre todas essas características, sobressai-se a liberalidade, ou seja, o ato de dar. Tal conceito consistia em uma maneira eficaz de despertar a fidelidade dos súditos. O rei que não doava algo a seus súditos poderia aproximar-se da avareza, que deveria manter distância.<sup>24</sup>

Sendo assim, ele deveria remunerar os serviços prestados pelos seus súditos inclusive os de além-mar, reforçando os laços de pertença e sujeição dos vassallos possibilitando com isso a governabilidade das colônias. Segundo esta noção o Rei tinha o direito de dar, mas também de retirar as mercês concedidas, e por isso era necessário uma constante confirmação das doações reais. A prática de recompensar os serviços era frequente dentro deste tipo de sociedade e o agraciado poderia até muitas vezes transferir sua patente formando assim um verdadeiro “mercado de privilégios”. Os atos de "dar, receber, restituir" cimentavam as relações estabelecidas nas sociedades de Antigo Regime e tornava possível a formação de extensas redes clientelares<sup>25</sup> que organizavam o próprio tecido social. As relações eram assimétricas, e perpassavam toda a sociedade tendo como polo superior o rei. Era através da concessão de graças e mercês, portanto, que o soberano estendia suas redes por todo o reino, reforçando os laços de sujeição e pertença dos seus súditos. Todavia, as elites coloniais também se aproveitavam deste mecanismo para manter e/ou alcançar posições privilegiadas no seio da sociedade colonial.

Nesse sentido, a "economia política de privilégios" serviu como mecanismo de extensão da autoridade real por todo Império Ultramarino Português, possibilitando a governabilidade das colônias. Por outro lado, ampliava as redes de relacionamento de seus súditos, seu prestígio e importância dentro da sociedade. E os serviços prestados ao Rei serviriam como moeda de troca na busca incessante desses homens por diferenciação social.

---

<sup>23</sup> FRAGOSO, João Fragoso. **Anobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. (séculos XVI e XVII)**. IN: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: v.1, p. 45-122, 2000, p.69.

<sup>24</sup> OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001, p.15-17.

<sup>25</sup> XAVIER, A.B. e HESPANHA, Antônio M. **As Redes Clientelares**. In: José Mattoso (dir) História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1998, v.4 – O Antigo Regime (1629 – 1807).

Cimentando todas as relações sociais essas perspectivas estariam em funcionamento também no que tange nas questões militares, sendo um amálgama de todas as práticas que se estabeleciam nessa sociedade. A Coroa Portuguesa era extremamente dependente de seus súditos para a efetivação do processo de colonização. Diante da falta de recursos para arcar com os altos custos da empresa colonizadora, o ônus financeiro ficava muitas vezes a cargo das elites locais. Ao analisar a formação da elite baiana no processo de colonização do Brasil, Rodrigo Ricúpero afirma: “A Coroa utilizava recursos financeiros particulares para viabilizar seus projetos, sem que lhe coubesse nenhum ônus, cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos<sup>26</sup>”. Foram também tais benesses a base do patrimônio econômico que levou à configuração da elite baiana colonial. Ao associar a elite ao governo, além de dividir os gastos da colonização, Portugal reforçava seus lados de solidariedade garantindo fidelidade à metrópole. Também para João Frago, ao analisar a nobreza carioca, “diante das dificuldades econômicas do Reino e do Império, a Coroa teve de recorrer a conhecidos mecanismos do medievo luso: os recursos de seus vassallos, no caso, das elites coloniais americanas, e o sistema de mercês<sup>27</sup>”.

Em troca desses serviços prestados, como vimos, esses indivíduos recebiam uma série de benefícios, tais como patentes, cargos e títulos, requisitos fundamentais no processo de diferenciação social. Tal sistema de troca fazia com que esses indivíduos passassem a ser denominados como os “principais da terra,” aqui entendidos como aqueles homens com capacidade de mando e que se mostravam totalmente desejosos de títulos e honras. Também se destacavam pelos bens que possuíam, pelas patentes militares que ostentavam ou pelos cargos da administração colonial que ocupavam.

Para Maria Fernanda Bicalho, o aspecto militar sempre esteve presente na colonização, seja pela preocupação com a conservação e defesa do território – fator primordial no que se refere às questões administrativas, e a cargo da militarização dos colonos reinóis e naturais –, seja pelo esforço de obediência dos súditos à autoridade de seus governantes, representantes da soberania no além-mar<sup>28</sup>. Para a autora, uma das chaves explicativas da relação entre metrópole e colônia foi a guerra, pois ela fundamentou toda a lógica do sistema colonial, uma vez que foram:

---

<sup>26</sup> RICÚPERO, M. Rodrigo. **Honras e Mercês**: a criação do governo Geral e a formação de elite colonial, texto apresentado no Simpósio Regional da ANPUH (núcleo São Paulo) em 2002.

<sup>27</sup> Idem

<sup>28</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**: O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 352

[...] os súditos coloniais os responsáveis pelos altos custos da manutenção do Império e recaia sobre suas rendas ou sobre as rendas arrecadadas pelas câmaras a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento das tropas e guarnições, bem como o reparo de fortalezas e a manutenção das armadas em situações especiais ou em momentos de ameaça concreta [...]<sup>29</sup>

Assim, estar atento aos aspectos militares favorece não só o entendimento do elo entre Portugal e suas periferias, mas permite entender também a própria formação do estado moderno português. Dessa maneira, podemos perceber que a história militar caminhou de mãos dadas com o processo de renovação historiográfica, entendendo que a guerra está totalmente integrada à sociedade, bem como o papel dos militares como um fator preponderante para a aquisição de mercês, conquista de reconhecimento social e formação do que se denominou de elite local.

Não era novidade que desde o início da colonização, Portugal vinha tentando descobrir ouro nas suas terras do ultramar. Nos finais do XVII esse desejo ainda persistia e por volta de 1674 as bandeiras de Fernão Dias e seus desdobramentos, somadas às pesquisas minerais levaram à constatação de que na região das Minas havia ouro em quantidade satisfatória para sua extração lucrativa. Assim, o século XVIII iniciara para a Coroa Portuguesa com a notícia da descoberta do tão esperado metal precioso que traria junto de si uma série de transformações na organização da estrutura colonial.

Com grande afluxo populacional direcionado a região, motins e rebeliões se tornaram constantes, tais como, a Guerra dos Emboabas, os alvoroços que envolveram o Conde de Assuma e a Revolta de Vila Rica. Tais impasses colocados para a administração da conquista, levam a Coroa a tentar implementar mecanismos mais seguros de controlar revoltas, impedir os descaminhos do ouro, aumentar a fiscalização e, sobretudo, buscar uma maneira mais eficiente de arrecadação.

A prestação desses serviços passava obrigatoriamente pela arregimentação dos súditos coloniais, obrigados a pegar em armas e a servir ao Rei sempre que necessário, atendendo a seus interesses no Ultramar. Para Portugal era fundamental instalar nas Minas um aparato capaz de conquistar e defender territórios em nome da Coroa e assim proporcionar a governabilidade portuguesa nos trópicos. Sendo assim, é implementada nas Minas, seguindo os mesmos moldes de Portugal e de outras partes do Império, a organização militar que se estruturava da seguinte maneira: Corpos Regulares (tropa pagas ou de primeira linha),

---

<sup>29</sup> Idem

Ordenanças e o Corpo Auxiliar (milícias),<sup>30</sup> ambas tinham por objetivo auxiliar as tropas de linha em caso de necessidade.

Os corpos regulares ou tropas pagas correspondiam ao exército do Estado, era formada por soldados treinados e disciplinados, sendo também a única força que recebia soldo da Fazenda Real. Correspondiam ao exército “profissional” tanto no Reino como no Ultramar. Estavam permanentemente sob armas e era com elas que se empreendiam as operações de grande guerra. Na Colônia a maioria de seus regimentos eram portugueses e encontravam-se sempre desfalcada e reduzida em seus efetivos, sendo necessário muitas vezes recrutar os soldados localmente<sup>31</sup>. Eram divididas em terços e companhias cujo comando pertencia a fidalgos de nomeação real. Cada terço era comandado por um mestre de campo e seus membros sujeitos a regulamentos disciplinares<sup>32</sup>.

Para completar a organização militar estariam as ordenanças e milícias, de serviços não remunerados, em que deveriam estar engajados todos os homens militarmente válidos. Eram compostas por moradores, geralmente pequenos agricultores, que em caso de necessidade bélica deveriam largar suas atividades e servir ao Rei. Diferentemente das Ordenanças, as Milícias podiam se deslocar de sua base territorial para prestar auxílio as tropas pagas ou para substituí-la quando fosse necessário, por isso seus soldados deveriam estar sempre em armas e disciplinados, sendo mobilizados em caso de alguma necessidade bélica. Eram formadas pelos excluídos do recrutamento das forças regulares: filhos de viúvas, lavradores e homens casados e seus terços comandados por um mestre de campo. Deve – se observar que o título de mestre de campo era atribuído aos comandantes do Terço de Infantaria, enquanto o título de coronel era atribuído ao comandante do terço da cavalaria.<sup>33</sup> No Brasil a designação infantaria ou cavalaria era aplicada somente aos corpos militares Regulares e Auxiliares (Milícias).

---

<sup>30</sup> A respeito da organização das tropas verem: COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado. SILVA, Kalina Vanderlei, **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001. Ver Também: SALGADO, Graça. (ORG) **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado. Sobre a organização militar em Portugal: HESPANHA, António Manuel (Org). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores: 2003.

<sup>31</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. Forças Militares no Brasil Colonial. In: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Op. cit. p. 105.

<sup>32</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. Op. Cit. P. 18

<sup>33</sup> Idem. p. 18

Os terços de auxiliares deveriam ser compostos pelos homens mais capazes escolhidos na população civil, que dispunham de razoável instrução, armamento, e disciplina militar”<sup>34</sup>. Uma característica importante atribuída às Tropas Auxiliares no período era a que de todas as forças recaía sobre elas uma maior responsabilidade na defesa do território. “Eram tropas capazes de maiores deslocamentos, constituindo-se e uma força mais apta para a defesa regional, em qualquer ponto da capitania que se fizesse necessário.”<sup>35</sup> Uma de suas obrigações era proteger as fronteiras, e acudir-las sempre que necessário. Essas forças devem ser entendidas como um espaço de atuação do poder local e que através dos laços de interdependência firmado entre esses indivíduos e o poder metropolitano, garantia-se a governabilidade régia no ultramar. Para entendermos isso, na prática, torna-se essencial uma análise dos homens a que cabiam seu comando.

Já as Ordenanças estavam organizadas em cada cidade ou termo de vila sendo chefiada por um capitão. Nela estavam engajados todos os homens com idade entre 18 e 60 anos, ainda não recrutados nas tropas pagas e milícias. Também não recebiam soldo, eram convocados em caso de necessidade bélica e estavam organizadas em terços e companhias, divididos entre “homens de pé” e “homens de cavalo” hierarquizados segundo a cor, em tropas de brancos, pardos e negros<sup>36</sup>. De acordo com a legislação e com a tradição lusitana, não haveria Ordenanças de homens de cavalo formadas por pardos ou negros libertos. As Ordenanças de homens de cavalo eram destinadas aos brancos.

Ambas eram as forças que mais envolviam a participação dos súditos coloniais e as mais usadas pela Coroa devido a má organização da estruturação militar profissional, “as tropas compostas pelos colonos e não profissionais eram muito utilizadas pela Coroa para o serviço que devia ser de suas tropas”<sup>37</sup>. Além disso, a descoberta do ouro nas Minas ao mesmo tempo em que proporcionou o enriquecimento de Portugal, trouxe também uma série de mudanças administrativas a fim de organizar, policiar e controlar a região. Para tal, seria imprescindível a instalação de forças militares capazes de defender este território. Em uma região marcada pela “alta densidade populacional, elevados índices de violência, inúmeras jazidas de riquezas naturais e considerável imensidão territorial seria impossível para os Dragões, a Tropa Regular das Minas, desempenharem de maneira eficiente suas missões, se

<sup>34</sup> MELLO, Cristiane F. Pagano de. Op.cit, p. 107

<sup>35</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América**. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado. p.107

<sup>36</sup> COTTA, Francis. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII**. Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br>. Acesso em: 12/05/2013

<sup>37</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001. p. 4



não fosse pelo auxílio dado pelos Corpos Auxiliares e de Ordenanças.”<sup>38</sup> Também há muito já se tem destacado a atuação das ordenanças e milícias no processo de colonização nas Minas, controlando a população e auxiliando na repressão interna, no combate a índios, quilombolas e vadios, além do valor pedagógico que assumiam ao mostrar a cada colono o seu lugar na ordem da sociedade.

No entanto é necessário ter cuidado com algumas definições, sobretudo a diferenciação entre ordenanças e milícias, devido ao excesso de generalidade com que alguns desses termos vêm sendo tratados pela historiografia.

Em termos de terminologia muito se confunde entre essas duas forças militares. Como vimos ambas eram denominadas de tropas auxiliares, pois deveriam servir de apoio as tropas pagas. Por isso, há diversas referências das ordenanças como tropas auxiliares, o que está correto também, afinal, elas também eram caracterizadas assim. Porém, com o tempo, a denominação de tropa auxiliar acabou servindo para designar mais as milícias do que as ordenanças. Nessa pesquisa, as fontes consultadas usaram majoritariamente o termo tropas auxiliares. O exército português ficava organizado então entre tropas pagas, ordenanças e tropas auxiliares ou Milícias. Sendo que os Auxiliares passaram a ser chamados de Milícias e seus comandantes, os mestres de campo, passando a denominar-se coronéis, após 1793, daí as duas denominações para a mesma força.

Pois bem, nesse momento se faz necessário observar os dados levantados de modo a entender algumas peculiaridades do caso mineiro que irão compor esse estudo. A lista nominal elaborada por mim através de informações retiradas do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público Mineiro chegou a um total de 53 mestres de campo, localizados nas diferentes comarcas e atuando nas três forças responsáveis pela defesa do território, quais sejam, Tropas Pagas, Tropas Auxiliares e Ordenanças. Os nomes foram primeiramente organizados segundo a tropa em que atuavam como demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 1** – Divisão dos mestres de campo levantados na pesquisa pelas tropas em que atuavam (1711-1777)

Tropa	Frequência	%
Tropas Pagas	3	5,66%
Ordenanças	6	11,33%
Milícias	41	77,35%

<sup>38</sup> COSTA, Ana Paula. Op. cit. p. 44.

<b>Tropa</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sem informações	3	5,66%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

De acordo com os resultados podemos perceber que a grande maioria desses oficiais, 77, 35% deles encontrava-se nos terços dos Auxiliares, seguidos de 11,33 % nas Ordenanças e apenas 5,66% nas Tropas Pagas, que nas minas eram conhecidas como Companhia dos Dragões. No que diz respeito ao recorte espacial, se fosse separá-los por comarcas, os números seriam pouco expressivos, e por isso, como dito, optei por trabalhar toda a capitania de Minas.

Porém alguns dados merecem ser destacados. Pela documentação foi possível perceber que há relatos destes homens atuando em todas as forças responsáveis pela defesa do território nas Minas, inclusive nas ordenanças, fato que não se observa em Portugal. Segundo a literatura portuguesa a hierarquia militar das ordenanças estaria dividida entre os oficiais de alta patente: capitão mor, sargento-mor e capitão e os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta estandartes e tambor<sup>39</sup>, o que não inclui a presença de homens com a patente de mestre de campo. Porém como os dados mostraram, há alguns relatos desses homens atuando nessa força militar nas Minas. Ao longo do trabalho tentaremos levantar alguns argumentos que sirvam para justificar essa peculiaridade.

Diante de tal curiosidade, analisaremos aqui os mestres de campo de toda a organização militar, ou seja, presente nas três tropas, embora saiba que oficialmente essa patente corresponde aos comandantes apenas das tropas pagas e Milícias. Meu compromisso nessa pesquisa é tratar a patente, ou o conjunto de homens que se denominaram como mestres de campo, em que o foco é o grupo em sua totalidade e em seus diversos aspectos.

Este trabalho busca desvendar os homens que ocupam a patente. Suas vidas e suas histórias ocupam uma parte dessa dissertação, por merecerem ser lembradas, e também porque não poderiam ficar ocultos atrás de tabelas, números e gráficos. Afinal, suas vidas misturam-se a história do ouro e de seu descobrimento, sendo protagonistas na construção das Minas ao longo do século XVIII. Eles defenderam os interesses do Rei, atuando na conquista, defesa e manutenção dos territórios conquistados no além-mar, realizaram prisões, abriram estradas, cobraram os quintos, defenderam o território de invasores estrangeiros, mas também

<sup>39</sup>PEREIRA, C. Ana Paula. Op. Cit, p. 19.

se revoltaram e defenderam seus interesses, que nem sempre eram os mesmos do Rei. Alguns foram líderes emboabas, outros atingidos indiretamente pela sedição de Vila Rica, sertanistas, desbravadores dos sertões. Outros foram conhecidos por sua crueldade, bravura e empenho no combate aos gentios, e muitos pelo empenho no serviço de sua majestade. Suas biografias serviram para trazer a tona parte da atmosfera colonial, suas complexidades, suas histórias e seu funcionamento. Por fim, se faz necessário entender a complexidade dessa organização militar tão permeada pelas regras sociais em que seus comandantes para além de suas funções militares ansiavam ocupar cargos na Câmara, administrar a justiça, conquistar, defender, colonizar, em uma série de mútuos compromissos com o Rei e visando ampliar seu status social. Suas trajetórias serviram para compreensão da sociedade que se formava na América e do próprio Império Português.

\*\*\*

Do ponto de vista metodológico busquei perceber, por exemplo, quais eram os requisitos necessários para ocupar tal posto, se este favorecia ou não a aquisição de novas mercês e patentes, a ocupação de novos cargos na administração, fazenda ou câmara e a posse de títulos. A origem desses homens, a trajetória militar anterior, os tipos de serviços prestados ao Rei e se havia alguma tarefa específica realizada apenas pelos mestres de campo foram aspectos abordados.

É principalmente através da comparação que os indivíduos são examinados buscando-se as semelhanças e diferenças existentes entre eles. Daí a preferência por fontes que fossem capazes de fornecer informações detalhadas sobre a vida do maior número possível de homens e que também possibilitassem a comparação e a quantificação. Com isso espero perceber as funções da patente e a inserção social desses indivíduos enquanto elite local, visto que, a preocupação do método é o grupo e não o indivíduo.

Pelo fato de não haver uma série documental completa para a análise que me propus precisei consultar diferentes tipos de fontes de forma a responder de maneira mais consistente as perguntas de minha pesquisa. O ponto de partida foi uma lista nominal elaborada por mim a partir de informações recolhidas em dois arquivos indispensáveis para aqueles que estudam Minas no seu período colonial: o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Histórico Ultramarino. Na busca por nomes, vasculhei primeiramente as cartas patentes de nomeação ao posto de mestre de campo, presentes na Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, doravante APM.

A busca pelas fontes, sobretudo no APM, não foi fácil, principalmente porque há uma infinidade de documentos e de maneiras de procurá-lo. Por isso optei aqui, por descrever passo a passo dessa empreitada, esperando que sirva para auxiliar posteriores trabalhos. Não acredito que essa seja uma tarefa em vão, afinal, marcaram os percursos e, sobretudo as dificuldades encontradas ao longo dos levantamentos. Primeiramente é importante ressaltar que toda essa documentação encontra-se disponível no site do arquivo<sup>40</sup> e foi via internet que a procura pelos nomes e as leituras dos documentos foram realizadas. Pois bem, ao acessá-lo, basta procurar pelo fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)<sup>41</sup> e depois pelo “inventário do fundo da seção colonial”, que possui um sistema de busca organizado por datas e pelo tipo de documento, como cartas de sesmarias, cartas régias e, nesse caso, cartas patentes, etc. É possível nesse inventário, encontrar todos os livros da seção que possuem registros de cartas patente, porém cada livro corresponde a uma infinidade de documentos, tais como: alvarás, arrematações, atestados, atos régios e do governo da capitania, avisos, bandos, cartas patentes, cartas de sesmarias, cartas régias, cartas de nomeação, certidões, decretos, despachos, ofícios, leis, ordens, portarias, provisões, regimentos, requerimentos, termos etc. Localizados os livros da seção colonial que possuíam as cartas patentes, o próximo passo foi procurá-las nessa diversidade de documentos que compõem cada um<sup>42</sup>. Esse foi um trabalho demorado e exaustivo, pois foram vários livros analisados e em cada um, precisei analisar folha a folha e documento por documento para encontrar as cartas patentes. Finalizada essa etapa, cheguei a um total de 52 mestres de campo, localizado nas diferentes comarcas mineiras e forças militares em um conjunto de cartas patentes que estavam em sua maioria legíveis, todas elas possuem um padrão e é possível retirar informações como a tropa e a localidade em que atuavam, sua trajetória militar anterior, os serviços prestados a Coroa, o tempo de serviço, os cargos administrativos ocupados por eles, entre outros. Os nomes

---

<sup>40</sup> Acesso em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

<sup>41</sup> Aqui gostaria de chamar a atenção para duas possíveis formas de buscas feitas pelo site do arquivo. Se você acessar diretamente na página inicial a secretaria de governo da capitania, irá abrir outra página com opções de buscas por palavras chaves ( que fiz com as palavras mestre de campo, cartas patentes, patentes) e por datas ( em minha busca 1690-1780). Porém esse sistema não é muito seguro, pode ser que alguns documentos fiquem de fora, não permitindo uma total confiabilidade no levantamento. Porém, se você buscar ainda na página inicial por fundos e coleções, abrirá uma outra que contém toda a descrição da Seção colonial, como os documentos que a compõem, instrumentos de pesquisa e principalmente, ao final, um “inventário do fundo da Seção Colonial” onde todos os documentos disponíveis no fundo encontram-se organizados por datas e por tipo de documento, como carta régia, carta de sesmaria, cartas patente, alvarás, certidões, circulares, bandos, secretos, despachos, entre outros. A descoberta de tal inventário dinamizou as buscas, pois já indicou em qual livro da seção colonial possuíam cartas patentes. Por isso, a todos que pesquisam no APM e possuem um assunto, aconselho a ir direto para o inventário.

encontrados em cada um desses documentos encontram-se em anexo no Guia de Pesquisa APM, organizados por nome, tropa, localidade.

Um segundo corpo documental igualmente importante é a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU, relativo à capitania de Minas Gerais, formada por uma série de cartas, provisões, requerimentos, certidões, consultas, etc. Tais fontes foram digitalizadas no âmbito do Projeto Resgate e podem ser facilmente acessadas no Brasil. Um índice dos avulsos da capitania de Minas Gerais encontra-se devidamente organizado por Caio Boschi e Júnia Furtado e publicado em três catálogos. Um destes é organizado por assuntos e possui também um índice onomástico. Para levantarmos os nomes busquei pelos assuntos: militares, patentes militares<sup>43</sup>, selecionando todos aqueles que tivessem a indicação mestre de campo associado ao nome, não importando o tipo do documento. Assim foram arrolados ao todo 25 nomes, sendo que 16 já constavam no APM, um foi excluído por só existir um documento referente a ele e estar totalmente ilegível.<sup>44</sup> Ao organizar os nomes e as informações, tanto do APM como do AHU, percebi que 7 indivíduos estavam associados a patente de tenente de mestre de campo general e que só depois pude perceber que não se tratava da mesma patente de mestre de campo<sup>45</sup>. Sendo assim, ao final das buscas nos dois arquivos, contabilizei um total de 53 mestres de campo.

Após o levantamento dos nomes a busca se direcionou ao índice onomástico existente para a mesma documentação avulsa do AHU. Nesse conjunto documental encontramos diferentes fontes de informação, como por exemplo, os requerimentos de confirmação de patente, tão ricas quanto as cartas patentes. Neles o requerente, no caso, um mestre de campo solicita ao Rei a confirmação da patente e em muitos deles, vem anexo a carta patente do indivíduo. Assim, aqueles para os quais eu não tinha muitas informações pelas cartas patentes do APM, (por estar de difícil leitura, ou apagada, ou em parte deteriorada) pude ampliá-las após a consulta dessas fontes. Também podemos encontrar nesse corpus documental, pedidos de licença ao Reino, confirmação de sesmarias, pedidos de

---

<sup>43</sup> Aqui gostaria de explicar o porquê da especificação da busca por assuntos. Durante um congresso tive acesso a uma lista, que não foi publicada, de um levantamento feito no AHU com nomes de mestres de campo. Depois de terminada minha busca, observei a existência de nomes que constavam na primeira lista e que não estavam em meus levantamentos, sendo provavelmente fruto de uma busca por outro assunto. Ou seja, existiam outros mestres de campo presentes na documentação do AHU e que não foram encontrados por mim. Sendo assim, os nomes aqui encontrados são os referentes exclusivamente a busca feita pelos assuntos militares e patentes militares.

<sup>44</sup> O nome excluído foi do mestre de campo João Ferreira Jeunot, cujo documento estava deteriorado.

<sup>45</sup> Os nomes associados a patente de tenente de mestre de campo general encontrada foram: Bernardo da Silva Ferrão, João Ferreira Tavares de Gouveia, José Martins Figueira Carneiro, Manuel da Costa Fragoso, Manuel da Costa Pinheiro, Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza e Félix de Azevedo Carneiro e Cunha.

confirmação de posse de cargos, um conjunto de cartas enviadas pelos mestres de campo para o Rei dando conta de diversos assuntos do interesse da colônia no ultramar, ricas de informações, tanto no que diz respeito aos aspectos do seu perfil militar quando aos de sua vida social. Também encontramos algumas informações que permitissem ressaltar os aspectos da patente e de alguns indivíduos na Biblioteca Nacional.

De igual importância, e subsidiando as informações contidas nas cartas patentes foi o Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, de Francisco de Assis Carvalho Franco, considerado pelo autor “um considerável esforço” de sistematização dos dados biográficos dos bandeirantes e sertanistas do Brasil. E o Dicionário histórico - geográfico de Minas Gerais de Waldemar de Almeida Barbosa que possui também informações valiosas a respeito de algumas trajetórias.

Num segundo momento, as buscas se concentraram no levantamento de fontes que servissem como testemunho da realidade econômica e social vivida por eles, quais sejam, os inventários e testamento. Elas me forneceriam informações como filiação, matrimônios, filhos, seus bens, entre eles, o número de seus escravos, além de religião e localidade. No entanto, os resultados não foram nada animadores. Foram ao todo quatro arquivos visitados, a Casa setecentista de Mariana e a Casa do Pilar em Ouro Preto, para os nomes referentes a antiga comarca de Vila Rica. O Museu Regional de São João Del Rey, para os nomes referentes à Comarca do Rio das Mortes e o Arquivo Histórico de Pitangui para os habitantes da antiga Comarca de Rio das Velhas<sup>46</sup>. Nas buscas, por segurança, optei em olhar todos os nomes em todos os arquivos, já que estes homens transitavam muitas vezes por diversas capitânicas e por todo o Reino e essa mobilidade torna por vezes difícil o levantamento da documentação sobre eles, sobretudo desse tipo. Dos 53 nomes listados nessa pesquisa, localizei inventários, testamentos e testamentarias em um número inexpressivo para a proposta inicial da pesquisa. Diante da falta de fontes que me pudessem fornecer informações desse tipo, precisei alterar alguns objetivos a serem alcançados. Vale dizer, que essas informações foram utilizadas para compor os dados da pesquisa, mas devido a escassez de nomes impossibilitaram uma análise mais contundente.

Esse processo foi bastante angustiante, afinal a proposta inicial de minha pesquisa era tentar desvendar o perfil social desses homens e os inventários e testamentos tinham um papel estruturante. Diante dessa escassez e com o tempo cada vez mais curto, optei por restringir a análise à documentação que tinha em mãos e explorá-la da melhor maneira

---

<sup>46</sup>Para esse levantamento, apenas um arquivo não foi consultado: a Casa Borba Gato, na cidade de Sabará, que completaria a lista de arquivos com documentação referentes a Comarca de Minas para o século XVIII.

possível. Sendo assim busquei trazer a tona o maior número possível de informações, os dados foram cruzados e organizados em tabelas para melhor visualização e relatei as trajetórias mais emblemáticas de forma a reforçar o perfil e a inserção dos mestres de campo afim de entender o significado da patente nessa sociedade e a sua importância para a configuração das elites coloniais mineiras setecentistas.

Diante desses impasses, de igual importância foram as fontes presentes nos Anais da Biblioteca Nacional, que subsidiaram principalmente a elaboração do terceiro capítulo, entre elas encontramos um relato fantástico sobre as viagens feitas ao sertão de Campo Grande pelo mestre de campo e sertanista Inácio Correia Pamplona, na segunda metade do século XVIII, intitulada: “Notícias diária e individual das marchas, e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correa Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc.”<sup>47</sup>

O trabalho que se segue é o resultado desses esforços e acredito que possa trazer alguns esclarecimentos a respeito do funcionamento das forças militares no período colonial, bem como da própria natureza da sociedade que se formava nas Minas do ouro do século XVIII.

\*\*\*

Esta dissertação se organizará da seguinte maneira: o primeiro capítulo será dedicado ao estudo da História Militar abordando questões como o significado da guerra para o século XVIII, as peculiaridades, as necessidades e o contexto da organização do exército português no Reino e nas Minas. Abarca também um período que ficou conhecido na Europa como Revolução Militar, cujas inovações tiveram interferência também nos diferentes cantos do Império. Também tentarei fazer um retrato da organização das forças militares desde sua criação no Reino até a instalação no ultramar e principalmente nas Minas, para isso, buscarei entender seu funcionamento e sua hierarquia, a partir de suas bases legislativas e organizacionais. Também irei relatar algumas peculiaridades da patente no ultramar, como o seu aparecimento na hierarquia das tropas de ordenanças, algo que não se observa em Portugal. Assim como o desenvolvimento de um tipo peculiar de guerra e a incorporação de

---

<sup>47</sup>**Notícias diária** e individual das marchas, e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correa Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. In: Anais da Biblioteca Nacional. Notícias. In: Anais da Biblioteca Nacional ,vol 108, 1988 p. 47-113. Adaptei o português.

novas táticas, características de muitos chefes militares do ultramar, conhecido como guerra brasílica, reforçando assim as necessidades de adaptação da patente na colônia.

O segundo capítulo tratará de entender as características do posto buscando responder o que significava ser um mestre de campo na sociedade mineira setecentista. Nosso objetivo foi tentar descobrir o máximo de informações que nos permitissem caracterizar os critérios para a ascensão, as funções, a dinâmica do provimento e as atribuições que recaíam sobre a patente de mestre de campo. Também pontuou nossos interesses o levantamento das experiências e serviços militares anteriores, dos seus conhecimentos sobre as práticas e táticas de guerra, os requisitos necessários e principalmente quais os serviços prestados anteriormente necessários para a aquisição da patente de mestre de campo visando entender quais as potencialidades de ascensão era criado para o seu ocupante. Enfim, listar e cruzar dados que apontassem para o reconhecimento dessa patente enquanto homens de qualidade, de poder de mando e integrantes das elites locais. Nele iremos perceber que os mestres de campo foram pertencentes a um grupo muito especial dos primeiros povoadores e colonizadores da região, verdadeiros poderosos locais que ampliaram seu poder nas Minas.

Já o terceiro capítulo foi destinado a ressaltar um aspecto importante da patente, qual seja, a atuação dos mestres de campo nos sertões das Minas. Nele buscarei traçar dados que destaquem a trajetória nos confins da colônia, o combate com o gentio, a incorporação da guerra dos Bárbaros como táticas de guerra em sua atuação como sertanistas e descobridores. Também poderemos perceber o papel desses homens como garantidores da governabilidade régia no interior da colônia, combatendo índios e quilombolas, lutando e conquistando terras em nome do Rei, abrindo caminhos e fundando arraiais, tiveram um papel preponderante na definição das fronteiras e na garantia da dominação do interior.

Feitas as explicações, passemos a investigação.



## 1 A EUROPA MODERNA E A ORGANIZAÇÃO MILITAR EM PORTUGAL E NAS MINAS

### 1.1 REVOLUÇÃO MILITAR NA EUROPA E A ORGANIZAÇÃO MILITAR PORTUGUESA NA ÉPOCA MODERNA

No bojo da formação dos Estados Nacionais, a Europa passou por um movimento que ficou conhecido como “Revolução Militar” capaz de explicar, em parte, “a primazia da civilização ocidental e a constituição dos impérios coloniais”<sup>48</sup>. Tal revolução consistiu na introdução intensiva e extensiva de uma nova tecnologia militar - as armas de fogo, sendo responsável por uma “série de mudanças profundas, não apenas da técnica de combate, mas também na organização e na relação da guerra com a sociedade”<sup>49</sup>.

A revolução militar foi um processo complexo, mas podemos dizer que a introdução maciça das armas de fogo tenha sido um fator preponderante para o seu surgimento. Nesse sentido, duas inovações foram fundamentais: a incorporação da lança longa ou pique, nos séculos XVI e XVII<sup>50</sup> e de armas de fogo na artilharia, sobretudo o arcabuz e o mosquete. A lança longa, ou pique, era muito utilizada pelos exércitos europeus nas batalhas campais em que serviam para parar a carga da cavalaria. Já as armas de fogo da infantaria ganhavam destaque, em Portugal, na organização do exército feita por Dom Sebastião, no século XVI. Na tropa das milícias, eram obrigatórias para remediados (rendas acima de 50.000 reis) nos exercícios semanais e representava um terço das armas da infantaria previstas<sup>51</sup>. Eram equipamentos que se adequavam muito bem “aos teatros da guerra” no ultramar, em que o reduzido número de efetivos deveria ser recompensado pela eficácia do armamento<sup>52</sup>. Tais medidas provocaram também uma série de mudanças na organização do exército, indo desde a relação tática e numérica entre infantaria e cavalaria, tendendo para o aumento da primeira, até o advento de escolas especializadas em ensinar a arte da guerra que, nesse contexto, se

---

<sup>48</sup> PUNTONI, Pedro. A Arte da Guerra no Brasil: tecnologias e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor ; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.51

<sup>49</sup> HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003. p. 9. v. 2

<sup>50</sup> As lanças longas foram usadas por diversos exércitos europeus. Inicialmente, com cerca de 5 metros, eram características dos exércitos suíços e depois, mais curtas, de 4 metros, foram adaptadas pelos exércitos alemães, italianos e finalmente os espanhóis. Já no Ultramar, é provável que as lanças não fossem muito utilizadas, pelo incomodo do seu transporte, mas também pela batalha campal com cavalaria - para a qual a lança era a resposta adequada, não ser muito utilizada nesse contexto.

<sup>51</sup> HESPANHA, António Manuel. Introdução. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. p.12

<sup>52</sup> Idem. p. 14

tornava um saber cada vez mais especializado. Veremos mais detalhadamente cada uma dessas transformações.

Com a gradual evolução das táticas e manobras de guerra aprimoradas pelo uso da pólvora, a infantaria foi crescentemente ganhando importância e os exércitos passaram a se organizar cada vez mais com base nessa força. Com o tempo, a cavalaria vai progressivamente assumindo um papel secundário, servindo como unidade auxiliar da tropa principal, ou seja, a infantaria. Por meados do século XVII, a cavalaria não compunha mais de 25% de um exército de terra, embora a proporção pudesse variar muito com as condições físicas do local. Os custos altos e as dificuldades para se obter um cavalo e a maior exposição ao fogo tornou a cavalaria uma arma pouco utilizada para determinadas operações militares, estando seu prestígio social muito acima de sua funcionalidade na guerra moderna. No Brasil, as duas batalhas mais formais, como a dos Guararapes, não contaram com a cavalaria. Nela usou-se uma tática que consistiu em substituir os efeitos de choque provocado pela elevada mobilidade técnica da cavalaria pela tropa índia e negra<sup>53</sup>.

No entanto, embora em crescente expansão, a artilharia ainda encontrava-se contaminada por uma carga ética negativa no imaginário da guerra moderna, muitas vezes associada a uma natureza traiçoeira e demoníaca.

As armas de fogo prescindiam da nobre luta aberta de homem a homem, matando insidiosamente, sem contato físico entre os dois contendores, sem a atuação das forças naturais mutuas. Estavam ocultos, fora do alcance das mãos, agiam por forças estranhas e ignotas. A sua eficácia quase que decorria da mágica ou das artes do diabo<sup>54</sup>.

Outra característica importante diz respeito ao desenvolvimento das técnicas de movimentação dos homens em batalha que visavam surpreender o inimigo em seus pontos fracos. A guerra passa a ser uma atividade coreografada, em que a infantaria armada com suas espingardas, necessitava de movimentos segmentados, encadeados e precisos, contendo qualquer tipo de espontaneidade individual. “As mãos a usar, os apetrechos de tiro a utilizar, os lugares dos corpos onde estes devem ser dispostos, tudo é objeto de regulamentação precisa<sup>55</sup>”. Por outro lado, a complexidade dos novos movimentos de guerra exigia um enquadramento mais próximo entre os soldados, tornando a estrutura militar mais densa, a partir da criação de vários postos de suboficiais para unidades pequenas. O exército ficava

---

<sup>53</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Op. Cit. p. 14

<sup>54</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Op. Cit. p.16

<sup>55</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Op.Cit. p. 13

todo dividido em unidades de acordo com o número de soldados e com alguma liderança indo desde as fileiras de 5 a 10 soldados, comandadas por um cabo de fileira, as esquadras de 25 a 100 soldados, comandadas pelo cabo de esquadra, as companhias de 100 soldados, comandadas por um capitão com tenente e seu alferes, até os terços cujo comando seria entregue aos mestres de campo<sup>56</sup>.

A transformação na arquitetura militar, sobretudo na construção das fortalezas, também seria alterada após o advento das armas de fogo. Os velhos castelos e muralhas a pique foram progressivamente se tornando obsoletos devido à capacidade de destruição de estruturas pesadas com a artilharia. Visando diminuir o impacto dos tiros de canhão, as fortalezas sofreram diversas modificações deixando de lado o formato das formas seculares de fortificações medievais para um formato de traço italiano, mais moderno<sup>57</sup>, feito de grossos muros, mais baixos e mais fortes e construído com terra ou adobe, materiais absorventes de impactos. Desenvolvendo novas técnicas para construí-las, a guerra vai progressivamente se transformando em uma arte cada vez mais baseada em saberes especializados.

Todas essas transformações levariam também ao advento de um novo perfil de comando militar que os antigos senhores de terra foram progressivamente cedendo espaço aos militares profissionais. Essa transformação se fez sentir em diversos sentidos, que vão desde a criação de escolas especializadas na formação dos soldados e seu treinamento até o desenvolvimento de técnicas e táticas, tão necessárias para a formação do que eles denominaram de um “espírito militar”.

A experiência da guerra como fenômeno onipresente no cotidiano europeu do período moderno conheceu diferentes formas de imaginário militar. A passagem da atividade marcial da sua fase guerreira, medieval, assente na ostentação da força individual e nas relações de dependência do combatente vassalo, para uma fase militar, fundada na disciplina do corpo, e na afirmação de um centro devedor de toda obediência dentro do teatro bélico, foi acompanhada por uma alteração dos processos de organização desenvolvidos nesse domínio pelos poderes institucionalizados, mas também por uma profunda transformação da forma de sentir e de pensar a experiência da guerra<sup>58</sup>.

É assim que se cria na época moderna uma nova definição da gente da guerra: o militar, criado a partir dos conceitos de ordem, disciplina e obediência ao Estado tornando-se um personagem que se posiciona no cenário entre a guerra (sua tarefa profissional) e a boa ordem do Estado, estabelecido por sua natureza burocrática<sup>59</sup>. O soldado burocrático, como

<sup>56</sup>BEBIANO, Rui. A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia. Os imaginários, os valores e os ideais da guerra. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Op.Cit.p. 57

<sup>57</sup> HESPANHA, António Manuel. Op.Cit. p. 13

<sup>58</sup> BEBIANO, Rui. A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia. Os imaginários, os valores e os ideais da guerra. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Op.Cit. p.60

<sup>59</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. Op.cit. p. 26

foi definido, por sua vez, só é possível graças a essa centralização estatal e à apropriação de parte da renda da sociedade por ela<sup>60</sup>.

Enquanto a disciplina militar surge na Europa extirpando a batalha pessoal do guerreiro, do *herói*, substituindo-o pelo soldado, *militar*, Portugal continua a seguir uma visão medieval cruzadística de guerra santa, que tece junto fios de heroísmo medieval com o novo espírito burocrático e organizacional que invadiu a Europa<sup>61</sup>. A guerra passa a adquirir uma nova pedagogia, dominada por tecnologias que exigiam mais disciplina, rigor dos movimentos em campo do que a valentia natural. Essa guerra orgânica, cheia de regras, obediência e prudência se sobressai à coragem individual.

Portugal, no entanto, durante muito tempo, não vivenciou as transformações desse processo, “durante mais de 150 anos (entre Toro 1470 e a Aclamação 1640), não participou em operações militares na Europa, em que se iam verificando essas novas técnicas e que, de experiência, apenas conhecia a guerra ultramarina, em que se defrontavam tradições e práticas bélicas razoavelmente exóticas<sup>62</sup>”. Durante muito tempo, a artilharia naval se constituiu como um dos principais trunfos dos exércitos portugueses. Desde meados do século XVI, Portugal tecia uma armada permanente, ora funcionando com funções comerciais, ora sendo uma armada de guerra, tornando-se o grande sustentáculo da Coroa, principalmente no Oriente. Ou seja, a potência naval foi um fator direto, enquanto força, e indireto, enquanto garantidor de riqueza, de credibilização externa de Portugal<sup>63</sup>.

No que se refere a organização das forças terrestres portuguesas, as tradições são tardias e pouco permanentes. Foi somente no século XVII, após a Restauração, que as forças militares portuguesas são organizadas com a formação do exército do Estado e das milícias, completando o tripé da organização militar até então fundamentado apenas nas Ordenanças como força terrestre capaz de defender o território em caso de alguma necessidade bélica como veremos a seguir.

No entanto, cabe nesse momento uma pequena ressalva. O fato de Portugal ter ficado muito tempo fora dessas diversas transformações que marcaram a Revolução militar na Europa não quer dizer que a mesma não tenha ocorrido em solo português. Ao longo do século XVII, já podemos perceber uma preocupação com uma organização do exército que atendia a critérios mais modernos e que contemplavam as medidas da revolução militar, como por exemplo, a introdução das armas de fogo e a organização dos exércitos em terços e

---

<sup>60</sup> Idem

<sup>61</sup> Ibidem. p.27

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. Conclusão. In: HESPANHA, Antônio Manuel. **Op.Cit.** p. 360-361

regimentos, já feitas durante o reinado de Dom Sebastião. Anos mais tarde, com a ascensão de Dom José I, sobretudo com o Marquês de Pombal, se tornaria claro o desejo de modernização das forças militares portuguesas e uma série de medidas seriam tomadas visando atender esse interesse, a exemplo, a criação da Escola dos Nobres em Portugal, voltada para disciplinar os soldados e dar a eles instrução e ordem.

Por isso, podemos dizer que Portugal passou pela revolução militar tardiamente, entre meados do século XVII e início do século XVIII, enquanto nos demais países da Europa isso ocorreu entre os séculos XV e XVII. No entanto, como veremos, mesmo com todos os esforços de Pombal, e não podemos negar que os avanços foram significativos, a construção do soldado português ainda se constituía como uma preocupação das autoridades, e em diversas situações era notório o seu despreparo.

## 1.2 A ORGANIZAÇÃO DO EXERCITO PORTUGUÊS NA ÉPOCA MODERNA

A construção do Estado Moderno assentou-se na fiscalidade e na guerra e, portanto, na tentativa de constituição de um exército na escala nacional. Porém, diante da falta de recursos dos Estados em arcar com os altos custos da manutenção de seus territórios, a fragilidade do aparelho burocrático, fizeram com que os monarcas se apoiassem em milícias urbanas para assegurar a existência de uma tropa pronta para servir em caso de necessidade. Portugal, a imagem do que acontecia em vários reinos europeus, fez uso dessas forças militares e paramilitares locais no quadro organizacional do exército português<sup>64</sup>.

A origem dessas milícias remonta a Idade Média. Na Península Ibérica, durante a reconquista, os *fueros* de Leão e Castela, desde o século XI, e os *forais* portugueses, desde 1157, determinavam a obrigatoriedade dos cavaleiros em participar de expedições militares, consagrando o número de homens e a idade necessária. Com isso, desde o século XIII, Portugal se preocupou em criar corpos especializados para a defesa do território. Em decorrência disso, surgem os *besteiros*, a tropa de elite portuguesa organizada no primeiro quartel do século XIV. Em cada localidade deveria haver um número obrigatório de besteiros, cujos homens eram recrutados entre os mesteirais jovens, ou, não havendo em número suficiente, entre serviçais e braceiros<sup>65</sup>. Tal modelo de organização militar, sem um exército regular e dependente dessa forma de recrutamento, se estende até o início do século

---

<sup>64</sup> RODRIGUES, Damião José. A Guerra dos açores. In: HESPANHA, António Manuel. Op.Cit.p. 244

<sup>65</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. Op.cit. p. 15.

XVI, quando em 1516, Dom Manuel teria pensado em organizar um exército com base no modelo de ordenanças aragonesas, sem obter, no entanto, muito sucesso.

A estrutura militar lusitana só começa a se alterar anos mais tarde, no reinado de Dom João III, que publicava em 1549 o regimento de 7 de agosto, lançando as bases do sistema de ordenanças em Portugal. Organizados segundo critérios censitários, os serviços das armas caberia a todos os súditos com idades entre 20 e 65 anos, levando àquilo que Joaquim Romero Magalhães chamou de “princípio de militarização geral da sociedade”<sup>66</sup>.

Com a chegada ao poder de Dom Sebastião, Portugal passará por uma reforma militar que irá marcar, nos próximos anos, a sua organização tanto no Reino como no ultramar. Tais medidas eram fundamentais para a Coroa, sobretudo porque foi na segunda metade do século XVI que ocorreu um considerável aumento na ação de corsários franceses, ingleses e mouros nos mares e nas costas marítimas de Portugal, trazendo a necessidade de maior proteção do tráfego comercial português, bem como, indubitavelmente, de seus domínios ultramarinos, cujas investidas de piratas tornavam evidente o risco de perda de várias de suas possessões.

No que tange à segurança interna do reino, cabia a Portugal proteger suas fronteiras da Espanha, tanto no que diz respeito ao nível diplomático, como na defesa contra qualquer manobra de invasão, evitando o risco de ser incorporado ao território espanhol. Somados a isso, havia o interesse de Dom Sebastião em impedir os avanços de turcos na fronteira com o norte da África, forçando Portugal a organizar suas forças para defender seu território dessas diversas ameaças.

O primeiro passo para esse processo de renovação foi a instituição da Lei de Armas em 9 de dezembro de 1569<sup>67</sup>, que definia as obrigações militares da população do Reino e tornava obrigatório aos vassallos a posse de armas e de cavalos. Eram organizados segundo critérios censitários, categorias sociais, propriedade territorial, bens móveis, profissões e províncias. Assim sendo, todos os vassallos com idade entre 20 e 60 anos, salvo as proporções de bens e rendimentos que possuíam, deveriam dispor de armas e cavalos, ou somente armas. Assim, aos mais abastados, consoante a fazenda e ao montante de seus rendimentos, obrigava-se a possuir um número variável de cavalos, lanças, espadas e arcabuzes, além de terem que, à própria custa, armar de arcabuzes um certo número de homens de pé ou de cavalo. Para aqueles com bens inferiores ao exigido para a posse de cavalo, que se armassem na proporção

---

<sup>66</sup> RODRIGUES, Damião José. A Guerra dos açores. In: HESPAÑA, António Manuel. Op.Cit. A guerra dos açores. p.245

<sup>67</sup> Tal Lei de armas visava complementar e ampliar a Lei de Armas instituída anos antes por Dom João III, em 7 de agosto de 1549.

das respectivas posses, de arcabuzes ou espingardas, e finalmente, os despossuídos de bens ou rendimentos, que tivessem lança, meia-lança ou, ao menos, dardo<sup>68</sup>.

A lei previa também penalidades aos cavaleiros que não cumprissem suas exigências, além de multas, ela poderia impor-lhes uma penalidade ainda maior, ou seja, a perda da sua qualidade ao não gozar “do privilégio que tiver pela qualidade de sua pessoa, enquanto não tiver o dito cavalo e todas as coisas ditas<sup>69</sup>”. Assim, todos os estratos sociais, hierarquizados segundo seus quantitativos de riqueza deveriam, igualmente, possuir armas.

Após definir as obrigações dos vassalos no que diz respeito à posse de armas, era indispensável agregar esses homens a um corpo militar. Nesse ínterim, em 10 de dezembro de 1570, afim de regular com maior precisão a vida militar em Portugal e no Ultramar, foi instituído o Regimento das Ordenanças, que regulava desde a hierarquia do comando até a composição das companhias, seu adestramento militar, sua organização territorial, recrutando todos os homens em caso de necessidade bélica<sup>70</sup>. Com isso, as ordenanças, que já funcionavam desde 1549, foram institucionalizadas como uma força militar responsável pela defesa do território. Seus membros eram recrutados entre a própria população local masculina entre 18 e 60 anos. Tinham um forte caráter local e procuravam realizar um arrolamento de toda a população para as situações de necessidade militar<sup>71</sup>. Deveriam ter seus próprios equipamentos militares, permaneciam em seus serviços particulares e somente em caso de perturbação da ordem pública abandonavam suas atividades. Segundo a literatura portuguesa, a hierarquia militar das ordenanças estaria dividida entre os ofícios de alta patente: capitão-mor, sargento-mor e capitão, e os ofícios inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta estandartes e tambor<sup>72</sup>, o que não inclui a presença de homens com a patente de mestre de campo, como podemos perceber no caso das Minas no início do século XVIII.

Passado quase um século, houve novamente a necessidade de uma reorganização militar e modernização capaz de responder às novas situações de guerra, principalmente a indispensável necessidade de defender o território português de seus vizinhos espanhóis, bem como de todo o ultramar. Importante enfatizar que antes desse momento, mesmo durante o reinado de Dom Sebastião, as forças militares existiam apenas em situações particulares de defesa ou necessidade bélica, se dissolvendo depois.

<sup>68</sup> HESPANHA, António Manuel (Org.). Op. cit. p.56

<sup>69</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. p.21

<sup>70</sup> Ibidem. p.24

<sup>71</sup> PEREIRA, C. Ana Paula. Op. cit., p. 19

<sup>72</sup> PEREIRA, C. Ana Paula. Op. cit, p. 19

No entanto, ainda era imprescindível a Portugal organizar um exército de caráter permanente e, em agosto de 1640, Dom João IV instituiu o Regimento das Fronteiras, destinado às tropas regulares, o que marca a organização do exército permanente português, prescrevendo sua hierarquia, alimentação, castigos, concessões, licenças, normas e regras<sup>73</sup>. Os Copos Regulares, ou tropas de primeira linha, correspondia ao “exército do estado,” eram formados por oficiais pagos, sendo por isso, a única força militar que recebia soldos da Fazenda Real. Organizada em terços e companhias, seus postos eram ocupados por fidalgos de nomeação real, sendo cada um dos terços comandados por um mestre de campo general. Seus membros estavam sujeitos a regulamentos disciplinares sendo homens, portanto, que se dedicavam exclusivamente a atividades militares, devendo estar “sempre em armas, exercitados e disciplinados”<sup>74</sup>. A hierarquia das tropas regulares em geral eram divididas assim: na Infantaria havia os mestres de campo, o alferes, o sargento (oficiais), os cabos e os soldados (praças). Na cavalaria, o general de cavalaria, o tenente general de cavalaria, o capitão de cavalos (oficiais) e os soldados (praças).<sup>75</sup>

Mediante a opressão causada aos vassallos pelos sucessivos recrutamentos indiscriminados efetivados entre todos os homens válidos para acudir aos socorros das fronteiras, Dom João IV cria, em 7 de janeiro de 1641, com o intuito de “aliviar a meus vassallos de todas as moléstias”, um novo corpo militar não remunerado denominado de Auxiliar,<sup>76</sup> posteriormente conhecido como milícias. Segundo ordens régias, suas tropas deveriam estar sempre “disciplinadas e prontas para que havendo ocasião em que seja precisamente necessário valer-me dela<sup>77</sup>” e era formada “de gente desobrigada e capaz de se poder ocupar em meu serviço<sup>78</sup>”.

As milícias adotadas na Idade Moderna eram inspiradas no modelo militar das cidades gregas, em que as tropas eram formadas pelos cidadãos que servem gratuitamente e se mobilizam em caso de necessidade. Posteriormente essa proposta foi adotada por cidades-estados italianas no século XVI e tomavam como condições de cidadania que todos os homens livres e proprietários comprassem armas treinassem para a guerra e prestassem serviços militares em tempos de perigo.<sup>79</sup> Esse sistema foi considerado tecnicamente excelente, pois evitava os gastos do Estado com as tropas em tempos de paz e garantia a

<sup>73</sup> Ibidem. p. 37

<sup>74</sup> COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões:** universo militar luso- brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG. Tese de doutorado.

<sup>75</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros.** p. 194

<sup>76</sup> Idem

<sup>77</sup> Idem

<sup>78</sup> Idem

<sup>79</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op.cit. p. 23



lealdade irrestrita dos cidadãos, interessados em defender suas casas e propriedades. O mesmo princípio valia para as Ordenanças que inclusive foram instaladas em Portugal, bem antes das milícias. Ou seja, ambas apoiavam-se na militarização dos civis para servir de força militar em caso de necessidade bélica.

Eram de serviço obrigatório e não remunerado e serviam de apoio às tropas de primeira linha. Tinham um caráter territorial móvel, podendo se deslocar de sua base territorial (ao contrário das ordenanças) para prestar auxílio. Era formada por homens aptos ao serviço militar já que eram “treinados” e mobilizados em caso de necessidade bélica e, portanto não estavam totalmente ligados às atividades militares, como ocorria nas tropas pagas. Também estavam organizadas em terços, recrutadas entre a população local e que era alistada em categorias: brancos, negros e pardos. Eram comandadas por oficiais oriundos do exército regular e, portanto, por um mestre de campo e sargento-mor. Sua hierarquia ficava organizada entre os ofícios de alta patente: mestre de campo, coronéis, sargentos mores, tenentes coronéis, capitães, tenentes e os de baixa patente: furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor.

Comandadas por um mestre de campo seus componentes deveriam ser treinados, instruídos e disciplinados por oficiais das tropas pagas (sargentos mores e ajudantes). Deveriam ser compostos pelos homens “mais capazes” escolhidos entre a população civil e que dispunham de instrução, armamento e disciplina militar. Já o comando das companhias ficava a cargo do capitão, tenente e alferes e seus subalternos: sargento, furriel, porta-estandartes, cabos e soldados. Seus comandantes deveriam ser indicados pelos governadores das províncias e providos pelo Rei, sendo escolhido entre as pessoas mais notáveis e dos maiores recursos que houvessem em cada comarca, “assim porque deles se deve esperar que, por serem de qualidade e afazendados, acudam com maior vontade a defesa de sua Pátria e meu serviço, como por assentarem melhor nelas as mercês que espero fazer aos que assim me servirem.”<sup>80</sup> Para isso, visando atrair os mais prestigiados habitantes das Comarcas ao Real serviço, o Rei atribuía uma série de regalias, privilégios, honras liberdades e isenções, dadas também aos ofícios pagos<sup>81</sup>.

Sabe-se que os mestres de campo eram considerados desde o século XVI, no reinado de Dom Sebastião, os comandantes dos terços da Infantaria e seu adjunto tenente de mestre de

---

<sup>80</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Op.cit. p. 39

<sup>81</sup> Ibidem. p.40

campo general. Em 1707, com a transformação dos terços em regimentos, seus comandantes passaram a se chamar coronéis, mas nas Minas a patente existiu até meados do século XIX.

O Terço “era a unidade tática que sucedera, no ocidente europeu, à variável e confusa Hoste ou Mésnada medieval, como essa fora a sucessora da Legião romana, por sua vez herdeira da Falange greco-macedônica”<sup>82</sup>. A designação de Regimento e Terço se originou na organização das tropas da Alemanha, entre 1550 e 1650 mas “no século XVI o modelo do terço espanhol se impôs como a solução hegemônica na organização dos exércitos europeus, sendo considerado uma ‘especificidade militar’ da Espanha”<sup>83</sup> e sua eficácia residia no domínio da infantaria sobre a cavalaria e no uso de armas brancas e de fogo. Tanto lá como em Portugal, um terço era formado por 10 companhias de 250 homens, ou seja, 2.500 soldados<sup>84</sup>. Vejamos um pouco mais sobre a sua organização militar interna:

Os terços se estruturavam em companhias, que por sua vez eram compostas por dez esquadras comandadas por um cabo - encarregado pelo cuidado dos homens e das armas. Em cada companhia, os sargentos se ocupavam da disciplina e da transmissão das ordens. O alferes atuava como “mão direita” do capitão e era o responsável pela bandeira da companhia. No comando da companhia estava o capitão, a quem cabia nomear todos os seus subordinados. **A frente do terço estava o mestre-de-campo, nomeado diretamente pelo rei ou pelo Conselho de Guerra. Era o encarregado de executar as decisões adotadas pelos generais assim como zelar pelo exato cumprimento da disciplina.** Entre os mestres-de-campo e os capitães se situava o sargento-mor, encarregado de transmitir as ordens superiores aos oficiais do terço bem como se ocupava<sup>85</sup>.

Assim, progressivamente, o exército português vai se estruturando sem, no entanto, fazer de Portugal uma potência militar.

### 1.3 O CONTEXTO MILITAR NO ULTRAMAR

Assim como vimos a organização militar portuguesa, devemos observar também como se deu a instalação dessa máquina estatal em solo americano e, para tal, precisamos nos incursionarmos sobre o século XVI afim de entender melhor a formação do aparato

---

<sup>82</sup>Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal

<sup>83</sup>Idem.

<sup>84</sup>De origem espanhola era o posto de coronel que correspondia ao de mestre de campo segundo

<sup>85</sup>Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal. Grifo meu

burocrático colonial. Como veremos, a organização militar na colônia seguiria o mesmo modelo de Portugal.

Um dos pontos cruciais no projeto de colonização portuguesa era seu interesse pela defesa do território. Sendo assim, o princípio que norteou a sociedade colonial, fundamentado desde o início era o de que cada colono fosse também um homem de guerra<sup>86</sup>. Já durante as capitânicas hereditárias, primeiro projeto de colonização esboçado para o ultramar, a Coroa Portuguesa delegou poderes aos investidores particulares, a quem caberia também os deveres para com a defesa da capitania. Nesse contexto, o Rei concede a cada donatário o título de comandante, colocando sobre suas ordens uma série de colonos armados, responsáveis pela defesa do território. Com o poder civil e militar nas mãos dos capitães donatários, a linha entre militares e civis inexistia. Assim sendo, o projeto defensivo que se esboçava para o ultramar seguia o mesmo molde do português, ou seja, obrigar por lei a posse de armas pelos colonos e a sua colocação sobre o comando do donatário para usá-las em caso de necessidade bélica<sup>87</sup>.

O sistema implantado não comportava um corpo de tropa permanente, com treinamento militar. Cada colono, cada sesmeiro, cada povoador, cada morador, representava parte da tropa de defesa. Todo aquele capaz de pegar em armas, estava obrigado a servir em tempo de guerra sob o comando do capitão. O sistema de defesa implementado na colônia, em suas bases, assemelhava-se àquele anteriormente adotado na Europa, quando não havia um exército de tropas regulares, e tão somente se dispunha de um corpo de oficiais a quem competia promover o treinamento em armas da população capaz<sup>88</sup>.

Em 1548, com o Governo Geral, há uma tentativa da Coroa em recuperar o poder das mãos dos capitães donatários. O Regimento do primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza, definia as primeiras normas para o esboço de uma organização militar estatal, centralizada, e que funcionasse a partir de funcionários régios. O documento previa as diretrizes da empresa colonial e determinava qual governador seria o responsável pela organização das forças militares envolvidas na conquista, domínio e controle de diversas regiões na América Portuguesa. Entre suas atribuições estava a obrigação de prover os postos militares, o que inclui desde as regras para recrutamento até a quantidade de armas que cada indivíduo deveria possuir, enquadrando todos os colonos armados em uma estrutura burocrática.

---

<sup>86</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**: O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.35

<sup>87</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Op. cit.** p. 71

<sup>88</sup> *Ibidem*.p.72

Em 1570, a instituição das ordenanças em Portugal se refletiu no Brasil na medida em que o posto de capitão-mor, até então considerada uma prerrogativa dos donatários para comandar os colonos, passa a ser o posto mais alto dessa companhia. A política defensiva da coroa portuguesa pouco muda nesse contexto, passando ainda pela arregimentação dos súditos, comandados pelo senhor, em tropas de organização simples. Mudando o fato de agora serem regidas por lei e regulamentadas, fazendo com que e a estrutura militar dos colonos ganhasse uma forma institucional<sup>89</sup>.

Somente após a Restauração e a subsequente Guerra com a Espanha, por volta de 1640, Portugal constituiu um exército permanente em termos modernos, com a criação das tropas pagas e milícias, colocando em funcionamento toda a estrutura militar organizada pela Coroa para a defesa do território. No Brasil, ao que tudo indica, essas estruturas passaram a funcionar no contexto das Guerras Holandesas (1630-1654), introduzindo “enorme contingente de soldados europeus nas vilas e cidades do Estado do Brasil<sup>90</sup>”. Ou seja, desde meados do século XVII, principalmente a partir das invasões holandesas, já temos implementado aqui o modelo de organização militar semelhante ao que ocorria em Portugal. Semelhante porque o aparato militar transferido para a colônia seria moldado ao se adaptar à sociedade escravista aqui em gestão e as próprias tropas ganhavam características especiais no Ultramar. O exército regular, profissional e permanente, por exemplo, geralmente compostos de regimentos portugueses como o de Bragança, Moura e Estremoz, estava sempre desfalcado nos seus efetivos, e muitos soldados eram recrutados na própria colônia<sup>91</sup> entre brancos e mulatos. Todo o seu efetivo era considerado membro do exército português e, caso fossem reinóis, o serviço na colônia valia em dobro<sup>92</sup>.

Já as tropas auxiliares assumiriam características específicas como o fato de poderem se deslocar de sua base territorial em caso de necessidade bélica, assim como hierarquizava a população civil de acordo com categorias sociais, brancos, pretos e pardos, além de segregações de ordem econômica<sup>93</sup>. Eram organizadas em terços de base territorial, em comarcas e freguesias, não remuneradas, a não ser quanto em serviço ativo. Deveriam

---

<sup>89</sup> Ibidem. p.75

<sup>90</sup> In: PUNTONI, Pedro. A Arte da Guerra no Brasil: tecnologias e estratégias militares na expansão da fronteira da América Portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick (org). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004. p.48

<sup>91</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. Forças Militares no Brasil colonial. IN: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil**. Estudos de História Militar na época Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 105

<sup>92</sup> O tempo de serviço varia de autor para autor, entre 5 e 16 anos e, após isso, poderiam retornar ao Reino e ingressar no exército de lá.

<sup>93</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. p. 77

financiar seu próprio equipamento, fardamento e armamento e não precisam ficar de prontidão sendo convocados somente em caso de alguma necessidade bélica. Ao longo do século XVII, assistimos à burocratização dessas forças que vão pouco a pouco ganhando complexidade, mas sem perder o suporte inicial de obrigatoriedade bélica de seus colonos.

Porém, a organização militar que aqui se formava assumiria desde o início uma característica determinante: o fato de ter convivido e se formado junto com a violenta sociedade escravista. Tal alteração de cenário daria características peculiares ao modelo militar transposto para a colônia, dentre elas podemos citar o advento da chamada Guerra Brasília, que deve ser entendida como resultado “não só da acomodação da arte militar europeia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra<sup>94</sup>”.

Já desde o início da colonização, os poderes públicos enfrentavam dificuldades em cuidar da defesa do território de maneira eficiente diante dos inimigos internos e, para tanto, utilizaram os guerreiros obtidos junto às tribos amigas, assim como os soldados das linhas auxiliares. Essa utilização de índios nos cenários de guerra do ultramar levaria ao advento daquilo que Evaldo Cabral de Melo e Neto denominou de “guerra brasileira” e que já na época, se definia como a percepção de uma arte ou estilo militar peculiar do Brasil e melhor adaptado as suas condições ecológicas e sociais.

Esse tipo peculiar de guerra teria início no contexto das guerras holandesas no Nordeste, ainda no século XVII, em que se destacou a importância do elemento indígena na manutenção da colônia. Diante do fracasso da expedição das tropas regulares nas guerras holandesas, alteraram-se as estratégias para uma “guerra lenta”, ou “guerra brasileira”, como era chamada na época. Resultante da impossibilidade de “oferecer resistência aos holandeses nas cidades ou em campo aberto<sup>95</sup>”, a estratégia utilizada consistia “em deixar os holandeses no controle das praças-fortes, mantendo o da zona produtora de açúcar a espera de uma intervenção da armada” durante a resistência<sup>96</sup>. Nas palavras de Duarte Coelho, a utilidade das emboscadas, ou companhia de emboscadas, era que a “cada dia se fazia mais notória pelo grande temor que o inimigo foi delas conhecendo.”<sup>97</sup> Para tal, o uso dos índios e de sua “arte militar” era essencial.

---

<sup>94</sup> Idem

<sup>95</sup> PUNTONI, Pedro. A Guerra dos bárbaros (Brasil, 1650-1720). In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Op.cit. p. 260

<sup>96</sup> Estratégia utilizada por Matias de Albuquerque, irmão do capitão-donatário Duarte Coelho de Albuquerque.

<sup>97</sup> PUNTONI, Pedro. **A Arte da Guerra no Brasil**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor ; KRAAY, Hendrick (Org.).Op.cit. p.53

Para Puntoni, a longa guerra de restauração de Pernambuco (1645-54) teve seu sucesso garantido, sobretudo, pela utilização dessa forma adaptada de fazer a guerra no contexto colonial. Nas palavras de Charles Boxer, “as decisivas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, foram ganhas por homens habituados ao sol tropical e experimentados na guerra de emboscadas contra homens que tinham aprendido seu ofício nos mais frios campos de batalhas dos Flandres e da Alemanha<sup>98</sup>”.

Na colônia, por influência dos índios, a guerra seguiu outras regras, utilizando amata e os terrenos para em pequenos grupos dar cabo dos inimigos. Essa maneira de guerrear foi assimilada pelos portugueses e não há dúvidas que foi uma forma impiedosa e cruel de combater e sem qualquer traço de cavalheirismo, porém, muito eficaz contra os inimigos. Os brasílicos, conhecedores que eram do terreno e bem adaptados à natureza, idealizaram novas táticas de luta, que assim conjugavam: surpresa, manha, astúcia, ligeireza e agilidade<sup>99</sup>.

Ainda segundo Evaldo Cabral de Melo Neto, após a expulsão dos holandeses em 1654, essa guerra volante sofre um processo de “arcaização”, ou seja, “a guerra brasílica decaía para uma arte militar adequada apenas as ‘áreas arcaicas’, afastadas da marinha e das praças fortes, técnicas quase que só para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados nos sertões do nordeste<sup>100</sup>”. As batalhas com índios continuaram sendo, portanto, uma realidade para todos os homens que se embrenhavam pelo sertão da colônia. Nas Minas, também foram recorrentes muitos desses conflitos envolvendo índios bem como a presença de mestres de campo nos sertões da colônia, combatendo o gentio ao mesmo tempo em que incorporavam suas táticas de guerra. Por isso, também para a configuração de um chefe militar no ultramar, e sobretudo desses mestres de campo, deveriam ser levadas em consideração as diversas realidades que esses oficiais se deparavam por aqui, em um contexto muito diferente do europeu, em que o trato com os índios, seja como aliados ou como inimigos, ocupa um local de destaque e é um ponto importante de caracterização desse grupo.

A presença de negros e índios na organização militar brasileira representava o “processo de formalização da guerra brasílica”, que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do império português e ganhava uma identidade particular com uma legislação própria. “Essas guerras previam contratos para a remuneração dos serviços que

<sup>98</sup> Ibidem. p.130

<sup>99</sup> ARAUJO, Soraya Geronazzo Araujo. A Nova Guerra, a guerra brasílica e a guerra dos sertões: uma nova perspectiva sobre a guerra dos bárbaros. Encontro Internacional de História Colonial, 2. *Anais...* Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set/out. 2008. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais). Acesso em: 23 de outubro de 2012.

<sup>100</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. Rio de Janeiro: Forense; Edusp, 1975.

ultrapassassem simples pagamento dos soldos, com promessas de cativos e terras, e uma legislação especial que garantisse a utilização da crueldade máxima para com os inimigos<sup>101</sup>”.

#### 1.4 A ORGANIZAÇÃO MILITAR NAS MINAS

Vamos nos debruçar agora mais especificamente sobre o contexto de organização das forças militares nas Minas. Com efeito, as últimas décadas do século XVII marcariam uma mudança do eixo econômico, político e administrativo para as províncias do centro-sul, “isto porque os sucessivos conflitos ocorridos no Nordeste (as Guerras Holandesas, os embates para a supressão do quilombo dos Palmares e a Guerra dos Bárbaros), mergulhariam a região numa inveterada crise financeira, agravada pela decadência da empresa canavieira”<sup>102</sup>.

Por outro lado, as relações mercantis entre comerciantes fluminenses e os de Angola, pautada na troca de produtos brasileiros (como mandioca, cachaça e tabaco) por negros africanos, deram respectivo destaque ao Rio de Janeiro no cenário colonial pelo seu crescimento econômico. Ainda podemos citar a fundação da colônia do sacramento, no sul, em 1680, como outra medida que daria destaque para essa mudança dos interesses políticos e econômicos de Portugal sobre sua colônia para as regiões mais meridionais. É salutar entender que a criação da referida capitania daria início, ao longo de todo o século XVIII, a inúmeros conflitos envolvendo Portugal e Espanha pela disputa e controle do extremo sul do país.

Além disso, outras preocupações militares incomodavam Portugal, principalmente a defesa do território. A questão da cidade do Rio de Janeiro, constantemente ameaçada pelas saídas de seus governadores para a região das Minas no início do seu descobrimento, ou pelo deslocamento de suas forças a outras partes da colônia, principalmente para o Sul do país, trazia a necessidade de uma intervenção militar mais efetiva.

Para fechar esse ciclo, a descoberta do ouro e o início da exploração das minas nas outras regiões auríferas (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) se tornaria o principal motivo para toda uma reestruturação administrativa implementada pela coroa. Um grande afluxo populacional foi direcionado à região, provocando uma verdadeira "corrida do ouro", de homens, mulheres e famílias de várias regiões do país e de Portugal que partiram em busca do sonho de ficar rico da noite para o dia. A intensa mistura de pessoas tão diferentes em um

---

<sup>101</sup> PUNTONI, Pedro. **A Arte da Guerra no Brasil**. p. 64.

<sup>102</sup> SILVA, Bruno Cezar Santos da. **A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777)**. . Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

mesmo ambiente, impulsionadas pelo poder do ouro, deu início a uma nova sociedade, marcada também pelo advento de vários conflitos que pipocaram sobre o novo território descoberto. Todos esses acontecimentos levam a Coroa a implementar um forte aparato fiscalista com a presença marcante de uma estrutura estatal, instaurada junto com o desenvolvimento da colônia, visando garantir os interesses metropolitanos tanto no que diz respeito ao do erário régio, a partir de tributos de diferentes natureza, mas também os interesses dos grupos mercantis.

Com tudo isso, a Monarquia Portuguesa reconheceu a necessidade de dar à região mineira uma administração independente da do Rio de Janeiro. Assim, pela Carta Régia de 9 de novembro de 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas Gerais. Seu primeiro Governador foi o mesmo Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que entrou para o governo do Rio de Janeiro em junho daquele ano, tendo governado a Capitania por apenas seis meses. Foi nesse contexto que entrou em funcionamento nas Minas todo o aparato militar que já funcionava em outros cantos da Colônia. No final de 1709, instituíram-se, por carta régia, as ordenanças e milícias nas Minas. Para Kalina Vanderlei Silva, essas organizações tinham importância administrativa grande, pois “enquadram a população livre das povoações não apenas militarmente, mas dentro dos padrões da Coroa, o que permite que os braços do Estado alcançassem até as povoações mais distantes<sup>103</sup>”.

Instituídas nas Minas por carta régia, as ordenanças foram sistematicamente organizadas em diversas vilas e arraiais assim que eram criados como Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes, Serro Frio, etc.

Vale lembrar que no Brasil, ao contrário de Portugal, o caráter nivelador que se introduzia com as Ordenanças gerava grandes expectativas. Se em Portugal a associação com as Ordenanças era tida pela nobreza como desonrosa, devido à dissociação entre a expectativa de um acréscimo de honra e a participação nesta força militar – que se traduzia numa resistência ao recrutamento e à participação nos seus escalões mais altos – o cenário no Brasil era outro. Se levarmos em conta que na América Portuguesa a hierarquia social se forjava na presença do escravismo, o corte social proposto pelas Ordenanças era uma oportunidade de afirmação social e de distinção entre os homens livres, sendo por isso a posse de uma patente nesta força militar algo muito requisitado pelas elites locais<sup>104</sup>.

Na colônia, e em especial na Capitania de São Paulo e Minas Gerais (nesta última só depois de 1720), as Ordenanças, ainda muito cedo, tiveram um papel civilizador e de morigeração das populações. “Esse papel foi reconhecido e apontado por Bernardo Xavier

---

<sup>103</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit, p. 10

<sup>104</sup> Costa. **Op. Cit.** p.54



Pinto e Souza, embora se referindo ao governo do Conde de Valladares (1768-1773): “[...] e formando as ordenanças de brancos, pardos e pretos libertos em corpos diferentes, com oficiais próprios, civilizou por este modo os habitantes da capitania.”<sup>105</sup>

No mesmo ano, entraram em funcionamento as tropas auxiliares que também se pautava no uso de civis. Tinham como missão atuar no caso de invasão externa, mas na prática realizavam uma série de funções no âmbito da capitania.

Tais tropas eram compostas pelos *Regimentos Auxiliares*, que poderiam ser *Regimentos de Cavalaria de Nobreza* e *Regimento de Cavalaria Comum*. Nos regimentos de cavalaria era considerado idôneo para o alistamento todo o homem branco ou tido como tal, que possuísse cavalo do seu andar, e um escravo que lhe tratasse do sustento. Quando comprovado o empobrecimento procedia-se, imediatamente, a sua transferência para a infantaria. Por sua vez, os *Regimentos de Infantaria* congregavam, em corpos separados, homens brancos, pardos e negros libertos. Posteriormente, os Auxiliares foram transformados em Milícias ou *Regimentos Milicianos*<sup>106</sup>.

Dentre as principais funções dessa força estaria a de socorrer as fronteiras para as quais estivessem designados, atribuindo a eles uma maior responsabilidade no que diz respeito à defesa do território. Por serem tropas de maiores deslocamentos, constituíam-se como uma força apta à defesa regional, em qualquer ponto da capitania que se fazia necessário, devendo estar sempre em boa ordem. Assim vimos os auxiliares nas Minas diversas vezes ir ao socorro do Rio de Janeiro, quando da invasão dos franceses, e também ao sul do país no contexto de disputas territoriais com os espanhóis.

Eram de serviços não remunerados realizados por homens obrigatoriamente engajados militarmente, constituindo-se por moradores que não haviam sido recrutados para as tropas de primeira linha, e dos casados em idade militar, “geralmente pequenos agricultores, que quando se fazia mister, deixavam suas lides para acudir as necessidades militares”<sup>107</sup>, sendo por isso denominados de “paisanos armados.” Também foram batizadas pelo Conde de Lippe de “anfíbios”: meio militares, meio paisanos e “constituíam um traço

<sup>105</sup> SOUZA, Bernardo Xavier Pinto e, **Memórias Históricas da Província de Minas Geraes**. In: *Revista do A.P.M.*, ano 1908, v. 8, pag. 523-639. Ver pag. 537. Disponível em: [http://buratto.org/gens/gn\\_tropas.html](http://buratto.org/gens/gn_tropas.html). Acesso em: 12 de outubro de 2012

<sup>106</sup> COTTA, Francis A. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII**. Meme: revista de humanidades. Departamento de Historia e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme06/005-p.pdf>. Acesso em: 28/07/2013

<sup>107</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **As Forças Militares no Brasil colonial**. In: POSSAMAI, Paulo.(Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil, estudos de história militar na idade moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 105

central da política militar do Império português”<sup>108</sup>. Aos oficiais auxiliares, além das obrigações militares cabia a prestação de outros tipos de serviços. Refiro-me aqui aos diversos serviços prestados à administração colonial, cabendo-lhes, além do caráter militar, inúmeras outras, “que não encontravam previstas em sua legislação.”<sup>109</sup> Em Minas são inúmeros os relatos desses oficiais atuando em diversos serviços, desde a arrecadação dos quintos até a construção de estradas, pontes, captura de escravos foragidos, etc.

Muito se tem ressaltado que os postos nas Ordenanças e Milícias eram ocupados por homens que tinham destacado poder na esfera local, negociando sempre mais privilégios, lutando por recursos vários para angariar mercês, reafirmando novos merecimentos com nova demonstrações de fidelidade e, constantemente, se movimentando para sustentar sua “qualidade”<sup>110</sup>. É fato também que esses oficiais, por pertencerem a um quadro de poderio local, estavam em geral vinculados às câmaras municipais e eram eficazes no controle da população local. Efetivamente tinham a responsabilidade da defesa da região. Segunda as palavras Maria Beatriz Nizza da Silva: “A nobreza civil ou política resultava, na Colônia como na Metrópole, das dignidades eclesiásticas, dos postos da tropa auxiliar, dos cargos da república, ou seja, camarários, dos graus acadêmicos e, depois da legislação Josefina, do grande comércio transatlântico”<sup>111</sup>.

Além disso, a instituição destas forças, sobretudo Milícias e Ordenanças, nos aponta para uma comunicação existente entre as esferas local e central, que segundo as palavras de Caio Prado “estenderam-se com elas, sobre todo aquele território imenso, de população dispersa, as malhas da administração cujos elos teria sido incapaz de atar, por si, o parco oficialismo oficial”<sup>112</sup>.

A organização militar nas Minas se completaria no ano de 1719, quando a pedido de Pedro de Almeida e Albuquerque, o Conde de Assumar, tropas regulares se deslocaram de Portugal para atuarem em território mineiro. Com isso estaria em funcionamento as Tropas Pagas ou de primeira linha conhecidas, nas Minas, como Companhia dos Dragões<sup>113</sup>, sendo

<sup>108</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. **A metamorfose de um militar em nobre.**a trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino. Revista Tempo: Vol. 12, nº 24. Niterói, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci_arttext).

<sup>109</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII:** as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado. p.64

<sup>110</sup> FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”:** perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado. p. 266

<sup>111</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Editora UNESP, 2005. Pg.20-21.

<sup>112</sup> PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>113</sup> A respeito deste tema, ver: COTTA, Francis A. Op.Cit.

seus postos ocupados por homens geralmente vindos de Portugal<sup>114</sup>. Eram as únicas forças que “recebiam soldo, fardamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência hospitalar”<sup>115</sup>. Elas teriam atuado nas Minas por 56 anos quando em 1775, com a reestruturação militar implementada pelo então Governador Dom Antônio de Noronha, foram dissolvidas. Naquele mesmo ano se criou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas (que herdou a denominação *Dragões*). “Ao longo do século XVIII encontraremos os Dragões nas guardas, nos registros, nas patrulhas nos destacamentos, na proteção de autoridades e a conduzir ouro e diamantes para o Rio de Janeiro e recrutas para São Paulo e Sul do Brasil”<sup>116</sup>.

Segundo Francis Cotta, foram instaladas nas Minas nos seus primeiros anos três companhias de Dragões que já vieram prontas de Portugal. As duas primeiras no ano de 1719 e a outra, após 10 anos, por volta de 1729, que foi direcionada as "Minas Novas", porém subordinada ao Governo da Bahia, e, portanto, ao Vice-Rei do Brasil.

Depois de 1757 as "Minas Novas" passaram para o controle do Governo das Minas Gerais, inclusive a 3ª Companhia de Dragões. As três (3) Companhias de Dragões existentes na Capitania de Minas Gerais, no ano de 1775, foram reunidas para formar o Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de Vila Rica. Houve também tropas de Dragões em Goiás e Mato Grosso, formadas, pelo menos em parte, com contingentes deslocados das "Minas Gerais", a partir do ano de 1736.<sup>117</sup>

Por tudo isso que foi dito é possível perceber que a caracterização e a definição dos mestres de campo alteravam-se do reino para o Ultramar. Embora não tenhamos trazido muitos exemplos a respeito da caracterização dos mestres de campo em Portugal, é possível perceber pela literatura existente que os homens que atuavam nas colônias tinham um perfil bem diferente. Ao transplantar o modelo militar para o ultramar, a patente sofreria adaptações ao se ajustar as sociedades escravistas da América Portuguesa. Certamente os homens que se tornavam mestres de campo nas Minas, mesmo encaixados em uma série de regras e normas que compunham a legislação portuguesa, iriam se diferenciar em muito daqueles que ocupavam o mesmo posto em Portugal. A contar pelos critérios de ascensão que em Portugal eram pautados muito mais no nascimento ilustre, no berço, do que propriamente nos serviços

<sup>114</sup> Com a administração pombalina (1750-1777) que a ocupação dos cargos passa a ser estendida também aos habitantes da América.

<sup>115</sup> COTTA, Francis A. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos**: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. Meme: revista de humanidades. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 3. n. 6, out./nov. 2002, p. 15

<sup>116</sup> COTTA, Francis. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos**: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. p. 17

<sup>117</sup> COTTA, Francis. Erro! Apenas o documento principal. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos**: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. p. 21

prestados. O que veremos no Ultramar e conseqüentemente nas Minas são homens incessantes na busca por reconhecimento em que os serviços prestados ao Rei, em diversas situações, sobretudo aqueles relacionados a questões como a defesa e o controle do território eram muito bem explorados e utilizados por eles na busca pelo reconhecimento local. Em Portugal, eram nomeados diretamente pelo Rei ao passo que nas Minas a função era dos governadores, mas nem sempre tinham patentes confirmadas pelo Rei. Também, não podemos deixar de citar que a própria presença de homens em um ambiente tão diferente do europeu, dos campos de batalhas e a sua formação em uma sociedade escravista, daria a eles peculiaridades próprias àqueles que batalhavam nos cenários de guerra do Ultramar. Afinal, suas carreiras foram construídas em um ambiente inóspito, em uma sociedade ainda em formação, em que deveriam se defender e guerrear contra e com índios e quilombolas em cenários de guerra bem diferentes do europeu. Essa constatação é perceptível na correspondência oficial de alguns governadores no último quartel do século XVIII, em que se destacou a especificidade das técnicas de combate dos corpos militares compostos por pardos, negros e índios. “Em suas ações, utilizavam as emboscadas; caíam de surpresa sobre os inimigos; exploravam a seu favor os acidentes topográficos; conheciam as matas, as montanhas e os rios; sabiam tirar da natureza seu alimento. Enfim, utilizavam as táticas de guerrilha, que tanto assustavam seus adversários”<sup>118</sup>. Além disso, como vimos, é possível mencionar que a participação nas Ordenanças era tida pela nobreza portuguesa como algo desonroso. No Brasil, o cenário era outro e esses postos eram extremamente requisitados pelas elites locais<sup>119</sup>.

De todo modo, o que gostaria de ressaltar nesse capítulo é que a formação do soldado português, seja de baixa ou alta patente, assumia peculiaridades específicas no ultramar e que em muito se diferenciava do modelo europeu. Os nossos mestres de campo eram homens brancos, rústicos, acostumados a batalhas nos sertões, sob o sol, lutando com índios e negros e ampliando seu poder e autoridade. Será uma parcela dessa realidade que veremos no desenrolar dessa dissertação.

No próximo tópico ensinaremos algumas considerações a respeito do que significava ser soldado no Antigo Regime em Portugal e em sua colônia. Não me refiro aqui a soldado apenas como os de baixa patente, mas entendo que essas contradições marcaram a organização militar em sua totalidade, influenciando em maior ou menor grau todos os

---

<sup>118</sup> PUNTONI, Pedro. A Arte da Guerra no Brasil. p. 64

<sup>119</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado. p.35

homens envolvidos na hierarquia das tropas. O termo soldado, nesse sentido, não implica em uma separação entre oficiais de alta patente e os de baixa patente, mas refere-se ao que foi denominado soldado em contraposição ao guerreiro que caracterizava o imaginário medieval. Além disso, a preocupação com a instituição de uma disciplina militar permeava todas as esferas, em maior ou menor grau, dependendo da posição na hierarquia que ocupavam.

### 1.5 SER SOLDADO NO ANTIGO REGIME

Nesse momento se faz necessário apresentar as diferentes formas de ser militar que marcaram o século XVIII tanto em Portugal como no Ultramar. Ser soldado no Antigo Regime, sobretudo na primeira metade do século, não significava ter uma preparação adequada em acadêmicas específicas com matérias dedicadas aos estudos sobre técnicas e práticas militares. Para se tornar um “homem de guerra” aprendiam nas batalhas, luta após luta, os requisitos necessários para sua sobrevivência. Por isso mesmo, era muito valorizada a experiência militar mediante atuações bélicas como um forte fator para a aquisição de mercês. Ordenando toda a sociedade em uma cadeia de serviços e trocas, de dom e contra dom, ligando todos os homens por redes de beneficiamentos, a lógica das mercês permeava também os critérios de ascensão dentro das tropas. Assim, foram os serviços prestados ao Rei a fonte de prestígio e *status* social das elites coloniais e, nesse sentido, a ocupação de cargos militares assumia um papel de destaque. Segundo as palavras de Laura de Mello e Souza, “os postos militares passaram a ser procurados por conferir a seus ocupantes status e honra”<sup>120</sup>. Por isso mesmo, é salutar perceber que os ofícios militares eram um “importante instrumento de hierarquização, promovendo a inserção das elites locais e de outros estratos sociais em uma ordem política pautada pela lógica do antigo regime luso, em que as desigualdades sociais cumprem um papel estruturante.”<sup>121</sup>

Ao observarmos a organização militar setecentista na cidade do Rio de Janeiro, e não muito diferente de outras partes do Império, podemos perceber essas mesmas características:

não era uma instituição com alto padrão de racionalização. Em seus quadros, havia oficiais com carreiras construídas por diferentes meios. Essa pluralidade de formas de ser militar devia-se em parte ao monopólio que a Coroa detinha sobre a distribuição de patentes, vistas como mais um dos vários bens simbólicos distribuídos pelo monarca em remuneração aos

---

<sup>120</sup>SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra*. Op. cit. p. 169.

<sup>121</sup> Idem

serviços prestados por seus súditos. Com isso, a hierarquia do Exército tornava-se permeável à hierarquia social<sup>122</sup>”.

Com isso, muito mais do que os saberes da guerra para a composição do corpo militar, eram os serviços prestados ao Rei a forma que esses indivíduos encontravam para distinguirem-se socialmente e também na esfera militar. Nesse caso, como nos mostra Ana Paula Pereira Costa, “a direção social por homens de qualidade das mais importantes instâncias da sociedade, e entre elas se incluem a militar, era desejada e baseada em uma autoridade difusa, concentrada e sem especialização.”<sup>123</sup>

Foi só na segunda metade do século XVIII, com a chegada do Marquês de Pombal ao trono português, que começa a haver uma preocupação com a instituição de uma disciplina militar. Visando centralizar a administração, Pombal promoveu uma série de mudanças político-administrativas que se refletiram também nas estruturas militares. O objetivo maior de tais reformas era a consolidação e estabelecimento da autoridade da Coroa a partir da subordinação e obediência de todos os seus súditos sobre uma ampla concepção do papel das forças armadas propondo assim um “paradigma de ordem”<sup>124</sup>. O soldado não mais se limitava à valentia, era preciso aprender as táticas de guerra. Nesse contexto, na década de 60, Portugal passou por uma reforma de matriz prussiana que foi responsável pela implementação do modelo mais evoluído da Europa<sup>125</sup>. O responsável por tais reformas foi Frederico Guilherme Ernesto, o Conde de Lippe, que por indicação do Rei Dom Jorge II da Inglaterra foi nomeado marechal-general do exército português, encarregado do comando superior das tropas e diretor geral de todas as armadas no ano de 1762. Pautando-se na noção de que a guerra é uma ciência, Lippe passou a incentivar a leitura de livros sobre a arte da guerra como fundamental para a formação do “espírito militar”, fazendo com que os soldados lessem em seus horários de descanso e deixando sob-responsabilidade dos comandantes alguns desses livros. “As luzes adquiridas pelo estudo eram tão necessárias para “saber obedecer como para mandar com inteligência.”<sup>126</sup>

---

<sup>122</sup> BARRETO, Adriana. **A metamorfose de um militar em nobre: a trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino**. Revista Tempo: v. 12, n. 24. Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 26 de setembro de 2015

<sup>123</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Op. Cit.** p. 55

<sup>124</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América**. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado.

<sup>125</sup> COTTA, Francis Albert. A fabricação do soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo (org). **Op. Cit.** p. 47.

<sup>126</sup> *Ibidem*. p.48

Também foram levadas à frente as propostas de Ribeiro Sanches para a criação da “Escola Militar ou dos Nobres”<sup>127</sup>, que visava instituir uma pedagogia militar capaz não só de introduzir técnicas e atividades de guerra e combate, mas também de estabelecer uma educação capaz de formar disciplina e ordem de acordo com os novos interesses e à nova fundamentação teórica do poder do Estado, ou seja, formar súditos do Rei. A educação era direcionada a nobres destinados a servir no exército e nos cargos civis, disciplinando toda a sociedade. Para Ribeiro Sanches, as mudanças na estrutura militar seriam fundamentais para formar essa nova ordem, afinal:

A força, o animo ousado e a valentia já não são bastantes para vencer, como quando fazíamos a guerra expulsando os mouros da pátria. A arte da guerra, hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo, necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão<sup>128</sup>.

No Ultramar, a instituição dessa pedagogia militar foi implementada na administração do Vice-rei do Estado do Brasil, o Marquês de Lavradio (1769-1779), que governou com precisas regras hierárquicas assegurando a unidade da República e submetendo a pluralidade de membros a um único fim: “a felicidade do bem comum, postulada como a força capaz de reunir, ou reduzir, todos os indivíduos a um só corpo”<sup>129</sup>. O principal objetivo era integrar os diferentes povos – negros, índios, mulatos e mestiços – ao corpo político do Estado, tornando-os igualmente súditos e conhecedores de “que são depositários das leis e ordem do Soberano”<sup>130</sup>.

Assim, as Ordenanças e Milícias assumiam uma potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se objetivava construir, já que a integração desses povos ao Estado pelas forças militares definia o lugar de cada morador na hierarquia do corpo militar e, conseqüentemente, o seu lugar na república, submetendo-os à vontade do soberano.

Outros esforços se concentraram em pontos importantes: a defesa do território, a expansão econômica e o fortalecimento do poder central. Se em Portugal a modernização do exército esteve nas mãos do Conde de Lippe, aqui, esta tarefa foi atribuída ao tenente general

<sup>127</sup> MELLO, Christiane Pagano. Op cit, p. 82

<sup>128</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América.** Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado.p.82

<sup>129</sup> Idem, p. 82

<sup>130</sup> Ibidem, p. 83

austríaco João Henrique Böhm. Influenciado pelo Conde de Lippe e pelo Marquês de Lavradio, Böhm chegou à cidade do Rio de Janeiro em 5 de outubro de 1732 “com a incumbência de reorganizá-la militarmente e de reformar as forças locais para que tivessem condições de enfrentar os espanhóis – uma ação propriamente intervencionista”<sup>131</sup>, fato que gerava expectativas, afinal, uma reforma que visava reestruturar as forças militares para a guerra abria novas oportunidades, como postos de trabalho, ampliando o número de vagas no Exército.

É importante dizer que mesmo com todos os esforços da Coroa Portuguesa em modernizar seus exércitos e instituir uma disciplina militar, a formação do soldado português, ou do que Lippe denominou como “espírito militar”, teria, ainda, em finais do século XVIII, um longo caminho a ser percorrido. Como demonstrou Cristiane Pagano, em 1777, quando o Marquês de Lavradio nomeou como mestre de campo Fernando Dias Paes Leme na cidade do Rio de Janeiro, referia-se a ele como sendo “das pessoas mais distintas desta capitania, e ter alguns conhecimentos militares”<sup>132</sup>. Nota-se, então, que como critério para a escolha do comandante dos Auxiliares, ainda seria levada em conta a priorização como pessoa de qualidade ou das mais distintas da capitania ao invés propriamente dos seus conhecimentos militares.

No próximo capítulo vamos nos debruçar mais especificamente sobre o grupo de homens que solicitaram a patente de mestre de campo nas Minas setecentistas. Os resultados obtidos nos permitirão perceber alguns traços e características que definem esse grupo enquanto homens de poder, qualidade, e de grande prestígio, sobretudo nas décadas iniciais do século XVIII.

---

<sup>131</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. **A metamorfose de um militar em nobre**: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 de outubro de 2012

<sup>132</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. Forças Militares no Brasil Colonial. In: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Op. cit. p. 117



## 2 ALGUNS ENSAIOS SOBRE OS MESTRES DE CAMPO NAS MINAS SETECENTISTAS

*“e os oficiais subalternos e soldados do dito terço o conheçam por seu chefe e como tal o respeitem, o tratem e continuem obedecendo-lhe com tudo suas ordens de palavra e por escrito no que pertencer ao Real Serviço tão pontualmente como devem e são obrigados”<sup>133</sup>*

Visando atender às propostas de minha pesquisa, meu objetivo neste capítulo é traçar e cruzar dados que sirvam para entender o que significa ser um mestre de campo na Minas setecentista, suas especificidades, os requisitos necessários para a aquisição da patente, seus deveres e serviços para com o Rei. Buscarei reconstituir alguns aspectos da trajetória militar anterior, os cargos ocupados, os serviços prestados antes e depois da aquisição da patente e o alcance político da patente, bem como ressaltar alguns pontos que apontem para o perfil social desses indivíduos. Focaremos em algumas trajetórias, as mais emblemáticas, para dar subsídio ao trabalho servindo como exemplo. Para melhor visualização dos dados, as informações foram organizadas em tabelas.

Nesse caso, como vimos na Tabela 1, trabalharemos com um total de 53 oficiais, dos quais 41 (77,35%) encontravam-se nos terços dos Auxiliares, 6 (11,33%) nas Ordenanças e apenas 3 (5,66%) nas Companhia dos Dragões -homens cujo poder já emanava da própria presença na mais suntuosa força do período colonial. Para entendermos melhor sua importância nessas sociedades, narraremos algumas trajetórias, de modo a demonstrar que, mesmo em tropas e em lugares diferentes dentro da hierarquia militar, esses homens possuíam estratégias sociais semelhantes. Ora trabalharemos com os grupos em separados, como no caso dos mestres de campo das ordenanças, ora com os nomes em sua totalidade, independentemente das forças que ocupam.

Vejam os mais de perto um pouco dessa patente a partir dos dados da minha pesquisa. Sabe-se que o posto teria surgido em Portugal, no ano de 1641<sup>134</sup>. Em Minas, o primeiro relato, de acordo com a documentação consultada por mim, data do ano de 1711, embora se saiba que as Ordenanças e Milícias foram aqui instituídas em 1709 e que, antes disso, a patente já existia em outros cantos da colônia, como Bahia e Rio de Janeiro. No entanto, como

<sup>133</sup> AHU/MG. Requerimento de Francisco Alexandrino, mestre de campo do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do termo de Vila Rica, solicitando a D. José I a Mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. Cx.97, doc. 26.

<sup>134</sup> SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.98.

veremos no Capítulo 3, muitos mestres de campo já estavam, antes mesmo da descoberta do ouro em Minas, mais especificamente pelos seus sertões, fundando arraiais, lutando com os índios e quilombolas, o que indica que a presença de mestres de campo na região que se transformaria em uma das mais ricas capitanias portuguesas é bem anterior à descoberta do ouro.

Sabe-se que no Ultramar os candidatos a mestre de campo eram indicados pelo governador, mas deveriam ter suas patentes confirmadas pelo Rei. Eram os súditos que pediam que “Vossa Majestade lhe faça mercê de mandar passar patente de confirmação”, pois “se necessita de confirmar por Vossa Majestade”. Dos homens analisados e dos quais temos informação, consta uma média de 31 nomes, ou seja, 58,50% do total, que foram nomeados por governadores; 4 deles, ou 9,7%, foram renomeados por outros governadores e apenas para 2 deles, 4,8%<sup>135</sup>, consegui identificar patentes confirmadas pelo Rei. Esses dados são apenas ilustrativos, mas podem nos fornecer alguns indícios importantes. É bem provável que, dada a distância entre o Ultramar e centro de decisão do Império Português, as nomeações ficassem a cargo dos governadores e que muitos homens continuassem servindo mesmo com suas patentes sem confirmação pelo Rei. Cientes da lógica do Antigo Regime como eram, sempre recorriam ao Conselho Ultramarino para saberem se tiveram patente confirmada ou não, mas não deixavam de ocupar o cargo pela ausência da confirmação do Rei.

Essa patente existiu em Minas ao longo de todo o século XVIII, e ainda no início do XIX havia relatos dela. Sua distribuição em períodos e comarcas é o que veremos mais de perto. Podemos observar que a imensa maioria encontra-se na primeira metade do século XVIII. Dos 53 homens analisados, 49 (92,45%) foram providos na primeira metade do século, mais precisamente entre 1711 e 1750, e apenas 4 (7,55%) na segunda metade do XVIII, entre 1750 e 1777. Tanto no levantamento feito no APM como no AHU pude perceber uma diminuição significativa de nomeações; a partir de 1750 os nomes quase desapareceram da documentação consultada.

A escassez de nomes para a segunda metade do XVIII é, no mínimo, curiosa – afinal, foi nesse período que houve um maior incentivo para a formação dessas forças, proporcionada pela ascensão de Pombal ao trono português e pelas mudanças administrativas que este promoveu. Diante de constantes ameaças ao território brasileiro, era necessário ampliar sua capacidade defensiva e a Coroa tomou uma série de medidas que se articulavam com o projeto de racionalização pombalino, visando ao fortalecimento do poder monárquico no

---

<sup>135</sup> Para 16 nomes, 30,20%, não temos informação.

Ultramar. Dentre tais medidas estaria a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, cujo objetivo era aproximar o aparato político-administrativo da principal área econômica da colônia –as Minas –, necessidade que se fazia constante também devido à tensão e instabilidade das fronteiras meridionais que necessitavam de acompanhamento. Assim sendo, dentro dessa lógica, visando à defesa do território contra as potências inimigas, houve uma preocupação com a distribuição interna das tropas. Para tal, “Pombal organizou um modelo de segurança integrado entre as capitanias e que estivesse centralizado na nova capital<sup>136</sup>”. Diante da falta de recursos da Coroa para arcar com a instalação e manutenção de Tropas Pagas, seria inviável para Portugal garantir a defesa do território se não fosse utilizando seus súditos nessa obrigação. Com isso, foi incentivada, em todo o Brasil, a criação de vários regimentos auxiliares de Cavalaria e Infantaria, já que seus oficiais não recebiam soldo da Fazenda Real, não dependendo de recursos para sua implementação. Em 22 de março de 1765, em carta Régia de Dom José I para o vice-rei do Brasil, Antônio Álvares da Cunha, o primeiro pedia para que se mandasse alistar sem exceção “todos os moradores em estado que poderem servir nas tropas Auxiliares, formando-se os terços dos Auxiliares e Ordenanças de cavalaria e infantaria<sup>137</sup>”, em que já sinalizava o desejo de arregimentação dos súditos.

Vejamos a concentração da patente ao longo do século XVIII.

**Tabela 2 – Divisão das nomeações por períodos**

Período	Frequência	%
1711-1720	35	66,0%
1720-1730	6	11,35%
1730-1740	8	15,10%
1740-1750	0	0,0%
1750-1777	4	7,55%
Total	53	100%

Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

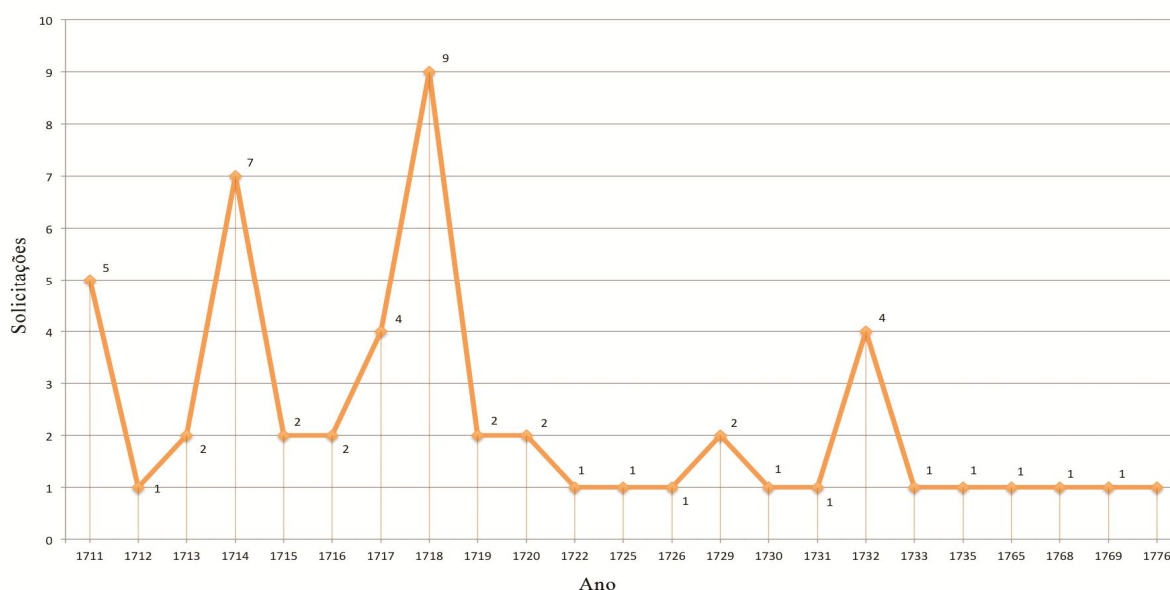
<sup>136</sup>OTONI, Cláudia. Os potentados do Ouro e as estratégias de ascensão social. Como tornar-se nobreza nos trópicos. (Minas Gerais – século XVIII). **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/Doc/res018-pt.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

<sup>137</sup>AHU/MG. Carta Régia de Dom José I ordenando ao Conde da Cunha, Antônio Álvares da Cunha, vice-rei do Brasil, para que mande alistar sem exceção todos os moradores em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, formando-se os terços do auxiliares e ordenanças de cavalaria e infantaria. Cx.85, doc. 42.

Como podemos perceber, a maior parte deles encontram-se localizados nos primeiros 20 anos de descobrimento das Minas. Entre 1710 e 1720, encontramos 35 nomes, ou seja, 66% dos casos. Se nos debruçarmos melhor sobre as nomeações feitas nesse mesmo período (Tabela 8), vamos perceber que 14,25% solicitaram a patente por volta de 1711, 20,0% em 1714, 9% em 1718 e 5,70% em 1713, 1715, 1719 e 1720, anos fulcrais para a criação da capitania. Daí depreende-se uma primeira característica de grupo que será melhor especificada ao longo deste trabalho. Com essas informações e com parte das trajetórias, podemos perceber que os mestres de campo estavam em maior concentração nas primeiras décadas do século XVIII, estando entre um grupo muito específico no início da formação da região: o dos primeiros povoadores e colonizadores de um novo território dotado de imensas riquezas, como o ouro. Afinal, esse foi um momento de oportunidades, tanto para Coroa como para os diversos indivíduos, de ampliação de suas redes de relacionamento, de sua riqueza, de seu poder de mando e de sua autoridade. Assim, e ao mesmo tempo em que garantiam a governabilidade régia no ultramar, também conquistavam verdadeiro poder nas Minas, estando a ponto de negociar seus interesses com o Rei.

O gráfico abaixo nos fornece também algumas informações sobre a nomeação desses homens, vejamos:

**Gráfico 1 – Solicitações de patente de mestre de campo**



Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Observando os dados do gráfico, podemos perceber alguns picos de concentração de nomeações em momentos-chave da formação das Minas. O primeiro deles é o ano de 1711, que marca o primeiro conflito envolvendo questões relacionadas a posse do território, como a invasão dos franceses à cidade do Rio de Janeiro, fato que mobilizou um grande contingente de colonos e resultou um forte esforço de mobilização para defesa do território. Já em 1714, com 7 nomeações, foi o momento da organização dos quintos, principal imposto cobrado e cujo pagamento deveria ser garantido, estando sua cobrança nas mãos de homens que tivessem poder de mando suficiente para garantir esse pagamento. Em 1718, ocorreu nas Minas a instalação das primeiras Casas de Fundição, e, em 1732, provavelmente ligado à descoberta dos diamantes, alguns anos antes, em 1729. Assim, notamos um prestígio visível desses homens nessa sociedade. A escolha pelos mestres de campo pode ser explicada pelo fato de possuírem exércitos, controle sobre os escravos e autoridade suficiente para conseguirem por fim as revoltas e motins, garantindo a ordem para a coroa portuguesa.

Esses primeiros anos foram também os mais conturbados para a capitania, em que diversos conflitos por conta do domínio do território foram surgindo, bem como por seu controle e fiscalização e, nesse sentido, os mestres de campo tiveram um papel determinante na garantia do controle da região para acalmar os ânimos da população, ampliando suas redes de relacionamento e, conseqüentemente, seu poder e prestígio nessas sociedades. Mas também se revoltaram contra a Coroa, sobretudo com sua política econômica e fiscal, em grandes conflitos de jurisdição e caracterização, com os quais iremos nos preocupar agora.

Por potentado local se entende “um homem poderoso, grande proprietário de terras que, principalmente nos sertões, exercia seu mando de forma quase sempre autônoma, fugindo às tentativas de controle metropolitano”<sup>138</sup>. Esses homens que vieram para as Minas eram, em sua maioria, negociantes de gado nos sertões de São Francisco, paulistas, portugueses e comerciantes de escravos na Bahia. Contando com milícias de escravos armados, esses povoadores e conquistadores viram nas Minas possibilidades econômicas e de execução do poder de mando a partir da promessa, por parte da Coroa Portuguesa, de retorno financeiro e mercês<sup>139</sup>. Por requererem tal privilégio, eram retribuídos via mercês, sesmarias, ordens de Cristo, cargos e patentes, tornando-se juntamente juizes, ouvidores, provedores,

---

<sup>138</sup>. BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**. Colônia e Império. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 156.

<sup>139</sup> OTONI, Cláudia. Os potentados do Ouro e as estratégias de ascensão social. Como tornar-se nobreza nos trópicos. (Minas Gerais – século XVIII). **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.iict.pt/pequenano breza/arquivo/Doc/res018-pt.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

ampliando suas redes de modo a garantir seus privilégios. Como não havia ainda no início da conquista das Minas um corpo militar capaz de se opor a esses potentados, a Coroa buscou cooptar esses indivíduos via concessão de mercês ao corpo do estado, num processo de negociação em que a contenção das revoltas era, por muitas vezes, negociada em troca de honrarias, perdão e postos civis e militares. Por outro lado, aqueles potentados que ajudassem a Coroa na contenção de motins também eram agraciados com tais benefícios, na tentativa de desarticular as redes clientelares tecidas por esses poderosos<sup>140</sup>. É esse o grupo de homens em que se encontram muitos mestres de campo, que iriam se transformar em poderosos locais, os chamados potentados.

Interessante perceber que esse grupo de homens era perspicaz nas estratégias de manutenção de seus interesses, ora colaborando com as aspirações da Coroa, visando à obtenção de privilégios, ora se opondo as suas investidas, mantendo-se independentes, facilitando os descaminhos do ouro, encabeçando motins. Muitos desses motins mostraram “a necessidade de a Metrópole cooptar potentados, responsáveis pela fragmentação do poder do soberano ao constituírem fortes redutos de poder privado”<sup>141</sup>.

Assim, ao mesmo tempo em que esses potentados se confrontavam com a Coroa em seus “territórios de mando”, também contribuía com o Rei através de serviços como o controle de motins, a arrecadação dos quintos, a manutenção dos territórios e o uso de seus escravos e subordinados em diversas situações que atendessem ao interesse da metrópole. Esse fato pode ser comprovado pela carta encaminhada em 1717 por Dom Pedro de Almeida ao Marquês de Angeja, afirmando que esses poderosos: “abusam do seu poder, em outras são muito essenciais ao mesmo serviço de Nosso Rei, pois servem aos governadores de instrumentos para conseguirem cobrar os quintos, para reprimir os revoltosos de menos poder, para prender criminosos”<sup>142</sup>.

Um grande exemplo de potentado local que expressa essas ações em sua relação com a Coroa foi Manuel Nunes Vianna. Enquanto mestre de campo, envolveu-se em diversos conflitos com a Coroa Portuguesa, usurpando o governo das Minas e entrando em conflito, também, por questões relacionadas ao abastecimento, uma vez que ele controlava o comércio

---

<sup>140</sup> OTONI, Cláudia. Os potentados do Ouro e as estratégias de ascensão social. Como tornar-se nobreza nos trópicos. (Minas Gerais – século XVIII). **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa, 18 a 21 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/Doc/res018-pt.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

<sup>141</sup> ANASTASIA, Carla. Extraordinário Potentado: Manoel Nunes Viana e o motim de Barra do Rio das Velhas. **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997, p.p. 98-107.

<sup>142</sup> Carta de Pedro de Almeida para o Marquês de Angeja de 30 de dezembro de 1717, APM. Seção colonial. Códice SG 11. fls.8-9.

de gado vindo da Bahia. Mesmo diante de sua rebeldia, Nunes Vianna teria recebido a patente de mestre de campo em 1719 e também o Hábito da Ordem de Cristo. Vejamos um pouco de sua história, de modo a entender essas relações.

Manuel Nunes Vianna foi uma das figuras mais controversas da história das Minas, ora visto como um cruel facinoroso, ora como generoso e bondoso. Era português, natural de Vianna do Minho e filho de Antônio Nunes Viegas. Teria aparecido na cidade da Bahia, no fim do século XVII, ainda bem moço, ativo e “valente espadachim”.

A notícia que tenho de Manuel Nunes Vianna é que chegando novato a cidade da Bahia, suspendeu ter uma pendência com dois ou mais homens, e na mesma, quebrando-se-lhe a espada pelas guarnições, se defendeu com o chapéu na mão, de sorte que chegou a concluir um e tirar-lhe a espada da mão e com ela matou outro e se ocultou; de cujo sucesso tendo o governador daquela cidade notícia, o mandou vir a sua presença para o ver e pedindo-lhe o dito Vianna que o valesse, deu-lhe várias cartas de favor para o sertão, aonde fez numerosas façanhas e se opulentou de sorte.<sup>143</sup>

Nos sertões do São Francisco, Nunes Viana traçaria sua trajetória como grande sertanista que foi; ao sair da Bahia em direção ao sertão, ficou muito rico e conquistou grande poder. Conseguiu uma procuração de dona Isabel Maria Guedes de Brito, viúva do capitão Antônio da Silva Pimentel e filha sucessora do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, a fim de representá-la nos direitos que tinha de um grande latifúndio que foi doado a seu pai e que abrangia aproximadamente 160 léguas de terra “indo do morro do chapéu até as nascentes do Rio das Velhas”<sup>144</sup>. Ao entregar a carta para o governador, conseguiu a gratificação de regente e mestre de campo do rio São Francisco, o mesmo que gozava Antônio Guedes de Brito. Suas funções eram a criação de gado vacum nos limites do território que exercia seu mando, combate a índios bravos e extinção dos quilombos.

Nos sertões do Rio São Francisco, sempre executou as ordens que lhe foram dadas pelos governadores-gerais, fazendo prender muitos facinorosos, que cometiam insultos, franqueando as estradas para passo seguro dos comerciantes das Minas, evitando com o seu cuidado as violências e mortes costumeiras nas liberdades daquele sertão, que também defendeu de quadrilhas de ladrões que roubavam aos que vinham das ditas Minas.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> Informações retiradas do Códice Costa Matoso. Biblioteca Municipal de São Paulo. Folha 101. In: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, 1954. p. 427.

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Ibidem.

Com o tempo, Nunes Vianna passou a fundar suas próprias fazendas para criação de gado, conquistando grande fortuna. Quando da descoberta do ouro, passou a dedicar-se também à mineração, passando posteriormente da região do São Francisco para a de Caeté, onde explorou muitas minas, algumas delas em sociedade com o seu primo Manuel Rodrigues Soares, sem, no entanto, deixar a criação do gado, em que abastecia as Minas, junto com outros gêneros, tendo o monopólio do abastecimento de carne na região.

Com isso, Manuel Nunes Vianna alcançou grande poder, com ampla rede de clientela, fato que lhe permitiu entrar em conflitos com a Coroa. Nas Minas, Nunes Vianna foi alcaide-mor, escrivão da Ouvidoria da Vila de Sabará e chegou a ser aclamado, pelo povo, governador delas.

Um dos primeiros conflitos envolvendo seu nome foi no ano de 1708, no contexto da Guerra dos Emboabas, envolvendo os paulistas e emboabas (forasteiros). Manuel Nunes Vianna era o principal líder e representante desse último grupo e ficou conhecido como o “Rei dos Emboabas”, sendo aclamado governador interino de toda a região mineira. “Os incidentes envolvendo esses dois grupos, ampliaram o clima de conflito na região e fizeram com que os emboabas, alvoroçados aclamassem-no como governador das Minas e estabeleceu a ordem, obrigando-os a reconhecerem a autoridade da Coroa”<sup>146</sup>.

Em 1719, aparece novamente em outro conflito envolvendo as autoridades portuguesas, na região dos sertões da Comarca do Rio das Velhas, o qual abarcava questões fiscais e de abastecimento das Minas. Nesse interim, Nunes Viana teve longas desavenças com o governador das Minas, Pedro de Almeida, o Conde de Assuma, a respeito da jurisdição sobre o território, domínio e controle da região do Ribeirão do Rio das Velhas, fato que culminaria na sedição de Vila Rica, como ficou conhecido esse episódio. “Durante a primeira metade do século XVIII, a postura de Portugal em relação aos ‘poderosos’ das Minas foi sempre ambígua, o que contribuiu para consolidar o poder destes homens nas principais áreas mineradoras”<sup>147</sup>. Nunes Vianna teria incentivado os moradores do latifúndio de Dona Maria Isabel a não pagarem os dízimos ao governo de Minas, reconhecendo caber à Bahia, e não às Minas, a jurisdição sobre o dito latifúndio. Também não autorizou a dar pastagens ao gado que por ali passava, prejudicando o abastecimento das Minas e preocupando o Conde de Assumar. Em carta de 1719, o mesmo governador alertava ao Rei sobre a necessidade de se impedir definitivamente a presença de Nunes Viana no sertão do Rio São Francisco para que

---

<sup>146</sup> ANASTASIA, Carla. Extraordinário Potentado: Manoel Nunes Viana e o motim de Barra do Rio das Velhas. **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997, p.p. 98-107.

<sup>147</sup> ANASTASIA, Carla. Extraordinário Potentado: Manoel Nunes Viana e o motim de Barra do Rio das Velhas. **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997, p.p. 98-107.



ali houvesse sossego. Nesse motim, Nunes Viana chegou a ser expulso das capitâneas de Minas, porém, também recebeu mercê do Rei pelos “relevantes serviços” prestados à Coroa, sendo perdoado por todas as suas diligências com ela.

Manuel Nunes Vianna também foi grande contrabandista e cristão novo, porém tais características não o impediram de ser agraciado pela Coroa Portuguesa “na prestigiosa e elitista Ordem de Cristo, não obstante sua origem judaica, o que mostra a arbitrariedade com que se aplicavam as “leis de limpeza”<sup>148</sup>.

Após ordem régia, Manuel Nunes Vianna permaneceu na Bahia desde que retornou à colônia, no ano de 1728, onde veio a falecer em 1738, muito idoso. Para alguns historiadores, Vianna é um dos mais discutidos colonizadores, sendo um “dos maiores contribuintes para a segurança e o desenvolvimento do sertão do Rio São Francisco, desde a Barra do Rio Grande até a Barra do Rio das Velhas. A Bahia muito lhe deve como um dos seus mais denotados sertanejos e Minas Gerais o deve considerar, principalmente, como uma das figuras representativas da sua pronta autonomia administrativa”<sup>149</sup>. Esse grande potentado em muito exemplifica o grande poder, prestígio e capacidade de negociação com a Coroa Portuguesa, tendo muitas vezes suas demandas reconhecidas, demonstrando que o Rei era dependente desses homens para a aplicação e manutenção da governabilidade no Ultramar.

No que tange à distribuição por comarcas, seria inviável, pela escassez de números, delimitar o recorte espacial para apenas uma delas. Diante dessa dificuldade, optei por trabalhar todas as comarcas mineiras que apareceram na documentação. Sendo assim, a tabela abaixo organiza os mestres de campo de acordo com as localidades em que atuaram.

**Tabela 3** – Divisão dos mestres de campo por Comarca (1711-1777)

Comarca	Frequência	%
Rio das Velhas	15	28,30%
Rio das Mortes	6	11,33%
Vila Rica	15	28,30%
Serro Frio	7	13,20%
Não identificado	10	18,87%
Total	53	100%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

<sup>148</sup> NOVINSKY, Anita. Ser marrano nas Minas colonial. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p.p. 161-176.

<sup>149</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo, 1954, p. 431.

Os números acima refletem uma maior incidência do posto na Comarca de Rio das Velhas, com 15 casos (28,30%), e Vila Rica, também, com 15 (28,30%), Serro Frio com 7 nomes (13,20%) e, por fim, Rio das Mortes com 6 (11,33%) do total. Ou seja, a presença desses homens se fazia observar nas Comarcas Mineiras em que mais se percebia a presença do ouro e onde a densidade populacional era maior. Sendo assim, os mestres de campo se concentravam nas regiões onde era maior a necessidade de controle, defesa e manutenção da ordem. No próximo tópico vamos começar a analisar quais requisitos deveria preencher um candidato a mestre de campo.

## 2.1 OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A AQUISIÇÃO DO POSTO

A esses oficiais seria imprescindível o poder de mando, afinal, eram os responsáveis pelo controle, instrução e disciplina dos homens sob seu comando. Ser comandante significava assumir o papel de cabeça do corpo militar, enquanto os demais oficiais seriam os membros, denotando que o universo militar era também influenciado pelo paradigma corporativista segundo o qual o indivíduo não existe sozinho e, sim, como parte de um todo, ocupando um lugar na ordem, uma tarefa ou dever social<sup>150</sup>.

Nas Minas, para se ter noção do potencial de mando atribuído a estes oficiais, Francis Albert Cotta nos fornece uma indicação de quantos homens aproximadamente deveriam ficar sob o comando de um mestre de campo. Ao analisar a trajetória de Francisco Alexandrino, homem pardo que recebeu a patente de mestre de campo por volta de 1770, afirma: “tinha sob suas ordens vinte e três companhias de pardos e sete de pretos libertos, o que representaria cerca de 1800 homens sob seu comando<sup>151</sup>”.

Assim como ele, há outro mestre de campo pardo, Joaquim Pereira da Silva, que também nos fornece informações sobre o número de homens que comandava. Tinha 48 anos, era solteiro e possuía 24 escravos e dois agregados forros. Em 19 de junho de 1782, quando faz novo requerimento solicitando confirmação do posto de Mestre de Campo do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos, do termo da Vila de São José do Rio das Mortes<sup>152</sup>, liderava:

---

<sup>150</sup>COSTA, Ana Paula. Op.cit. p. 105.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Requerimento de Joaquim Pereira da Silva pedindo carta patente de confirmação do posto de mestre de campo do terço de infantaria auxiliar dos homens pardos e libertos, do termo de Vila de São José do Rio das Mortes. Cx. 118, doc. 46.

Quatorze companhias de pardos libertos e seis companhias de pretos libertos, perfazendo cerca de 1.320 militares. O poder adquirido por esses homens era considerável. Os próprios governadores, ao emitirem suas cartas-circulares, enviavam-nas, aos capitães-mores, coronéis e mestre de campo<sup>153</sup>.

Os números são significativos e mostram que esse poder de mando foi construído ao longo dos anos, a partir da atuação desses homens em postos de comando ou das redes de relacionamentos em que estavam inseridos. Na tabela a seguir vamos nos debruçar um pouco mais sobre parcelas da trajetória militar desses indivíduos de modo a ampliar essas assertivas. Devemos dizer que a posse de patentes militares era vista como um fator de prestígio e o próprio exercício das armas já era um fato, visto que os oficiais podiam “gozar e usar do privilégio de cavaleiro, posto que não o seja. Gozam do privilégio de nobres, mas não adquirem nobreza”<sup>154</sup>.

**Tabela 4** – Postos militares e tropas anteriores ocupados pelos candidatos de mestre de campo

Posto	Tropa	Frequência	%
Capitão – mor	Ordenanças	3	13,63 %
Sargento – mor	Ordenanças	3	13,63 %
Tenente coronel	Ordenanças	2	9,10%
Capitão	Tropas Pagas	1	4,55 %
Capitão	Ordenanças	2	9,10%
Sargento mor	Auxiliares	1	4,55 %
Soldados	Todas	7	31,81%
Alferes	Todas	3	13,63%
Total	-	22	100%

Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Gostaria de ressaltar alguns pontos: a historiografia relata que, para se chegar aos mais altos postos, tanto no reino como no ultramar, havia duas regras fundamentais: a primeira diz respeito ao percurso que deveria ser seguido nos mais variados postos, isto é, do mais baixo para o mais alto, e também o tempo de permanência nestes postos deveria ser alto<sup>155</sup>. Não consegui mensurar o tempo de permanência em cada uma das patentes, pois as

<sup>153</sup> COTTA, Francis A. Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. **Meme**: revista de humanidades. Departamento de Historia e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, out./nov. 2002.

<sup>154</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. p. 35-36. Grifo do autor.

<sup>155</sup> COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e Plebeus. In: HESPANHA, Antônio Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Op. cit. p. 106.

fontes foram insuficientes para recolher esse tipo de informação; no entanto, podemos perceber que a primeira patente citada por eles – pela qual eles ingressavam na carreira militar – era a de soldado. Para essa pesquisa temos informação que 7 deles, ou 31,81%, começaram como tal. Se formos analisar a divisão do exército português entre oficiais de alta e baixa patente, iremos perceber que apenas a de soldado e alferes estão entre as citadas nas fontes. Já muitas patentes, conforme observado na tabela, correspondem a de oficiais de alta patente, de posições de mando no seio da hierarquia militar e revestidos de grande poder. Haja vista que, como observado, pelo menos cinco outros postos foram ocupados antes da aquisição da patente como capitão-mor, capitão, sargento-mor, sargento e tenente coronel, geralmente ocupados pelos principais homens da localidade e já de reconhecido poder. Isso reforça o argumento de que o comando dos mestres de campo sobre tantos homens foi um processo que se estabeleceu ao longo dos anos, mediante a ocupação e liderança em cargos importantes e altos dentro da hierarquia militar.

Vamos ver cada patente de acordo com as tropas em que atuavam. Para os oficiais das tropas pagas, destaca-se a patente de capitão. Em geral, esses oficiais também eram escolhidos pela câmara, deveriam fazer um juramento de fidelidade ao Rei e ao capitão-mor e eram responsáveis pelo controle ordinário dos soldados.

As Ordenanças estariam divididas entre os de alta patente: capitão mor, sargento-mor e capitão; os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta estandartes e tambor<sup>156</sup>, o que não inclui a presença de homens com a patente de mestre de campo. No entanto, alguns mestres de campo já haviam sido capitão-mor das Ordenanças e, entre as funções da patente, desde o Regimento das Ordenanças de 1570, ficou estipulado que teriam “um poder imenso de escolha dos aptos e não aptos para o serviço militar, o que proporcionava a esses oficiais uma rede de influência muito importante sobre os habitantes da localidade em que se instituíam pelo conhecimento detalhado da população e pela autoridade de impor-lhes o treino militar”<sup>157</sup>. Era um cargo vitalício e de grande prestígio e seus oficiais eram escolhidos pela Câmara. Assim como ele, podemos perceber a presença de sargento-mor e a de tenente-coronel, que também não consta na hierarquia das Ordenanças, mas foram encontrada nas fontes.

Já as Tropas Auxiliares eram divididas em alta patente –mestre de campo, coronéis, sargentos mores, tenentes coronéis, capitães, tenentes – e os de baixa patente –furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor. Na pesquisa encontramos a patente de sargento-mor

---

<sup>156</sup>PEREIRA, C. Ana Paula. Op. cit, p. 19.

<sup>157</sup> COSTA, Ana Paula. Op.cit. p 35-36.

como posto ocupado. Sabe-se que as funções dessa patente também estavam ligadas ao comando das tropas e treino dos soldados.

Importante dizer que muitas dessas hierarquias já estabelecidas, embora sirvam de auxílio para nos orientar nessa infinidade de postos militares, não podem servir como definitivas ou fechadas. Faz-se necessário um estudo mais detalhado dessas estruturas por vezes tão complexas e confusas, sobretudo no universo colonial, em que, sem dúvida, assumiam contornos diferentes dos de Portugal. Não basta entender em qual local determinada patente estava dentro da tropa, pois havia hierarquias diferentes dentro das tropas, mas também dentro dos terços, e entre os terços de cavalaria e os terços de infantaria, e em cada um desses ambientes suas funções, por vezes, se alteravam também. Por isso, é difícil definir um contorno para a hierarquia das tropas ou tentar encaixá-los esses cargos em formatos já pré-estabelecidos. Os dados desse estudo mesmo já revelaram uma patente que não se encaixa nas Ordenanças e o mesmo deve ocorrer com as outras forças do período colonial. Por isso, os aspectos ressaltados aqui sobre cada patente apontam apenas algumas características, visto que estão limitados pelos fatos já citados acima.

Por isso, eu diria que traçar a trajetória desses indivíduos dentro das tropas é uma tarefa impossível, principalmente porque a ascensão na carreira militar não precisava ser necessariamente na mesma tropa; pelo contrário, era muito comum que militares atuassem nas diferentes forças e há lacunas nessas abordagens que impedem uma relação mais fiel. Para essa pesquisa, pude perceber que pelo menos 11 homens, ou 26,8 %, mudaram de tropa ao longo de sua carreira, chegando por fim ao posto de mestre de campo. E, como veremos adiante, foram poucos os que, após conseguirem esse cargo, foram promovidos novamente. Ou seja, a ascensão na carreira militar não seguia critérios bem definidos, podendo ser, nos mais variados postos e tropas, o que reforça a necessidade de estudos sobre as hierarquias militares.

Sem dúvida, outro fator preponderante para a aquisição dessa patente no Ultramar eram os serviços prestados ao Rei. Importante mencionar que as regras para ascender na carreira militar não eram as mesmas para o Reino e o Ultramar. Em Portugal, para se chegar aos mais altos postos militares em qualquer uma das tropas, a hereditariedade, ou seja, o nascimento ilustre, era o que mais contava, sendo que sua ocupação deveria ser direcionada à primeira nobreza da corte<sup>158</sup>. No Ultramar, eram os serviços prestados ao Rei a forma pela qual se distinguiam na hierarquia das tropas, tal como era na sociedade. Para Antônio Manuel

---

<sup>158</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os conselhos e as comunidades. In: HESPANHA, Antônio M. (Org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

Hespanha, “o exército continuava, assim, a ser o reflexo, embora esbatido, das hierarquias sociais”<sup>159</sup>.

Vejamos o exemplo de Faustino Rebelo Barbosa, ao receber sua patente de mestre de campo dos auxiliares na Comarca do Rio das Velhas, no ano de 1718; já havia servido como alferes, quando “acompanhou o governador Antônio de Albuquerque Coelho quando foi ao socorro do Rio de Janeiro pela invasão dos franceses servindo na ocasião com os seus escravos armados, sem soldo<sup>160</sup>” e com grande despesa de sua fazenda. Algum tempo depois, ascendeu na hierarquia militar para o posto de cabo, após ser encarregado da vigilância da guarnição dos moradores. Serviu ainda como sargento-mor das ordenanças e, depois dos auxiliares, em Vila Nova da Rainha. Sendo tenente coronel, esteve com “Luis Botelho de Queiroz na ocasião em que foi de socorro a Serro Frio onde havia homens poderosos que costumavam fazer insultos e guardar pouco respeito às Justiças e levarem sua companhia 20 escravos seus armados que sustentou a sua custa todo o tempo<sup>161</sup>”. Na esfera política, foi eleito pela Câmara, tesoureiro dos quintos reais e dos gados “que entram para esta comarca muito cuidado e vigilância, sem ficar devendo coisa alguma” e por falecimento do dito ouvidor geral foi nomeado no lugar de provedor dos defuntos e ausentes pela capacidade de todas e “geral satisfação em que exerceu com bom procedimento e especialmente no de mestre de campo dos auxiliares do Itambé”<sup>162</sup>.

No próximo tópico iremos analisar justamente a rede de serviços que eram prestados por esses homens para conquistarem suas patentes.

## 2.2 OS SERVIÇOS PRESTADOS PARA AQUISIÇÃO DA PATENTE

Era o ano de 1697 quando o então governador e capitão general de São Paulo, Arthur de Sá e Menezes, vinha percorrendo a capitania das Minas do ouro junto com o soldado português José Rebelo Perdigão. Na mesma empreitada, o dito soldado teria ocupado o cargo de secretário da repartição do sul, de 1697 e renovada em 1700, onde já realizava uma das tarefas delegadas aos militares no período colonial: narrar as terras conquistadas, as riquezas encontrada, e, neste caso, fornecer depoimentos preciosos sobre o início da época da então chamada, para usar um vocabulário de época, Minas do ouro. Conquistar territórios, submeter

<sup>159</sup> HESPAÑA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal** – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003. p. 65, v. 2.

<sup>160</sup> Carta patente de Faustino Rebelo Barbosa. Em: SC- 12. Registro de provisões, patentes e sesmarias. 1717-1721.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> Idem.

populações e participar da defesa do território era considerada tarefa gloriosa aos homens do século XVIII, sendo, para muitos, a oportunidade que encontravam de ascender socialmente, angariando mercês régias e, assim, ampliando seu poder e autoridade. José Rebelo Perdigão fez muito bem tais serviços:

serviu na cidade com a pessoa do Governador Arthur de Sá e Menezes, acompanhando com várias jornadas do serviço de Sua Majestade a capitania de Santos e São Paulo e as Minas do Ouro no princípio dos descobrimentos delas e na demarcação dos limites de sua real coroa<sup>163</sup>

Em troca de seus serviços nessa empreitada, foi agraciado, pelo mesmo governador, em 1702, com uma data de terra aurífera no Ribeirão do Carmo, deixando seu cargo de secretário para dedicar-se à mineração, onde conseguiu a confiança de outro mestre de campo, Manuel Nunes Viana, que o nomeou superintendente das Minas do Ribeirão do Carmo, confirmado mais tarde por Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Era português e nas Minas se tornara o Juiz mais moço da primeira Câmara da Vila do Ribeirão do Carmo, em 1711. No mesmo ano, o tal Perdigão teria se oferecido para ir combater os franceses na cidade do Rio de Janeiro, apresentando-se ao governador Antônio Coelho. Consta como os homens que participaram da fundação da cidade de Vila Rica e um dos “habitadores mais antigos destas Minas”<sup>164</sup>.

Por volta de 1719, aparece solicitando patente de mestre de campo dos auxiliares de Vila do Carmo, distrito de Vila Rica nas Minas do Ouro Preto, exercendo o cargo por vários anos. Em 1739, aparece pedindo sua conservação no dito posto e a continuação do exercício e regalias usufruídas por estar ocupando o posto de mestre de campo há 25 anos na Comarca de Vila Rica<sup>165</sup>.

Como podemos perceber na trajetória acima descrita, tão importante para a ascensão na esfera militar no Ultramar, os serviços prestados eram um requisito fundamental para a aquisição da patente e de outras formas de nobilitação e riquezas.

Vejamos agora, de acordo com a documentação, quais são os que mais se destacam. É necessário levar em consideração que os dados da tabela contabilizam o total dos serviços prestados por eles, o que quer dizer que um único homem pode ter feito vários deles. Não vamos nos ater aqui às trajetórias, deixando para abordá-las no tópico seguinte, que trata das

<sup>163</sup> Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo, solicitando que lhe seja passado o traslado de sua patente. OBS: tem passado o traslado requerido. AHU/MG, cx.2, doc.23.

<sup>164</sup> Dicionário Histórico e geográfico das Minas. p. 230/231

<sup>165</sup> Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo há 25 anos na Comarca de Vila Rica, pedindo sua conservação no dito posto e a continuação do exercício e regalias usufruídas. Cx.37, doc. 104. 19-8-1739

características quando estes já ocupavam o cargo. Aqui analisaremos apenas alguns dados dos principais serviços que foram prestados antes de se tornarem mestres de campo.

**Tabela 5** – Serviços prestados antes da aquisição da patente (para os quais temos informações) – (1711-1777)

Serviços	Frequência	%
Defesa do território	15	25,86%
Contenção de Revoltas	11	18,96%
Quintos	14	24,13%
Descobrimientos	9	15,51%
Manutenção	4	6,90%
Prisões	5	8,64%
Total	58	100%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

De acordo com a tabela, podemos perceber que 15 deles, ou 25,86%, atuaram na defesa do território; entre eles destaca-se majoritariamente a invasão dos franceses na cidade no Rio de Janeiro, no ano de 1711. Todos os homens englobados na categoria defesa do território atuaram por ocasião da invasão dos franceses. Conquistar novas terras, submeter populações, participar da defesa do território – se, por um lado, isso implicava em ter reconhecida uma superioridade hierárquica em uma sociedade pautada pela lógica estamental, por outro significava também angariar mercês, poder e autoridade. Vale dizer que muitos dos homens analisados fizeram isso “às custas de suas fazendas ou escravos”, o que serviria, sem dúvidas, como moeda de troca na busca incessante destes homens por diferenciação social. Era também a forma que encontravam para ampliar seu reconhecimento e, assim, fixar seu lugar dentro da hierarquia social. A participação na conquista e defesa do território era vista como um elemento de glória e valorizava a sua condição de herói, meio pelo qual estes homens poderiam afirmar seu domínio e prestígio. Para João Fragoso, a concepção de *conquistador* advinha de “homens que às custas de sua vida, fazenda e negros armados realizaram ações valorosas em nome do Rei e para o bem comum dos povos<sup>166</sup>”.

Preocupado com a invasão ao Rio de Janeiro, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho afirma em carta patente ser conveniente “ao serviço de sua majestade

<sup>166</sup> FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. **Revista Tempo**, Niterói, v. 15, 2003.



levantar-se nos distritos destas Minas alguns terços auxiliares que com melhor forma e satisfação que ponham fim as mazelas em qualquer ocasião da defesa e conservação deste novo governo e nos portos”. Também recomendava que os comandos dos seus “terços se devem encarregar a pessoas de toda satisfação e valor e respeito que com ele os governe no posto de mestre de campo”. Assim, o governador nomeava como mestre de campo de uma das Companhias dos auxiliares do distrito do Ribeirão do Carmo, Domingos Ferreira Pinto, por encontrar nele todas as exigências necessárias para a ocupação da patente. Antes disso, já havia servido sua Majestade em Portugal na província de Fracos Montes em praça de soldado e sargento pago. Na corte, ocupou o posto de alferes da infantaria da guarnição daquele castelo e também participou de conflitos na nova colônia de Buenos Ayres, ocupando o posto de ajudante da infantaria “que exercitou em todo o tempo que com o dito governador”.

Nas Minas, o dito mestre de campo já havia servido no posto de capitão-mor do mesmo distrito de Ribeirão do Carmo, com muita satisfação, e já tinha sido encarregado pelo mesmo governador do governo do dito distrito, em que agiu com “satisfação e sossego destes povos com merecimento, lealdade e desvelo”. Ferreira Pinto também atuou na defesa da cidade do Rio de Janeiro com seus 300 homens, que marcharam “aos portos do mar da Vila de São Paulo, quando ao Rio de Janeiro se achavam os franceses e cuja expedição se mostrou com grande valor e disposição, como bom soldado que sempre foi [...] assistiu sempre com muito bom procedimento, e bem quisto por todos estes povos”<sup>167</sup>.

Assim como ele, Faustino Rebelo Barbosa ainda enquanto ocupava o posto de alferes “acompanhou o governador Antônio de Albuquerque Coelho quando foi ao socorro do Rio de Janeiro pela invasão dos franceses servindo na ocasião com os seus escravos armados, sem soldo”<sup>168</sup>. Assim como ele, Sebastião Pereira Aguilar “colocou a mando do governador Antônio de Albuquerque Coelho 400 homens a marcharem de socorro aos portos do mar, na ocasião em que os franceses entraram no dito cais”<sup>169</sup>.

O segundo serviço que mais se destacou foi a arrecadação dos quintos, com 24,13%, sem dúvida outra tarefa importante delegada aos militares na região das Minas. Já mencionei neste trabalho que a posse de patentes militares pelos cobradores de quinto era uma realidade.

---

<sup>167</sup> Carta patente de mestre de campo Domingos Ferreira Pinto. Em: APM. SC-07. Registro de resoluções, bandos, cartas patentes, provisões, patentes. - 1710 - 1713

<sup>168</sup> Carta patente de Faustino Rebelo Barbosa. Em: SC- 12. Registro de provisões, patentes e sesmarias. 1717-1721. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>.

<sup>169</sup> Carta patente de Sebastião Pereira Aguilar. Disponível em: SC-07 Registro de resoluções, bandos, cartas patentes, provisões, patentes. 1710-1713. <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>.

Simone Cristina de Faria afirma que 68% desses homens tinham algum tipo de patente militar. Em relação aos pedidos feitos por eles ao Conselho Ultramarino, a autora afirma:

Obviamente é muito significativo que, conforme mencionado anteriormente, quase 70% dos cobradores dos quintos possuísse patentes militares e que 30% dos pedidos no Conselho Ultramarino fossem para pedir essas insígnias ou confirmá-las. Os oficiais patenteados na Comarca de Vila Rica possuíam destacado poder na esfera local, negociando sempre privilégios, lutando por recursos vários para angariar mercês, reafirmando novos merecimentos com novas demonstrações de fidelidade, e constantemente se movimentando para sustentar sua “qualidade”. É fato também que esses oficiais por pertencerem a um quadro de poderio local, estavam em geral vinculados às câmaras municipais e ainda eram muito eficazes no controle da população local. A relação dessa tentativa de domínio com um cargo de cobrança nos parece sobretudo evidente, afinal, arrecadar o quinto do ouro deveria pressupor autoridade significativa desses homens, assim como meios para sufocamento de uma possível desobediência.<sup>170</sup>

Dentre os casos citados na documentação, encontramos relatados entre os serviços prestados a arrecadação e ajuste de tributos, a construção das Casas de Fundação e Moeda, e empenho no recolhimento do ouro dos rios e até mesmo o empréstimo de seus cavalos para a arrecadação, bem como medidas que visassem impedir os descaminhos do ouro. André Gomes Ferreira destacou-se na cobrança dos reais quintos que lhe encomendaram os oficiais da câmara desta Vila Real fazendo-a na freguesia de São Antônio da Moreira termo desta vila nos anos de 1714 e de 1716 no qual teve grande trabalho.<sup>171</sup>

E foi na contenção de revoltas, ou no “sufocamento de desobediências”, que muitos candidatos a mestres de campo também atuaram. Controlar motins e rebeliões também se constituía em uma boa oportunidade para que as elites locais expandissem o seu espaço de barganha com a Coroa e também estão relacionadas à capacidade de defesa e manutenção do território. Diante da escassez de recursos, a Coroa acabava dependendo muito da participação dos súditos, e estes viam nas oportunidades abertas no além-mar, via acumulação de mercês, a possibilidade de conquistar patentes mais altas e, conseqüentemente, reconhecimento na hierarquia social. Sabe-se que, no início do descobrimento das Minas, foram muitos os conflitos que ocorreram; apenas para citar alguns deles, temos a Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, conflito que envolveu paulistas e reinóis, estes últimos denominados pejorativamente de emboabas pela disputa das terras na região aurífera; uma série de novos levantes surgiram, por volta de 1714 e 1720, envolvendo questões fiscais referentes à

<sup>170</sup>FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”**: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação(Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

<sup>171</sup> Carta patente de André Gomes Pereira. APM.SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1717.

arrecadação do ouro e ao pagamento de impostos; a revolta de Filipe dos Santos, ou Revolta de Vila Rica, que levaria à separação entre a capitania de Minas e São Paulo, também está entre elas. Em carta patente solicitando o posto de mestre de campo, Manuel Rois Soares destacava-se “pelos merecimentos de importantes serviços que fez aos povos destas minas no cuidado com que procurou sossegar os reinóis nas alterações que tiveram contra os paulistas<sup>172</sup>” e Agostinho Dias dos Santos, “passando para a capitania das Minas continuou o meu serviço estando pronto em todas as ocasiões que se lhe ofereciam, particularmente nas alterações dos distritos de Vila Rica contra o conde de Assuma assistindo de guarda ao seu Palácio com todos os seus negros armados em todo o tempo que durou a sublevação”<sup>173</sup>. Além disso, é interessante perceber que esse controle de conflitos é uma característica que também marcará a patente após a sua aquisição. Muitos foram colaboradores com a Coroa na manutenção de ordem e controle de motins, ao mesmo tempo que outros se opuseram às autoridades, apoiados em suas redes clientelares afim de manter seus interesses.

**Tabela 6** – Lista de conflitos em que estiveram envolvidos os candidatos a mestre de campo

Nome	Conflito
Domingos Ferreira Pinto	Guerra dos Emboabas
Pascoal da Silva Guimarães	Guerra dos Emboabas
Manoel Rois Soares	Guerra dos Emboabas
Mathias Barbosa da Silva	Guerra dos Emboabas
Sebastião Pereira Aguilar	Guerra dos Emboabas
João de Castro Soto maior	Conflitos de Vila Nova da Rainha
Antônio Pinto Magalhães	Motins de escravos
Francisco Ferreira de Sá	Conflitos de Pitangui
Agostinho Dias dos Santos	Conflitos envolvendo o Conde de Assuma
David Borges da Cunha	Conflitos envolvendo o Conde de Assuma
João Ferreira Feio	Levante de Vila Rica
Manuel de Fonseca de Azevedo	Levante de Vila Rica
Antônio Ramos dos Reis	Sedição em Vila do Carmo contra o ouvidor geral Manuel da Costa de Amorim

<sup>172</sup> Carta patente de Manuel Róis Soares. APM. SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1717.

<sup>173</sup> Carta patente de Agostinho Dias dos Santos. Disponível em: SC- 15 Registro de patentes. 1719-1734.

Nome	Conflito
------	----------

José de Moraes Cabral

Motins oriundos da mineração/sossego tumultos em Tejuco

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Outro serviço importante foram os descobrimentos, em que considerei tanto os novos territórios como a descoberta de metais preciosos, totalizando 21,9%. Isso reforça a informação de que os primeiros povoadores e conquistadores das Minas arrogavam para si o status de descobridores, pedindo em troca cargos, honras e títulos. Era a partir desses serviços que a patente de mestre de campo começava a ser algo possível. Antônio Prado da Cunha era português, filho de João do Prado da Cunha e de sua mulher Mécia Raposo de Siqueira. Casou-se com Maria Pires de Carvalho, filha do sertanista Jerônimo de Camargo em 1698. Ao requerer patente de mestre de campo dos auxiliares do distrito de Pitangui, em 2 de outubro de 1713, afirmava já ter servido como alferes e depois capitão de uma companhia que criou o governador Fernão Dias Paes para o descobrimento das esmeraldas, em cuja diligência andou entre os anos de 1674 até 1681, sustentando seus escravos à sua custa, arriscando-se várias vezes nos encontros que teve com os gentio e procedendo sempre com singular valor e prudência. Teve depois, em São Paulo, o posto de capitão de auxiliares, que foi acudir a praça de Santos, quando andava na costa seis navios corsários franceses, e também na invasão dos franceses ao Rio de Janeiro, no ano de 1711, procedeu com igual zelo. Na vila de Pitangui possuía lavras de ouro e, em 16 de junho, se passou provisão para servir no ofício de procurador da Coroa e fazenda do distrito de Pitangui. Parece ter falecido na Chapada de São João, em Jacobina, na Bahia, no ano de 1725<sup>174</sup>. Além dos descobrimentos, vários mestres de campo participaram também da fundação de vilas e arraiais no interior a colônia, tendo destaque também pelo sertão das Minas, como é o caso de Antônio Prado da Cunha.

Destacam-se também as prisões, com 8,64%. Embora com poucos números, faz-se necessário nesse momento destacar que realizar prisões só seria possível ao indivíduo com grande poder de mando na esfera local, o que evidencia formalmente o reconhecimento real dessa autoridade, pois tinham legitimidade no mando, construído a partir dessa cultura política do Antigo Regime.

E, por fim, na lista de serviços prestados, destacamos a manutenção do território com 6,90%. Nesse último tópico, considerei serviços como construção de estradas, pontes e

<sup>174</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, 1954, p. 131.

engenhos, conserto de caminhos, ereção de igrejas etc. Pascoal da Silva Guimarães “construiu uma igreja em Vila Nova da Rainha às suas custas tendo nessa obra mais de meia arroba de ouro”. Estevão Pinto de Andrade contribuiu com o conserto do caminho Novo e o caminho da serra do mar. Mathias Barbosa da Silva mandou fazer estradas e pontes, sendo o primeiro sertanista a abrir estradas de Minas para Goiás, acompanhado de David Borges da Cunha, que também construiu estradas e pontes.

Vale destacar, também, que alguns mestres de campo citaram em suas cartas patentes que participaram da destruição dos quilombos dos negros, como Gerônimo Pereira da Fonseca e Atanásio de Siqueira Brandão, que também combateram índios da região. Com isso, como veremos melhor no próximo capítulo, podemos inferir que alguns mestres de campo receberam a patente por realizarem serviços específicos nos sertões das Minas, sobretudo no combate a índios rebeldes e quilombolas.

Por fim, todas essas informações reforçam a lógica de que era via serviços prestados que ocorria a mobilidade nas hierarquias, tão determinantes nas sociedades de Antigo Regime. Embora não se possa perceber o serviço exato que tenha levado a obter a patente, pode-se perceber que essa aquisição era um processo que demorava anos e contava com serviços prestados em pontos-chaves para a Coroa, tais como a conquista, defesa e manutenção dos territórios conquistados.

Como veremos mais à frente, muitos desses préstimos ao Rei continuariam sendo feitos após a aquisição da patente, como é o caso da contenção de revoltas, da arrecadação dos quintos, entre outros.

### 2.3 A OCUPAÇÃO DE CARGOS ANTERIORES À AQUISIÇÃO DA PATENTE

Outro aspecto importante a ser relatado nessa pesquisa é a ocupação de cargos administrativos por parte dos candidatos ao posto de mestre de campo. Vejamos a tabela:

**Tabela 7 – Cargos camarários ocupados antes da patente**

Cargo	Instância	Frequência	%
Superintendente	Fazenda	5	17,85%
Juiz Ordinário	Câmara	5	17,85%
Procurador	Câmara e fazenda	4	14,30%
Almotacé	Câmara	1	3,57%
Provedor dos quintos/ dos registros do caminho	Câmara/justiça e fazenda	5	17,85%

Cargo	Instância	Frequência	%
novo/ da fazenda/ defuntos e ausentes			
Ouvidor geral	Justiça	1	3,57%
Vereador	Câmara	2	7,15%
Auditor		1	3,57%
Tesoureiro dos defuntos e ausentes/ dos reais quintos	Câmara e Justiça	2	7,15%
Escrivão	Fazenda	1	3,57%
Guarda Mor		1	3,57%
Total de cargos		28	100%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

A ocupação de cargos era um fator importante na busca por distinção. Concordamos com Ana Paula Pereira Costa quando ela afirma que uma das “formas de movimentação social destes oficiais e de aquisição de sua qualidade era a ocupação de cargos administrativos”<sup>175</sup>. Como se pode observar, muitos foram ocupados por eles antes da aquisição da patente nas três principais instâncias de poder como Câmara, Fazenda e Justiça.

Consideradas, segundo Charles Boxer, os pilares da administração portuguesa no Ultramar, as Câmaras municipais exerciam funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia, tais como, administrar os bens da municipalidade, aplicar a lei na instância do município, fazer o policiamento, pagar as multas e arrecadar as rendas locais. Para ocupar um cargo na Câmara era necessário passar por um processo eleitoral, em que, tanto para ser eleitor, como pra ser candidato, seus membros deveriam estar inclusos entre os principais da terra, entre os homens bons da localidade.

As câmaras municipais, embora com o seu escopo definido de modo que tais instituições representassem a força e o desejo real no ultramar, foram um misto de instituição local e reinol. Se por um lado serviram para efetivar as políticas da Coroa nas colônias, por outro serviram de instrumento para consolidação do poder local. Assim, mesmo as condições locais interferindo no devir das câmaras, a natureza administrativa foi herdada, ou mesmo trasladada da Europa para o mundo colonial.<sup>176</sup>

<sup>175</sup> COSTA, Ana Paula. Op.cit, p. 64

<sup>176</sup> BRANDÃO, Michele. **Forjando o status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de fora, 2009.

As primeiras Câmaras foram instaladas nas Minas em 1711; instalar-se nelas era um dos principais caminhos para a nobilitação, o que proporcionava acesso a outros privilégios e a signos de distinção; sendo assim, eram vistas como um espaço importante na busca por distinção social, mas também o lugar que esses indivíduos encontravam para reivindicar seus direitos. Entre os cargos que mais se destacam, podemos perceber o de Juiz Ordinário, Superintendente e Provedor, com 17,85%, seguido do de procurador, com 14,30%. Todos eles permitiam aos indivíduos que o ocupassem um conhecimento e uma inserção social muito grande, o que ampliava suas redes de relacionamento e seu poder de barganha com o Rei. O cargo de Juiz Ordinário era responsável pela aplicação da lei na instância do município e fiscalização dos demais funcionários. Já ao procurador cabia cuidar dos bens da municipalidade, sendo auxiliado pelo tesoureiro, oficial encarregado da arrecadação das rendas locais<sup>177</sup>. Também se destaca a atuação dos mestres de campo como vereadores, em 2 (7,15%) dos casos. Os vereadores tinham a função de determinar os impostos, fiscalizar os oficiais da municipalidade e a aplicação das leis pelos juizes ordinários. Antônio Pinto Magalhães, na ereção das vilas destas Minas, foi eleito pela sua capacidade para vereador mais velho e “fazer a obrigação daquele lugar com grande aceitação e zelo no ano de 1715 servindo de Juiz Ordinário nesta vila obrando tudo o que tocava as conveniências da Fazenda Real com muito cuidado e zelo, particularmente na cobrança dos quintos reais e o tem visto servir e muitas ocasiões particulares de Sua Majestade”<sup>178</sup>. José Quaresma Franco recebeu, no ano de 1713, a patente de mestre de campo dos auxiliares do Serro Frio e o cargo de Juiz ordinário de Vila Real, em que serviu com muito acerto<sup>179</sup>.

A expressão “justiça”, no período colonial, assumia uma conotação bem mais ampla do que a atual, e sua aplicação desde os primórdios da colonização foi uma das preocupações essenciais da Coroa Portuguesa. Além de fazer cumprir a lei, evitar abusos e crimes e garantir a tranquilidade social, no Brasil, assumiam também a função de controlar os próprios funcionários administrativos, principalmente os relacionados à justiça<sup>180</sup>. Dentre os cargos de maior destaque na aplicação da justiça está o de Juiz Ordinário e o de Juiz de Fora.

---

<sup>177</sup> SALGADO, Graça. (Org.). Op. Cit. p. 71.

<sup>178</sup> Carta patente de Antônio Pinto Magalhães. Em: APM. SC- 12. Registro de provisões, patentes e sesmarias. 1717-1721.

<sup>179</sup> Carta patente de José Quaresma Franco. Em: APM. SC- 12. Registro de provisões, patentes e sesmarias. 1717-1721.

<sup>180</sup> SALGADO, Graça. (Org.). Op. Cit. p. 35.

Ventura Ferreira Vivaz, antes de se tornar mestre de campo, já havia servido como Juiz Ordinário e almotacé na Câmara. Foi também sargento e procurador, o que fez com grande “satisfação e incontável cuidado nas obras públicas, devendo com esta ‘diligência estar feita a casa da câmara da mesma vila’, além da construção de pontes e a abertura da estrada”<sup>181</sup> e servindo “segunda vez de almotacé procedeu com a costumada dedicação nas obrigações deste cargo e o fez da mesma satisfação no de juiz ordinário que atualmente o exercita e principiando a servir em janeiro deste presente ano de 1740 mostrou logo o seu especial zelo nas conveniências da fazenda Real atuando no ajuste dos quintos<sup>182</sup>”. O mesmo Ventura Vivaz “exigiu a imposição de um quinto do ouro em cada cabeça de gado que na dita vila e seu termo se cortasse em compensação dos currais e o mais necessário que lhe devia dar a dita câmara”.

Nos motins de Vila Rica, foi o mesmo Ferreira Vivaz quem tirou da cadeia as pessoas que se achavam culpadas por motivo da mesma desordem e assistiu o dito na praça de Vila Rica com mais de trinta escravos seus armados até desvanecer o motim. Por tudo isso, fora provido pelo governador Dom Brás Baltazar da Silveira no posto de mestre de campo de um terço dos auxiliares por achar nele uma “pessoa de relevantes merecimentos e serviços” e por concorrerem na pessoa de “Ventura Ferreira Vivaz a circunstancia de ser uma das mais principais destas Minas e mineiro de grande fábrica e com muitos negros que mineira”<sup>183</sup>.

Na gestão das finanças do estado e alocação das diretrizes econômicas da época, estariam os cargos ligados à organização fazendária, que envolvia desde assuntos relacionados às receitas, à cobrança de uma enorme gama de tributos e seu registro contábil, até a fiscalização dos infratores das leis fiscais e aplicação das penas correspondentes. Entre eles, o de Superintendente 5 (17,85%), Procurador 4(14,30%), Almotacé e escrivão em apenas 1 caso (3,57%) do total.

Não se pode deixar de mencionar que a ocupação de cargos administrativos, em qualquer instância, rendia significativos emolumentos a seus ocupantes, e mesmo a riqueza não sendo um fator determinante à distinção social, era necessária para sustentá-la. Por isso as possibilidades de enriquecimentos abertas a todos aqueles que ocupassem algum cargo administrativo se inclui entre os motivos para a procura dos mesmos; além de poder abrir espaço para “que o indivíduo se transformasse também em um membro da elite

---

<sup>181</sup> Carta patente de Ventura Ferreira Vivaz. Em: APM. SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1714

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Carta patente de Ventura Ferreira Vivaz. Em: SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 171



econômica”,<sup>184</sup> também “a proximidade com o poder proporcionava o acesso a informações privilegiadas, o que poderia ser um recurso a mais para estes indivíduos no sentido de lhes darem maior margem de manobra na ordem colonial<sup>185</sup>”.

Por tudo isso, como bem demonstrou os resultados, a patente era conseguida após uma série de serviços prestados em pontos estratégicos para a administração, como conquista, defesa e manutenção do território, o que não constitui uma novidade, visto que os serviços eram, por excelência, o principal critério de ascensão da colônia. Era após anos de serviços em diversas situações que esses indivíduos iam se movimentando pelas teias sociais. Além disso, muitos mestres de campo já ocupavam cargos importantes na administração local, qual seja na Câmara, Fazenda e Justiça, e eram definidos também pelo seu poder de mando. A esses oficiais era imprescindível manter o controle dos homens sobre seu comando e gozar de reconhecimento local de sua autoridade para estabelecer esse controle. Ou seja, quando conquistavam a patente, já contavam com um diferencial social significativo, ocupando posições de mando no comando das tropas e na política colonial. No próximo passo veremos um pouco de seu perfil quando já ocupavam o posto.

#### 2.4 MESTRES DE CAMPO: SEU PERFIL ENQUANTO JÁ OCUPAVAM O CARGO

De agora em diante veremos o perfil dos mestres de campos quando assumiam o comando das tropas, suas obrigações e funções para com o Rei e com os homens sob seu comando.

De acordo com o livro *Fiscais e meirinhos*<sup>186</sup>, seriam delegadas aos mestres de campo, no período de 1580 a 1640, as seguintes atribuições: estar presente durante o pagamento das gentes da guerra, elaborar a listagem de seus terços e fazer a conferência dos nomes, juntamente com o provedor-mor. Alguns anos depois, com o Regimento de 29.8.1645, as atribuições seriam acrescidas das seguintes: aprovar o assentamento de praça de alferes e sargentos atestando se preenchiam os requisitos exigidos para o posto e comunicar ao governador das Armas, a fim de mandar punir o capitão da Infantaria que os indicou caso o indicado não possuísse os requisitos necessários para a ocupação do posto. Estar presente (ou o sargento-mor) durante a mostra de seu terço de infantaria, verificando o estado das armas e montarias, e aplicar penas, caso constate alguma irregularidade. Além de servir, se necessário,

---

<sup>184</sup> COSTA, Ana Paula. Op.cit, p. 68.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> SALGADO, Graça. (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 229-309.

em duas praças e receber depois soldos (um como mestre de campo e outro como capitão da companhia de seu terço) <sup>187</sup>.

De acordo com essas informações, podemos perceber que os mestres de campo tinham um papel fundamental no comando de suas tropas, que vão desde a aplicação da justiça aos soldados que não cumprissem suas ordens, punindo-os ou mandando punir quem os indicou, até o pagamento, controle dos terços, listagem dos homens, além de supervisionar o estado das armas. Porém, para além de suas obrigações com o comando de suas tropas, esses oficiais deveriam estar comprometidos para com o Rei. Na tabela abaixo podemos perceber alguns dos serviços prestados por eles quando já ocupavam o posto.

**Tabela 8** – Frequência dos serviços prestados na condição de mestres de campo

Serviços	Frequência	% das cartas
Cartas sem informação	32	60,35%
Manutenção da ordem	6	11,30%
Envio de cartas	3	5,6%
Arrecadação dos quintos	5	9,5%
Jornadas no sertão	7	13,4%
Total	53	100%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Foram poucos os resultados obtidos para que pudéssemos perceber se havia algum serviço específico prestado por eles após a aquisição do posto. Os dados da tabela nos permitem observar que mesmo após se tornarem um mestre de campo, permaneciam fazendo os mesmos tipos de serviços que antes de conquistarem a patente. Em 11,30% das cartas consultadas, há informações sobre a atuação destes oficiais na manutenção da ordem, o que implicava em realizar prisões e controlar motins. Muitos mestres de campo atuaram no controle de revoltas nos anos mais conturbados da formação das Minas.

As revoltas foram tema recorrente nas Minas desde o início da colonização e sobre esses movimentos há uma série de interpretações acerca de sua natureza. Para alguns autores, elas teriam eclodido devido ao desrespeito das autoridades aos direitos costumeiros de

<sup>187</sup> Ainda na mesma referência, afirma-se que o posto teria tomado a denominação, nas tropas pagas, de coronel, segundo regimento de 17.7.1747 e de 29.8.1645, sendo a patente de mestre de campo a mais alta patente nas tropas auxiliares.

comunidades tradicionais, e para outros, a questão fiscal seria a principal justificativa. Sabe-se que a primeira metade do século XVIII foi acompanhada por um progressivo aumento da interferência da Metrópole nas questões locais, de modo que essas medidas não passariam despercebidas pelos colonos. Em resposta a esse ímpeto centralizador da Coroa, os grupos sociais que aqui se encontravam iriam se rebelar e questionar a relevância da autoridade régia sobre a colônia.

Para Carla Anastasia, as revoltas que ocorreram nas Minas entre os anos de 1711 e 1750 poderiam ser divididas em dois tipos: aquelas que ocorreram dentro das regras do jogo colonial, ou seja, marcadas pela tradição, na luta pela manutenção dos direitos, pela preservação de certas regras visando restaurar a antiga ordem; e outras que ocorreram em contextos de soberania fragmentada, ou seja, dentro das formas políticas coloniais, que decorreram do avanço da ordem pública em espaços privados, e usualmente excluídos do controle da capitania. Os conflitos ocorriam à medida que a Coroa tentava aumentar o controle administrativo e fiscal sobre a capitania e o poder dos potentados ficava ameaçado, estabelecendo um conflito entre autoridades.

Há também um último caso, os chamados casos híbridos, que caracterizam-se por terem ocorrido “dentro das regras do jogo colonial” e em “contextos de soberania fragmentada”, como a Revolta de Vila Rica, em 1720, e a Motins do sertão, em 1736.<sup>188</sup>

Também nos interessam as abordagens de Luciano Figueiredo, que argumenta que a fiscalidade, enquanto um instrumento de transferência de riquezas da colônia para a metrópole, revelou sua outra fase nos frequentes protestos que marcaram a vida social do Brasil<sup>189</sup> e pode ser visto como um denominador comum entre os vários protestos, que sempre tinham os impostos como tema privilegiado, marcando os motins as Minas nos seus primeiros anos. Visto que “estavam fortemente motivadas por descontentamento que se referiam ao precário abastecimento do sal, à má repartição das terras ou minas produtivas, à fiscalidade, aos atrasos dos pagamentos das tropas, à escravidão ou ao fornecimento de mão de obra”<sup>190</sup>.

Na medida em que a ordem pública avançava, eclodiam rebeliões contra esses avanços e a busca para que seus direitos fossem respeitados e, embora houvesse um espaço

---

<sup>188</sup> RODRIGUES, Gefferson Ramos Rodrigues. **No sertão, a revolta: Grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais. 1736.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2009. 140p. In: ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII.** Belo Horizonte: C/Arte, 1998. (Coleção Horizontes Históricos).

<sup>189</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros. In: FURTADO, Júnia. **Diálogos Oceânicos.** p. 75.

<sup>190</sup>FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros. In: FURTADO, Júnia. **Diálogos Oceânicos.**p.78.

para a ordem privada, os motins aconteciam sempre que se rompia com os acordos estabelecidos entre colonos e a metrópole. Além disso, dependente que era das receitas vindas de sua colônia, a Coroa precisava agir politicamente com bastante cuidado devido ao descontentamento com a sua política tributária. Sendo assim, a atuação do poder público buscou criar vias de contato com o grande poder privado desses poderosos, possuidores de terras, fortunas e gente. O maior problema entre esses potentados e a Coroa ocorreu quando esta estendeu os tributos ao sertão e os grandes proprietários não aceitaram pagar esses impostos, pois alegavam direito de conquista sobre o território bem como os riscos que passaram para implementar tal empreitada.

Muitos mestres de campo foram, como vimos, poderosos locais que, ora colaboravam com a Coroa, ora entravam em conflito com ela. Um dos casos mais emblemáticos é o mestre de campo Manuel Nunes Vianna, que “foi uma das maiores mostras dos conflitos de jurisdição entre o poder público e o poder privado na história do Império português”<sup>191</sup>

Também podemos destacar a participação do mestre de campo Antônio Ramos dos Reis na manutenção da governabilidade dos domínios lusos. A primeira, em 1711, atuando ao lado do governador D. Antônio Albuquerque Coelho Carvalho, saiu das Minas em socorro à praça do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma ameaça que, naquele contexto, poderia significar a perda do ouro de Minas, “mas também um forte abalo na estratégica posição daquela praça frente ao comércio Centro-sul da colônia e de parte do comércio da costa africana”.

Passados alguns anos, Antônio Ramos dos Reis, atuando ao lado do Conde de Assumar, teria contribuído para o fim da revolta de Vila Rica, ocorrida no ano de 1720. Tal motim teria sido levado à frente por alguns dos homens mais poderosos da elite local, que visava salvaguardar suas prerrogativas de mando e interesses econômicos na capitania em um momento no qual suas pretensões iam de encontro às do então governador D. Pedro Miguel de Almeida Portugal. Com tais ações, Ramos dos Reis contribuiu para o “restabelecimento dos meios necessários para a manutenção da ordem e da governabilidade na morada do ouro, menina dos olhos da coroa portuguesa nesse momento”.

De acordo com a tabela, em 3 ou 5,6% há referências sobre a função de envio de cartas ao Rei, geralmente noticiando pontos-chaves no processo de desbravamento e

---

<sup>191</sup>SILVA, Célia Nonata da. **A Teia da Vida**: violência interpessoal nas Minas Setecentistas. 1998. 89 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA6HLL42/1/disserta\\_\\_o.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA6HLL42/1/disserta__o.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2010.

reconhecimento dos territórios conquistados, informações valiosas que vão desde a possibilidade de extração de determinadas riquezas, até a elaboração de mapas, denotando que esses homens eram exímios conhecedores do território e forneciam informações valiosas para o processo de conquista e exploração do mesmo.

O caso mais emblemático de cartas enviadas aos reis dando conta dos acontecimentos é do mestre de campo Pedro Leonino Maris. As informações passadas por ele foram fundamentais para a descoberta e exploração dos diamantes na Comarca do Serro Frio, como mostra uma carta que data de 1733, enviada a D. João V<sup>192</sup>. Em 1753, ele envia outra carta, dessa vez para D. José I, dando conta do estado de umas Minas de prata abertas por Moribeca<sup>193</sup>. Ou ainda, dando conta da necessidade que há em se extrair salitre na Serra dos Montes Altos, em carta enviada em 1756<sup>194</sup>. Também o comandante da primeira companhia dos Dragões instaladas nas Minas, e perito em fortificações, ainda quando ocupava o cargo de capitão, José Rodrigues de Oliveira, foi autor da *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas de diamantes*, de 1731<sup>195</sup> e também das plantas para os quartéis de Ribeirão do Carmo e de Vila Rica e “descreveu mapas muitos exatos de todo aquele estado”<sup>196</sup>.

Em 9,5% dos documentos aparece a arrecadação dos quintos como uma importante atuação dos oficiais, o que prova que as questões ligadas ao fisco eram serviço fundamental para a acumulação de mercês régias, visto que é recorrente tanto nos homens que requeriam a patente como aqueles que já a possuíam.

Se por um lado eram conhecedores da guerra, também o eram dos domínios do Rei. O relatório do Marques de Lavradio<sup>197</sup> é revelador dessa situação. Para escrevê-lo, o Vice Rei usou várias vezes informações passadas por mestres de campo a respeito, por exemplo, da qualidade das embarcações e portos, do número de rios, do número dos terços que continha a cidade do Rio de Janeiro, da agricultura, do comércio, da lavoura, entre outros. Segundo o

---

<sup>192</sup> AHU/MG/ cx.25, doc.3

<sup>193</sup> AHU/MG/ cx.62, doc.55

<sup>194</sup> AHU/MG/ cx.69, doc.76. Muitos documentos do AHU não estão legíveis o que dificulta as análises mais aprofundadas. A trajetória de Pedro Leonino Mariz será melhor analisada mais à frente.

<sup>195</sup> O documento data da época da descoberta dos diamantes no Serro do Frio e da fundação da Vila de Minas Novas (1730). Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Loc.: 06.01.1135. APUD: <sup>195</sup>COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões**. Op. cit.

<sup>196</sup> Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, mestre de campo das Companhias dos Dragões das Minas, pedindo reforma do seu cargo com o mesmo ordenado que vence nas ditas Minas e com a possibilidade de o poder cobrar no Rio de Janeiro ou em Lisboa, com certidão de vida. AHU/MG/ cx.27, doc. 52.

<sup>197</sup> Relatório do Marquês de Lavradio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Tomo IV, 1842. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>>, p.409-486.

relato de Lavradio: “a qualidade dos portos e de suas embarcações, que neles podem navegar, o poderá V. Excelência melhor ver na relação que cada um dos mestres de campo me deu dos seus distritos, e que ajunto a este papel<sup>198</sup>”. Por poderem se deslocar de sua base territorial, esses oficiais adquiriam um conhecimento do território que era útil para a Coroa portuguesa também nas tarefas relativas aos levantamentos de dados gerais sobre a população e o território. Com as informações coletadas, elaborava-se mapas das populações, estatísticas acerca da estrutura econômica das localidades, como número de escravos ou plantações, e também se procedia à abertura e fechamento de caminhos. Nesse aspecto, como nos aponta Ana Paula Pereira Costa, os militares eram fortes colaboradores, pois ao disporem de mobilidade, possuíam um vasto conhecimento do território, “dois fatores indispensáveis à conservação da ordem e manutenção da tranquilidade pública<sup>199</sup>”. Portanto, os mestres de campo eram homens que tinham um vasto conhecimento do território e, mais do que isso, amplas redes de relacionamento e grande legitimidade social. De acordo com Maria Elisa Linhares Borges, é fundamental ressaltar a participação dos oficiais pertencentes as ordenanças e auxiliares em ações de apoio logístico e no fornecimento de conhecimentos locais para as expedições cartográficas: “O conhecimento que os paisanos armados tinham do território não só viabilizavam as atividades corriqueiras da vida militar, como também facilitava a locomoção do cartógrafo em áreas por ele desconhecidas”<sup>200</sup>.

Também foi encontrada a atuação dos mestres de campo nos sertões das Minas em que participaram de diversas entradas de combate a gentio e quilombolas. Um grande exemplo é a trajetória de Inácio Correa Pamplona, grande mestre de campo e sertanista que teria participado, entre 1766 e 1790, de seis entradas exploradoras a sua custa no sertão do Campo Grande. Essa relação da patente e sertanistas será melhor explorada no próximo capítulo.

No que diz respeito à ocupação de cargos após a patente, sejam eles na administração ou na carreira militar, os resultados não foram muito satisfatórios. Constatou-se que 2 deles, 4,8%, se tornaram superintendentes após já serem mestres de campo e, dentre os que conseguiam outras patentes, a única que apareceu foi a de capitão-mor das ordenanças em 4 casos, ou seja, 9,7%. A baixa incidência de dados referentes a postos militares e políticos ocupados pelos

---

<sup>198</sup> Ibidem. p. 410.

<sup>199</sup> PEREIRA, C. Ana Paula. Op. Cit. p.43.

<sup>200</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. p.17.

mestres de campo após sua indicação, mesmo com poucos números, nos permite perceber que, talvez, a ocupação do posto de mestre de campo seria já um dos últimos caminhos a ser percorrido na busca por distinção social pela via militar. Ou seja, ao conquistarem a patente, como vimos, já possuíam uma lista significativa de serviços prestados ao Rei e já ocupavam cargos importantes na administração local, todos eles indicativos da “qualidade” que esses indivíduos possuíam nestas sociedades de Antigo Regime. Ao conquistarem a patente, a possibilidade de ascensão dentro da esfera militar já não era tanta, uma vez que esse era um dos principais postos de comando. Eram homens cuja trajetória de ascensão nas Minas dariam a eles enorme destaque como exemplo a trajetória que segue abaixo.

Francisco Ferreira de Sá também prestou serviços importantes à Coroa e, com isso, conseguiu se distinguir socialmente, alcançando lugares privilegiados na hierarquia militar. Era Português, natural da cidade do Porto, freguesia da Sé, não se sabe a data em que viera para o Brasil, mas, através de alguns indícios, é possível afirmar que pertenceu à elite paulistana. Casou-se com Páscoa Barbosa, natural de São Paulo, e tiveram dois filhos. Além disso, ocupou o posto de Capitão da Ordenança na mesma cidade. Em 1714, já nas Minas, foi nomeado pelo governador, Dom Brás Baltazar da Silveira, mestre de campo da freguesia de Guarapiranga, enfatizando seus “grandes merecimentos, nobreza, capacidade<sup>201</sup>” e o bem que teria prestado à Coroa durante o período que ocupou o posto militar em São Paulo<sup>202</sup>. Novamente, em 1732, quando ele solicitou a confirmação de sua patente, o governador, em parecer, afirmou que Francisco Ferreira de Sá apresentava as condições necessárias para o cumprimento do referido cargo, pois era “um homem velho, capaz e de muita autoridade e que em todas as revoluções e motins das Minas se distinguiu por seguir o partido de Vossa Majestade e estar sempre pronto para o servir com sua pessoa, e com seus negros”<sup>203</sup>.

Segundo Izabella Fátima Oliveira, foi um dos homens mais ricos desse lugar durante a primeira metade do século XVIII, demonstrado pelo valor de seu monte mor, que correspondia a 58:882.767 réis<sup>204</sup>. Quando, em 1721, o Rei pediu ao governador Dom Lourenço de Almeida que se restituíssem os serviços prestados pelos moradores das Minas

---

<sup>201</sup> Requerimento de Francisco Ferreira de Sá, mestre de campo do distrito de Guarapiranga, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido posto AHU/MG cx. 21, doc. 9.

<sup>202</sup> Algumas informações sobre a trajetória de Francisco Ferreira de Sá foram retiradas de: SALES, Izabella Fátima Oliveira de. **Difusão, status social e controle de armas na Mariana setecentista (1707-1736)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

<sup>203</sup> Requerimento de Francisco Ferreira de Sá, mestre de campo do distrito de Guarapiranga, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. AHU/MG, cx.21, doc.9.

<sup>204</sup> SALES, Izabella Fátima Oliveira de. Op. Cit, p. 45.

durante os levantes ocorridos em Vila Rica, constava o dito mestre de campo entre “as pessoas particulares” da Vila do Carmo.

Não temos dados capazes de comprovar a perpetuação dessas patentes entre membros de uma mesma família, mas sabe-se que o genro de Francisco Ferreira, Agostinho Dias dos Santos, também foi mestre de campo nas Minas setecentistas, provavelmente por influência de seu sogro. Era português, natural de Matosinhos, Porto, e faleceu na cidade de Mariana. Casou-se, em São Paulo, com Maria Ferreira de Sá, filha do poderoso mestre de campo, tendo um filho, Francisco Ferreira dos Santos, nascido em 13 de dezembro de 1717, natural de São Paulo. Consta também que teria arrematado junto com seu sogro o contrato dos dízimos de Rio, São Paulo, sertão da Bahia e Pernambuco. Em 1733, aparece como mestre de campo dos auxiliares do distrito de Guarapiranga, termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo, Comarca de Vila Rica. Fora provido no posto por Dom Lourenço de Almeida, por falecimento de seu sogro, para comandar um terço formado por Dom Brás Baltasar da Silveira em 12 de abril de 1714. Já havia servido vários anos no posto de alferes da companhia dos mercadores na praça do Rio de Janeiro, “servindo pontualmente as ordens de seus officias maiores”, também teria participado “com sua capacidade e valor na ocasião da invasão dos franceses naquela cidade”.

Quando se passou para as Minas, provavelmente já na companhia de sua família e de seu sogro, continuou “pronto em todas as ocasiões que se ofereciam”. Na ocasião em que diversos distritos mineiros se levantaram contra o Conde de Assuma, Agostinho Dias dos Santos esteve com todos seus escravos “assistindo de guarda ao seu Palácio” por todo o tempo que durou a sublevação e, depois, “acompanhou a Vila do Carmo com os mesmos escravos”, prendendo todos os culpados. Participou ainda da “junta que fez o governador para o aumento dos quintos e estabelecimento das Casas de Fundação e do donativo real”, conforme relatado em carta de 3 de maio de 1733<sup>205</sup>.

Seu filho foi graduado em Cânones pela Universidade de Coimbra e advogou no foro eclesiástico de Mariana. Casou-se em 1755 com Helena Maria Negreiros de Castro, com quem teve 11 filhos. Faleceu no Sumidouro, em 14 de julho de 1790, tendo sido inventariado em 1791, no sítio dos cristais<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> SC-15. Registro de patentes. 1719-1734. p.79.

<sup>206</sup> Disponível em: [http://origem.biz/ver\\_cadastro1.asp?id=4650](http://origem.biz/ver_cadastro1.asp?id=4650). Assim como ele, temos a informação sobre os descendentes de outro mestre de campo, Pascoal da Silva Guimarães, que veremos logo abaixo.



## 2.5 O ASPECTO POLÍTICO DO CARGO

Um outro aspecto importante a ser relatado é o alcance político da patente. Esse ponto pode nos explicar, talvez, porque esse posto de mestre de campo era tão procurado por alguns homens e também nos revela uma das funções feitas por eles quando já ocupavam o cargo. Essa característica nos é revelada em parecer do Conselho Ultramarino que data de 19 de agosto de 1738, onde se afirma que: para prover o cargo “necessita de um officio militar em quem concorram a circunstância de valor e capacidade, pode pela graduação de sua patente, **na falta do governador recaí nele o governo das Minas**”<sup>207</sup>. Ou seja, havia, segundo as atribuições políticas do posto, a relação com um dos cargos mais importantes da administração colonial, o de governador. Os governadores eram homens que garantiam a tomada de decisões rápidas, em situações emergenciais na colônia, sem a consulta aos órgãos da estrutura administrativa central portuguesa. Era necessário também que tivessem competência e capacidade para enquadrar e controlar as redes de relacionamento locais tecidas pela elite, potenciais concorrentes da centralização régia; para isso, valiam-se dos conflitos, do prêmio e do castigo na dose certa<sup>208</sup>. Tinham também que lidar com a burocracia, com militares e eclesiásticos. Eram, portanto, como nos aponta Stuart Schwartz, defensores da autoridade régia, aplicadores da justiça do Rei, mas estavam também envolvidos nas redes de poderosos locais, com interesses econômicos e vínculos de clientela nos locais onde desempenhavam suas funções<sup>209</sup>.

Com isso, muitos mestres de campo acabaram substituindo os governadores, seja no governo da capitania ou de vilas e arraíás. Vejamos alguns casos.

José Rodrigues de Oliveira era português, servira ao rei em outros cantos do Império. Segundo suas próprias palavras, servira “a Vossa Majestade por 36 anos, com muito zelo, fidelidade, valor, no reino de Portugal, em Espanha, em América, aonde se acha servindo de presente a V. Majestade”; principiando por soldado, participou de diversas batalhas na Europa. Nas Minas, em 1734, se tornaria mestre de campo da Companhia dos Dragões, a mais poderosa força militar do período colonial. Por ordem do governador, “marchou logo a sossegar as sublevações das Vilas de Pitangui, Vila Rica, Carmo, segurando com as suas

<sup>207</sup> Pareceres do Conselho Ultramarino sobre os candidatos aos postos de tenente de mestre de campo das Minas. Avulsos AHU/MG/cx.36, Doc.31. Grifo meu.

<sup>208</sup> CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros**. “De como meter as Minas em uma moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737. São Paulo: USP, 2002, p. 17.

<sup>209</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

tropas a pessoa do governador, fazendo rondas todas as noites, prendendo delinquentes, e cabeças de motim”<sup>210</sup>.

Foi também autor da *Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas de diamantes*, de 1731<sup>211</sup>, e também das plantas para se edificarem os quartéis de Ribeirão do Carmo e de Vila Rica e “descreveu mapas muitos exatos de todo aquele estado”<sup>212</sup>. Cabe dizer que este era também um serviço de grande utilidade à Coroa. Com as informações coletadas destes oficiais, elaboravam-se mapas das populações, estatísticas acerca da estrutura econômica das localidades como número de escravos ou plantações, e também se procedia a abertura e fechamento de caminhos, sendo importantes para o conhecimento do território e posterior domínio da Coroa Portuguesa. Esse tipo de informação não era exclusividade dos mestres de campo – pelo contrário, outros oficiais, principalmente os capitães, também foram encarregados desse tipo de serviço.

No ano de 1722, quando o Rei pede para se organizar as tropas dos dragões nas Minas, o dito homem é indicado para ocupar o posto de capitão da primeira companhia como oficial mais antigo e central, em que participou mandando 120 soldados de Dragões para o controle do motim em Pitangui, “onde arriscou a sua vida para o bem desse governo”. Além disso, participou também do conflito como a sedição de Vila Rica do Carmo, “segurando com suas tropas as pessoas do governador, fazendo rondas todas as noites, prendendo os delinquentes e cabeças de motins, trazendo as pessoas ao Rio de Janeiro e resistindo no caminho a ciladas que fizeram os escravos”. Também entregou ao governador as plantas para edificação dos quartéis de Vila do Carmo e Vila Rica. E teria ainda ido ao socorro de Montevideú, já enfermo, a pedido de Dom Lourenço de Almeida e Ayres Saldanha.

José Rodrigues de Oliveira teria atuado também em várias diligências da descoberta do ouro, “evitando sedições e sossegando motins, no que trabalhou com grande interesse, valor, zelo e fidelidade a Vossa Majestade”<sup>213</sup>. Em 1734, já aparece como mestre de campo das Companhias dos Dragões em requerimento ao Conselho Ultramarino. Por todos esses

<sup>210</sup> AHU cx:27, doc. 52.

<sup>211</sup> O documento data da época da descoberta dos diamantes no Serro do Frio e da fundação da Vila de Minas Novas (1730). Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Loc.: 06.01.1135.

<sup>211</sup> COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões**. Op. cit.

<sup>212</sup> Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, mestre de campo das Companhias dos Dragões das Minas, pedindo reforma do seu cargo com o mesmo ordenado que vence nas ditas Minas e com a possibilidade de o poder cobrar no Rio de Janeiro ou em Lisboa, com certidão de vida. AHU/MG/cx.27, doc. 52.

<sup>213</sup> AHU/MG. Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, mestre de campo das Companhias dos Dragões das Minas, pedindo reforma do seu cargo com o mesmo ordenado que vence nas ditas Minas e com a possibilidade de o poder cobrar no Rio de Janeiro ou em Lisboa, com certidão de vida. Cx.27, doc.52.

serviços e pelo poder que conseqüentemente advinha dele, o dito homem teria, no ano de 1739, sido encarregado do governo da capitania de São Paulo “interinamente, durante a ausência do capital general em Goiás”, procedendo com igual valor nas diligências que lhe couberam<sup>214</sup>.

Assim como ele, outro importante, renomado e influente mestre de campo, Pascoal da Silva Guimarães, em carta de 12 de Janeiro de 1714, recebe a ordem do governador para administrar o governo das Minas, conforme a nomeação: “hey por bem de o encarregar do governo desta Vila e seu distrito para o ter por esta patente enquanto eu o houver por bem ou Sua Majestade não mandar o contrario”, estando na posse do dito governo. Além disso, o governador passa uma série de recomendações a Pascoal para que exerça um bom governo:

encomendo cuide e trate na boa forma em que devem estar os Auxiliares e Ordenanças deste distrito, mandando-lhe fazer exercícios às tardes para se conservarem em boa ordem, e outrossim dará aos Ministros e oficiais da justiça toda a ajuda e favor para o bom efeito das diligências deles, e porque convém que o seja informado de tudo o que suceder no dito distrito será obrigado avisar-me de todos os particulares que se oferecerem para que sendo necessário se dê a providência necessária, e assim mesmo do procedimento com que servem a Sua Majestade todos os oficiais da Justiça e Guerra para que me se seja presente para dar contas a Sua Majestade do bom ou mal que servirem, e mando a todos os cabos assim de ordenança como de pé como de cavalo como de auxiliares deste distrito ou de fora dele que se achem neste distrito, de qualquer qualidade ou graduação que sejam, respeitem e estimem ao dito Pascoal da Silva Guimarães como pessoa que na parte competente faz as mesmas vezes, obedecendo-lhe todos os ditos cabos e cumprindo suas ordens tão pontualmente como são obrigados e da mesma sorte todos oficiais vindos tanto das ordenanças de pé, e de cavalo, como dos auxiliares e os Ministros e oficiais de Justiça e fazendo o reconheçam por pessoa a que fica encarregado o governo desta Vila e seu distrito para lhe ter o devido respeito e gozará de todas as honras, privilégios, preeminências, prerrogativas, isenções e liberdades que são concedidas, e se deve às pessoas do mesmo cargo, e para firmeza de tudo lhe mandei dar esta patente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá tão inteiramente como nela se se contem, registrando-se nos Livros da secretaria deste governo e nos mais a que tocar.<sup>215</sup>

Mas essa não era uma especificidade do caso mineiro; também no Rio de Janeiro há relatos desses homens substituindo por diversas vezes os governadores:

<sup>214</sup> AHU/MG. Carta de José Rodrigues de Oliveira, capitão da 1º Companhia de Cavalaria dos Dragões das Minas, dirigida a D. João, solicitando providências no sentido de evitar que os oficiais Félix de Azevedo Carneiro e Cunha e João ferreira Tavares se imiscuem na sua jurisdição. Local: Vila Rica cx. 24, doc. 57.

<sup>215</sup> SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1717

A presença dos Mestres de Campo do Terço da guarnição da cidade – tropa paga – como governador interino era mais freqüente que a dos próprios governadores providos pelo Rei. Por ser "[...] nas zonas mineiras e no Sul ameaçado pelos espanhóis que se concentrava a atenção da Metrópole", os Governadores principais da cidade do Rio de Janeiro tinham a obrigação de fazer constantes deslocamentos. Em 1705, devido a conflitos nas Minas que logo levariam à ‘Guerra dos Emboabas, o governador do Rio, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, viu-se forçado a seguir para aquela região. Para administrar a cidade em seu lugar, deixou o Bispo D. Francisco de São Jerônimo, os Mestres de Campo Martim Corrêa Vasques e Gregório de Castro e Moraes, este último um dos mais requisitados para a função de Governador interino. Em junho de 1709, o Capitão-General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi empossado no cargo de governador da Capitania do Rio de Janeiro, e também logo se retirou para as Minas, com a missão de dar um fim à ‘Guerra dos Emboabas’, que havia se agravado. Como substituto interino, ficaria novamente o Mestre de Campo Gregório de Castro e Moraes.<sup>216</sup>

## 2.6 O PERFIL SOCIAL

Em 16 de abril de 1711, Pascoal da Silva Guimarães recebia nas Minas sua patente de mestre de campo dos auxiliares do distrito de Ouro Preto, um dos postos mais altos dentro da hierarquia militar. Antes disso, havia servido como sargento-mor na mesma tropa e localidade desde 1708, tomando parte ativa da Guerra dos Emboabas, em que lutou ao lado de outro mestre de campo, Manuel Nunes Viana. Se seu poder e prestígio era notório nas tropas, assim também o era na sociedade em que vivia.

Ao que tudo indica, Pascoal era pobre em Portugal. Não se sabe quando veio para a colônia, mas se tornou caixeiro no Rio de Janeiro trabalhando na casa comercial do sargento-mor Francisco do Amaral Gurgel. Por volta de 1704, no início dos descobrimentos das Minas do ouro, se passou a ela, onde se tornou rico e poderoso. Quando Antônio de Albuquerque veio para as Minas “com 20 soldados e alguns oficiais o dito Pascoal da Silva Guimarães os sustentou a sua custa por espaço dos 15 dias que nela se detiveram com grande despesa de sua Fazenda e muita utilidade de Sua Majestade”<sup>217</sup>. Com a mesma honra e valor, procedeu na ocasião em que o mesmo Governador “veio sossegar as alterações destas Minas e ele ter

<sup>216</sup>MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Op. cit. p 678

<sup>217</sup> Carta Patente de Pascoal da Silva Guimarães, dada em Vila Rica a 12/01/1714. SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1717. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Sobre Pascoal da Silva Guimarães ver também: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, 1954. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; Frágoso, João; ALMEIDA, C.M.C. **Conquistadores e negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

contido os ânimos dos principais homens dela para obedecerem as Ordens de Sua Majestade e receberem por governador Antônio de Albuquerque”<sup>218</sup>.

A princípio minerou no Rio das Velhas, mas foi nas serras do Ouro Preto que empregou pela primeira vez métodos usados na Nova Espanha para a extração do ouro, conquistando grande fortuna. Na mesma localidade, residiam nas cercanias elementos da família dos Camargos, principalmente o alcaide-mor José de Camargo Pimentel, que, “desgostoso com o procedimento hostil desse homem infenso a todos os naturais de São Paulo daí se retirou indo se estabelecer no São Miguel da Piracicaba”<sup>219</sup>.

Na época da fundação da Vila Rica e de sua Câmara, lá estava o mesmo Pascoal:

[...] presentes as pessoas principais e mais povos deste distrito, houve eleição “votando cada um por si em seis pessoas para eleitores capazes e de toda a suposição e zelo, para bem elegerem os juizes, vereador e procurador que havia de servir na câmara este ano presente, o que logo se deu cumprimento, votando todos e cada um por si nos ditos eleitores, saíram a mais votos o coronel Antônio da Silva Guimarães, mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães”<sup>220</sup>.

No mesmo ano que obteve a patente de mestre de campo, ocupou o cargo de superintendente da Justiça no mesmo distrito em que habitava, em que:

se houve nele com grande acerto e prudência, de que resultou principiarem os povos a experimentar a quietação e sossego que dantes não o tinham e na ocasião do subsídio voluntário que por ordem de Sua Majestade se pediu a estes povos dar 500 oitavas de ouro para o dito subsídio, e sendo encarregado no governo deste distrito se houvera nele com tal acerto, zelo, prudência e desinteresse, que não faltando cousa alguma ao serviço de Sua Majestade se benquistou com os povos e na ocasião do socorro do Rio de Janeiro por não poder ir àquela praça em razão de estar encarregado do dito governo mandou 30 escravos armados à sua custa em companhia do dito governador.<sup>221</sup>

A longa lista de serviços prestados ao Rei lhe deu um reconhecimento local e benefícios significativos, dentre os quais a patente de mestre de campo e o cargo de Superintendente, ocupando, também, o posto de governador do distrito de Vila Rica a mando

<sup>218</sup> Carta Patente de Pascoal da Silva Guimarães, dada em Vila Rica a 12/01/1714. SC-09 Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes. - 1713 - 1717. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>.

<sup>219</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, 1954, p. 231.

<sup>220</sup> Ibidem, p.p.230-231.

<sup>221</sup> Carta Patente de Pascoal da Silva Guimarães, dada em Vila Rica a 12/01/1714. Op. Cit

de Dom Brás Baltazar da Silveira, em 1714. Mas seu poder não parou por aí: o prestígio alcançado nas Minas foi reconhecido também na Metrópole. Ao participar do levante de Vila Rica, foi preso, por ordem do Conde de Assumar, pelo capitão dos dragões Manuel de Barros Guedes Madureira e, finalmente, remetido a Portugal. Em Lisboa, sua influência inverteu os papéis, “não foi criminoso mas príncipe”, contam os cronistas mineiros, com bons advogados, moveu um processo de responsabilidade contra o Conde de Assumar, só atalhado por sua morte.

A trajetória acima não constitui uma exceção; outros homens importantes e poderosos se destacaram nas Minas e traçaram no Ultramar uma trajetória de ascensão e acúmulo de riquezas não alcançadas em outras partes do Império. Pascoal da Silva Guimarães, mesmo tendo caído em desgraça ao final de sua vida, ao ser preso e remetido a Portugal, mostra que sua ascensão nas Minas é ilustrativa do poder pessoal que esses homens detinham chegando ao ponto de mover um processo contra o governador das Minas, representante régio no ultramar e um dos homens mais poderosos das Minas, o Conde de Assuma. Ensejarei, neste tópico, algumas reflexões sobre o papel desempenhado por eles e sua importância na conformação de uma elite local.

Para tal, veremos a nacionalidade e a posse de títulos desse oficialato.

**Tabela 9** – Naturalidade dos mestres de campo nas Minas setecentistas (para os quais temos informação)

Local	Frequência	%
Português	19	76%
Italiano	1	4%
Outras capitâneas	5	20%
Total	25	100

Fonte: Dicionários de bandeirantes e sertanistas do Brasil, documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas patentes do Arquivo Público Mineiro.

Dos 53 ofícios pesquisados, encontramos informações apenas para 25 deles acerca de sua origem. Dentre esses, 19 (76%) eram portugueses, um era italiano e os outros 5 (20%) vieram de outras partes da colônia, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Ambos os quadros confirmam as considerações feitas pela historiografia a respeito da naturalidade do quadro das elites coloniais e de sua origem portuguesa, embora ainda não se possa afirmar de qual região de Portugal eles tenham vindo. Os objetivos que levavam estes homens a

migrarem para a colônia era a busca por riquezas, status e honra, possibilitando ascensão social e melhoras nas condições de vida. Como bem destacou Ana Paula Pereira Costa:

Em uma sociedade de Antigo Regime a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas, sobretudo políticos e sociais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”. Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, e assim maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social.<sup>222</sup>

Vejamos também outros indicativos do prestígio social desse oficialato.

**Tabela 10**– Indicadores da inserção político-social dos mestres de campo (1709-1777)

Tipo de informação	Total	% dos 53
Recorrência ao Conselho ultramarino	35	66,03%
Primeiros povoadores e descobridores (Conquistadores)	15	28,30%
Uso de escravos armados em operações militares	20	37,73%
Posse de Sesmarias	15	28,30%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Como podemos perceber, esses já são alguns indicativos importantes para a caracterização do grupo e permitem, por si só, uma gama de possibilidades de análise. Os resultados apontam que os mestres de campo utilizavam muito bem as estratégias de ascensão e as possibilidades abertas pela Coroa Portuguesa e as informações a seguir ajudam a entender uma parte dessa realidade, afinal, eles ocupavam cargos importantes na administração colonial, possuíam sesmarias e usavam seus escravos armados para empreender as operações de guerra, defesa, controle de motins etc.

O uso de escravos armados foi o segundo dado mais recorrente na documentação em 37,73% dos casos e era, nas Minas, indicativo de prestígio e poder. Vale dizer que a posse de um escravo já garantia status aos indivíduos, visto que esse era um “bem” de muito valor para as sociedades escravistas e o cabedal econômico desses indivíduos eram medidos também pela posse de escravos.

Sendo assim, não podemos negar a importância do escravo na definição de alguém como poderoso. Assim como espadas, bengalas, roupas, jóias, os séquitos de escravos armados que seguiam seus senhores pelas vilas e arraiais mineiros constituíam-se também em elemento de demonstração

<sup>222</sup> COSTA, Ana Paula. Op.cit, p .64.

pública de poder, prestígio e autoridade. Eles não compensavam a ausência de outras marcas distintivas, mas constituíam acréscimos, que se sobrepunham à ostentação das vestes, joias e outros signos senhoriais.<sup>223</sup>

Foram muitos os colonos e, nesse caso, também muitos mestres de campo que relataram o uso de escravos em diversas situações, tais como, na contenção de motins, para dismantelar quilombolas ou para a defesa ou guarda pessoal dos poderosos. Nessa última, conhecida como “milícias particulares”, o séquito de escravos armados eram usados pelos potentados em suas diligências, “justamente para passar essa ideia de informalidade, num sentido genérico que desse a noção de se tratar de algo que, apesar de ser usado em determinados momentos com fins militares, não pode ser atrelado à estrutura formal da organização militar lusitana”<sup>224</sup>. Essa relação era sinônimo de poder pessoal e serviam também para demonstrar o prestígio desses senhores, mas, por outro lado, para os cativos e populações mais pobres, representava a manutenção da sua liberdade e sobrevivência.

A importância destas ligações com os escravos se evidencia não só porque na sociedade colonial o escravismo articulava as relações sociais, mas porque verificamos que em muitos casos esses cativos forneciam segurança aos potentados ao atuarem como uma pequena milícia para protegê-los nas rixas e conflitos em que se envolviam. Além disso, como já sugerido, podiam ser usados nos serviços de *El Rey* como braço armado para aquisição de mercês.<sup>225</sup>

Nesse momento, é muito importante para o grupo de potentados locais e de sua distinção, enquanto um grupo de poder, a presença de milícias armadas de escravos ou milícias particulares, sendo um elemento de grande valor na definição desse grupo. Muitos homens relatam em suas cartas que fizeram muitos serviços “às custas de sua vida, fazenda e escravos” e muitos poderosos locais dos primeiros anos das Minas eram reconhecidos por terem agregados a si escravos armados, como Manuel Nunes Vianna e Pascoal da Silva Guimarães.

---

<sup>223</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Armar escravos em minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII.** Vila Rica, 1711-1750. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 84.

<sup>224</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Armar escravos em minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII.** Vila Rica, 1711-1750. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p.82.

<sup>225</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Armar escravos em minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII.** Vila Rica, 1711-1750. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.p.80.



**Tabela 11** – Número de escravos armados utilizados por mestres de campos em seus serviços

Nome	Número de escravos armados
Joaquim Pereira da Silva	24
Francisco Ferreira de Sá	76
Pascoal da Silva Guimarães	30
Faustino Rebelo Barbosa	20
Sebastião Pereira Aguiar	35
Manoel Rois Soares	30
Manuel da Silva Rosa	12

Fonte: Dicionários de bandeirantes e sertanistas do Brasil, documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas patentes do Arquivo Público Mineiro.

Como dito anteriormente, e conforme os 15 homens ou 28,30% do total, muitos mestres de campo nessa pesquisa estavam entre os primeiros povoadores e conquistadores da região das Minas. As primeiras décadas do século XVII nas Minas foram marcadas pela constituição de grupos de poderosos locais que, junto com as medidas da Coroa de impor uma administração mais centralizada do ponto de vista fiscal e administrativo e do controle da região mineradora, conseguiram atuar no ordenamento dessa sociedade às custas de sua vida, família e escravos. Como nos aponta Maria Verônica Campos, esses homens não se viam como colonos, mas como sócios da empresa colonizadora<sup>226</sup>. Sendo assim, é salutar entender que a Coroa Portuguesa só conseguira manter o controle da região das Minas e garantir a governabilidade às custas dos serviços, poder e mando das elites coloniais. Para tal, era fundamental a esse grupo ser reconhecido como um grupo de qualidades superiores, para que conseguissem estabelecer o comando nas tropas, bem como barganhar com estratos inferiores<sup>227</sup>. Como vimos, eram conquistadores ou seus descendentes que ocupavam cargos na administração colonial e nas Câmaras, possuíam títulos de ordens militares e tinham sob seu comando escravos armados, índios, homens livres e pobres, estabelecendo laços com os vários segmentos sociais, negociando com as camadas subalternas. Com os anos, “os códigos de acesso a esse poder mudaram com o tempo, mudando também a sociabilidade entre os potentados, mas o seu poder de mando não sofreu nenhuma ruptura, pois permaneceram

<sup>226</sup> CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros**. “De como meter as Minas em uma moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737. São Paulo: USP, 2002, p. 17.

<sup>227</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. **Armar escravos em minas colonial**: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p.24.

efetivando-o na extensão a seus descendentes, através de uma cultura política baseada nas redes clientelares, típica do sistema político brasileiro desde a sua inserção no mundo lusitano”<sup>228</sup>.

Outro indicativo de poder era a posse de sesmarias. Criada por Dom Fernando I, em meados do século XIV, em Portugal, a Lei de Sesmarias seria a legislação responsável por regular a distribuição de terras devolutas na colônia. Responsável por reger o domínio das terras incultas e abandonadas, mas também fixar, a partir da obrigatoriedade de mendigos, vadios, ociosos e que tivessem ofício de lavrador a se vincularem a terra e essas regras pouco se alteraram entre as ordenações Filipinas emanuelinas<sup>229</sup>. “No Brasil, para se ter ideia do quanto a legislação sobre a posse da terra pouco evoluiu, no hiato de vinte e oito anos entre a abolição das sesmarias, em 1822, e a promulgação da Lei de Terras, de 1850, nas contendas judiciais envolvendo a posse das terras, prevaleceram as Ordenações Filipinas”<sup>230</sup>. Nas Minas, “as cartas de sesmarias devem ser consideradas como garantias a posse já lançada ou a terras já compradas”.

O objetivo da política adotada pelo governo da Capitania na década de 1730 e 1740 (Ordem Régia de 14 de abril de 1738 e Bando de 13 de maio de 1738) tornando nulas todas as posses que se lançassem depois da publicação destas 12 normas não era outro senão o de legalizar as posses. Dever-se-ia atentar de imediato para o fato de os peticionários alegarem indistintamente ora o título de primeiro povoador (o que traduzia em bom português o jus primiooccupantis), ora o ter comprado a terra de um primeiro povoador. Em ambos os casos, o lançamento de posses estava na origem do acesso à propriedade.<sup>231</sup>

Nas primeiras décadas da colonização, havia maior liberalidade do poder metropolitano na doação de sesmarias porque um dos seus objetivos era povoar e, com isso, impedir o assédio de estrangeiros. No século XVIII, essa lógica se altera na medida em que o interesse da coroa se volta para o interior, para as Minas. Com o aumento populacional que já se processava no litoral ocorrendo também nas Minas, a terra se tornaria moeda de troca das

<sup>228</sup> PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>229</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>230</sup> Idem.p.24.

<sup>231</sup> CARRARA, Angelo Alves. **Contribuição para a história agrária de minas gerais** — séculos XVIII-XIX. Mariana: 1999.Disponível em: <<http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Hist%C3%B3ria-Agr%C3%A1ria-de-Minas-Gerais.pdf>>.

autoridades metropolitanas e não seria dada a qualquer um<sup>232</sup>. As exigências para as doações de sesmarias era o cultivo da terra e a necessidade de confirmação dos títulos pelo rei, o que nem sempre o ocorria. “Nas Minas, menos de 15% dos sesmeiros requereram e receberam a confirmação de seus títulos”<sup>233</sup>.

A posse da terra era considerada símbolo de distinção e poder e quem solicitava tal mercê geralmente alegava ser detentor de cabedais para conseguir mantê-las. Para cultivá-las, os súditos deveriam ter algum título, possuir algum cargo, relações clientelares ou de parentesco com autoridades e ter prestado serviço a coroa. Sua posse e seu uso também foram motivos de conflitos entre a Coroa e seus súditos. Por outro lado havia o interesse da Coroa em povoar aos sertões e a eles retribuía os serviços com a posse de sesmarias aqueles que tivessem realizado as custas de sua vida e fazenda empreitadas no sertão<sup>234</sup>.

Um dos casos mais emblemáticos para a segunda metade do século no que diz respeito à posse de sesmaria foi o do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, grande sertanista cuja trajetória será melhor descrita posteriormente. Por hora cabe-nos perceber que esse mestre de campo, em troca dos seus feitos no sertão das Minas, foi nomeado como sesmeiro, não só recebendo mas também doando sesmarias. Vale dizer que “distribuir terras em sesmarias era um privilégio do rei que no Brasil, foi facultado aos governadores. O governador das Minas, Conde de Valadares, estendeu essa regalia a Pamplona”<sup>235</sup>. O mesmo teria distribuído cerca de “cento e tantas sesmarias”, segundo Waldemar Barbosa<sup>236</sup>.

Solicitar mercês ao Conselho Ultramarino também reforça o status de elite local. Sabe-se que, desde que órgão foi criado, assumiu o papel de intermediação entre as demandas do Rei e suas colônias no Ultramar. O uso recorrente por partes dessas elites e a consulta constante ao órgão permite perceber a capacidade que esses homens possuíam de recorrer ao Monarca e negociar seus interesses e privilégios, bem como se movimentarem afim de requerer algo, sugerir ou reclamar. Diante da diversidade de solicitações, é obviamente notório que a maioria buscava a confirmação de mercês e graças das mais variadas. Como podemos ver na tabela 12, um dos assuntos mais recorrentes na solicitação ao órgão são as confirmações de patente e a maioria deles, 66,03%, recorreu ao Conselho pedindo essas

<sup>232</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 30.

<sup>233</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010. p.27.

<sup>234</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico das Minas**. Belo Horizonte: Seterp, 1971.

confirmações. Não cabe alongar muito esse assunto, visto que já sugerimos diversas vezes a importância da posse de patentes militares como um sinônimo de reconhecimento social e importante aos indivíduos que a possuem.

O restante dos requerimentos se dividiram em várias categorias, como licença para se deslocar ao Reino, conflitos envolvendo poderosos, pagamento de soldo ou ajudas de custo, como sustento para os cavalos, para cumprir suas obrigações no trabalho. Solicitavam também licenças de suas funções administrativas e militares, por vezes alegando problemas particulares e/ou de saúde. Um caso desses é do mestre de campo José Rodrigues de Oliveira, que pede em requerimento ao Conselho ultramarino, em razão dos seus anos, e de problemas de saúde que o impede de andar a cavalo e fazer exercício violento, licença do referido cargo. Para tal, o dito mestre de campo, visando persuadir o rei de sua necessidade, anexa a sua petição um parecer do médico Anselmo Caetano de Munhoz, doutor graduado pela Universidade de Coimbra, familiar do Santo Ofício e médico morador em Lisboa, que afirmava estar o dito homem gravemente enfermo, padecendo de doença causada por supressão da urina. Ao que parece, mesmo com tantas recorrências e pedidos ao rei, o dito mestre de campo não conseguiu a mercê de ser liberado, devendo permanecer em suas diligências.

E, por fim, era comum que esses homens recorressem ao conselho ultramarino para confirmar ou fazer suas provisões em postos militares ou burocráticos, já que cabia ao rei o poder tanto de dar como de retirar as mercês concedidas, sendo necessário aos súditos constantemente precisassem confirmar as doações reais.

**Tabela 12** – Consultas ao Conselho Ultramarino pelos mestres de campo

<b>Tipo de consulta</b>	<b>Total</b>	<b>% dos 53</b>
Solicitação/ confirmação de patentes militares	35	66,03%
Pagamento de soldos e sustento pra tropas, cavalos, etc.	8	15,09%
Conflitos entre poderosos	5	9,43%
Licença para se deslocar ao reino	5	9,43%
Solicitação/ confirmação de cargos na administração	6	11,32%
Descobrimientos	8	15,09%
Coroa solicitando informações	4	7,54%
Relação com o governador	10	18,86%

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU

## 2.7 A POSSE DE TÍTULOS

Outro aspecto importante a ser relatado é a posse de títulos. Sabe-se que os serviços prestados à Coroa eram requisito fundamental a qualquer indivíduo que quisesse ascender socialmente e era também a forma que encontravam de angariar recursos, novas mercês e, sobretudo, títulos de nobreza. Nas palavras de Maria Beatriz Nizza da Silva, a posse de títulos conferia nobreza e distinção a seus ocupantes, proporcionando aos oficiais instrumental poderoso na definição dos lugares sociais. Na colônia, aqueles que prestassem serviços a Coroa eram recompensados com variadas formas de nobilitação, que lhes atribuíam determinados privilégios<sup>237</sup>. Defender seu lugar social em uma sociedade marcada pela hierarquia, como era no Antigo Regime, fazia-se constantemente necessário e, nesse aspecto, os títulos assumiam importância ímpar.

A fim de saber quais desses indivíduos foram agraciados com os Hábitos das Ordens Militares e Familiares do Santo Ofício, consultei dois índices publicados<sup>238</sup>. O primeiro diz respeito às “Habilitações nas Ordens Militares”, foi organizado por Nuno Gonçalo Pereira Borrego e contém os processos existentes na Torre do Tombo relativos às pessoas que foram habilitadas nas três Ordens Militares existentes em Portugal (Ordem de Avis, de Cristo e de Santiago) no período de XVII-XIX<sup>239</sup>. O outro são os índices dos processos de habilitação para Familiar do Santo Ofício da Inquisição, que mostram também cada homem habilitado em tal instituição. Tal documentação encontra-se também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Infelizmente, não tive acesso aos processos, ficando apenas com algumas sugestivas indicações. A tabela a seguir nos mostra quais homens foram agraciados com alguns dos títulos mais importantes oferecidos pela Coroa portuguesa.

<sup>237</sup>SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p.322

<sup>238</sup>BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. **Habilitações nas Ordens Militares**: Séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo. Vol. I. Lisboa: Edição de Publicações MultimédiaLda, 2007. BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. **Habilitações nas Ordens Militares**: Séculos XVII a XIX. Ordem de Cristo. Vol.II. Lisboa: Edição de Publicações MultimédiaLda, 2007. AMARAL, Luis. **Índices dos processos de habilitação para Familiar do Santo Ofício da Inquisição**. Lisboa: Edição de Publicações MultimédiaLda, 2007.

<sup>239</sup> Nessa documentação as buscas foram parciais; esse índice publicado tem organização onomástica, mas só elenca os processos dos nomes até a letra G.

**Tabela 13** – Títulos possuídos por alguns mestres de campo

Nomes	Familiar	Ordem de Cristo
Andre Gomes Ferreira	X	-
Antônio Pinto de Magalhães	X	-
Antônio Ramos dos Reis	-	X
José Quaresma	X	-
Manoel Correa da Silva	X	-
Manuel Fonseca de Azevedo	-	X
Manuel Gomes da Silva	X	-
Manuel Pereira de Castro	X	-
José Rodrigues de Oliveira	X	X
Manuel Nunes Vianna	X	-
TOTAL:	8	3

**Fonte:** Índices de Habilitações nas Ordens Militares e Índice dos processos de habilitação para Familiar do Santo Ofício da Inquisição

Para se conquistar o Hábito da Ordem de Cristo, eram necessários critérios como *limpeza de sangue* (ou seja, ausência de descendentes judeus, mouros, negros e mestiços) e isenção de *defeito mecânico* (ausência de trabalhos manuais entre os ascendentes).<sup>240</sup> Com as novas conquistas territoriais também os serviços prestados à Coroa nestas áreas foram acrescidos como fundamento para se conseguir tal título.

De acordo com os resultados, podemos perceber que 8 homens, totalizando 17,07% deles, atuaram como Familiares do Santo Ofício. Apesar de não ser considerado título de nobreza, passar pela investigação da Mesa da Consciência e Ordens conferia a estas pessoas o reconhecimento de pureza de sangue, que podia funcionar como primeiro passo para almejar a uma condição mais elevada. De todo modo, nas Minas, ser Familiar do Santo Ofício era sinal de grande prestígio. A seleção era feita entre pessoas que tivessem fazenda e vivessem abastadamente, pois eram necessárias viagens e deslocamentos no decorrer de suas diligências. Os critérios para a aceitação dos candidatos eram a limpeza do sangue, saber ler e escrever, ser capaz de se encarregar de averiguações secretas e possuir bens e fortunas. Eram eles que informavam ao comissário local sobre os casos que pertencessem a jurisdição inquisitorial bem como se encarregavam de todas as diligências determinadas pelo

<sup>240</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005 p. 321.

representante eclesiástico do Santo Ofício. Para Maria Beatriz Nizza da Silva, a Familiatura era um importante passo na caminhada de ascensão social<sup>241</sup>.

Os números de mestres de campo que eram também Familiares do Santo Ofício também nos fornecem algumas sugestões. Sabe-se que, para receber tal mercê, seria necessária uma série de deslocamentos e locomoções e que os Familiares iam de um lugar a outro a fim de averiguar as exigências do Tribunal do Santo Ofício. Assim como a condição de Familiar do Santo Ofício, o posto militar também exigia os mesmos deslocamentos, afinal, uma das principais características das tropas auxiliares era o fato de poderem se deslocar de sua base territorial para prestar auxílio em caso de necessidade bélica. É provável que os conhecimentos que adquiriam enquanto militares favorecesse ou servisse de argumento para mais tarde solicitarem tão estimado título de nobreza.

Não custa reforçar que, no Ultramar, como se disse, a concessão de hábitos foi um artifício utilizado correntemente pelo Rei para premiar os súditos leais que prestassem serviços de grande utilidade. Entre os serviços estavam a contenção de revoltas, a manutenção da ordem, a defesa das conquistas e, no caso de Minas, o pagamento dos quintos, tarefa esta, como já vimos, na qual muitos dos homens aqui mencionados atuaram. É importante frisar que, para se conseguir a posse de tais títulos de nobreza, outros critérios se faziam importantes. Mas os serviços prestados eram, sem dúvida, um fator fundamental, sobretudo no Ultramar.

## 2.8 OS MESTRES DE CAMPO DAS ORDENANÇAS

Nesse momento faremos uma análise mais pontual a respeito dos mestres de campo nas ordenanças. Como dito diversas vezes ao longo dessa pesquisa, não consta na legislação portuguesa nenhuma referência a essa patente nessas forças, o que, nesse caso, pode nos mostrar que essa tenha sido uma oportunidade que se abriu aos colonos do Ultramar, ao conciliar o deslocamento necessário as companhias de Ordenanças com a necessidade de um comando que reunisse as características e funções de um mestre de campo. No entanto, cabem mais estudos para confirmarem essas informações. Trataremos nesse ponto dos 6 nomes que apareceram nessa pesquisa na tentativa de encontrar alguns esclarecimentos para essa questão. A respeito dessa ocupação, em seu livro *A Guerra dos Bárbaros* Pedro Puntoni faz referência à presença de mestres de campo nas tropas de Ordenanças ao dizer que os terços dos paulistas,

---

<sup>241</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. cit. p.p. 159-160.

responsáveis por realizar atividades no sertão do Rio Grande, eram de Ordenanças e comandados por um mestre de campo. Nesse caso, como essas tropas assumiam a característica específica de realizar jornadas no sertão, a “Bandeira, especificamente, era a forma como também se designava as companhias de ordenanças”<sup>242</sup>; aliado ao fato de que pelo menos 4 nomes dos quais temos informação também sertanistas, faz sentido unir deslocamento e conhecimentos exigidos para a posse e atuação da patente, muito embora os números pareçam insuficientes. Mas não podemos utilizar desses dados por si só para explicar a presença dessa patente nas Ordenanças. Vejamos mais algumas características:

**Tabela 14** – Mestres de campo das ordenanças por ano e localidade

Nome	Ano	Localidade
Manuel Gomes da Silva	1721	Vila Rica
Atanásio de Cerqueira Brandão	1725	Sem informação
Manuel Fonseca de Azevedo	1726	Ouro Preto
Antônio Ramos dos Reis	1732	Vila Rica
David Borges da Cunha	1732	Vila Nova da Rainha
Mathias Barbosa da Silva	1733	Ribeirão do Carmo

Fontes: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos Requerimentos de confirmação de patente do AHU.

De acordo com os dados, podemos perceber que esses mestres de campo se concentram entre os anos de 1721 e 1733, estando em sua maioria na Comarca de Vila Rica, excetuando Mathias Barbosa da Silva, que foi nomeado para a Comarca do Rio das Velhas.

Outro ponto a ser destacado é o poder que esses homens conquistaram ao longo dos anos via serviços prestados ao Rei. Todos os nomes dessa pesquisa possuem uma trajetória de ascensão social dentro das Minas, conquistando títulos, cargos e ocupando posições de mando, atestando sua qualidade e formando um grupo de poderosos locais cujo poder foi de grande valia para a Coroa Portuguesa. As trajetórias narradas aqui servirão para demonstrar o universo de ações, bem como as estratégias utilizadas por eles para conquistarem esse status.

Um dos homens que investigamos é Antônio Ramos dos Reis, que serviu como mestre de campo no Terço das Ordenanças de Vila Rica no ano de 1732 e, em 1741, foi provido no posto de capitão-mor da mesma tropa, permanecendo no cargo até 1761, ano em que faleceu.

<sup>242</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000. p. 197.



Antônio Ramos dos Reis era português, natural da freguesia de Santa Maria da Entrega, termo da cidade do Porto. Sabe-se que veio para a colônia aos 9 anos de idade e, antes de chegar nas Minas, casou-se na cidade do Rio de Janeiro com Vitória dos Reis. “Tinha uma filha e um filho (Frei Manuel) religiosos em Portugal e perdera um filho, que, como ele, também era cavaleiro da Ordem de Cristo”<sup>243</sup>.

Nas Minas, realizara várias diligências importantes que permitiram a ele um grande reconhecimento local, como, por exemplo, partir com o governador D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho “na diligência feita em socorro ao Rio de Janeiro em 1711 por ocasião da invasão francesa à praça carioca, à custa de suas fazendas”<sup>244</sup>.

Servir ao Rei às custas de suas próprias fazendas era atitude muito valorizada e Antônio Ramos dos Reis por diversas vezes “esteve empenhado, sempre à custa de sua fazenda e escravos, em propiciar, juntamente com outros potentados locais, uma base estável sobre a qual os enviados de El-Rei pudessem garantir, mesmo que minimamente, a governabilidade nos domínios régios”<sup>245</sup>. Segundo documento do Arquivo histórico Ultramarino,

[...] fiel a Vossa Majestade em todos esses serviços fazendo de muitas de suas obrigações com despesas de sua fazenda, como na ocasião em que socorreu o Rio de Janeiro quando os franceses invadiram tal cidade com seus escravos armados e fazendo tal jornada a custa de sua fazenda, como também na ocasião em que ajudou na contenção da revolta contra o ouvidor geral Manoel da Costa Amorim com seus escravos armados. [...]<sup>246</sup>

Algum tempo depois, se tornou almotacé e capitão das ordenanças, em Guarapiranga, em 14 de dezembro de 1714. Obrou ao lado do mesmo governador na contenção do motim ocorrido em Vila do Carmo contra o ouvidor Manoel da Costa Amorim e, mais tarde, o conde de Assumar o proveu em diversos postos, tais como: capitão da companhia de auxiliares do distrito de São Bartolomeu do terço de Vila Rica, em 22 de janeiro de 1718, e mestre-de-campo do terço das ordenanças de Vila Rica e seu termo. No ano de 1719, foi eleito para o cargo de vereador na Câmara de Vila Rica e, no ano de 1724, foi

<sup>243</sup> As informações referentes ao testamento e a vida de Antônio Ramos dos Reis foram retiradas de: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 260.

<sup>244</sup> Requerimento de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo do terço das ordenanças de Vila Rica, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. AHU/MG/cx.20, doc.48.

<sup>245</sup> FIORAVANTE, Fernanda. Antônio Ramos dos Reis e Nicolau Carvalho de Azevedo – os homens bons nas Minas do Ouro: notas acerca do perfil social dos oficiais camarários na Vila Rica setecentista. **Revista Veredas da História**, 1/2010, ano 3, ed. 1, 2010. Disponível em: <www.veredasdahistoria.com>.

<sup>246</sup> Requerimento de Antônio Ramos dos Reis, mestre de campo do terço das ordenanças de Vila Rica, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto. AHU/MG/cx.20, doc.48.

novamente eleito para a mesma câmara, mas agora no posto de juiz ordinário, embora não tenha assumido o posto. Ainda no governo de D. Pedro de Almeida, atuou na contenção da revolta de Vila Rica de 1720 e, posteriormente, já no governo de D. Lourenço de Almeida, auxiliou no estabelecimento da Casa de Fundação e Moeda na mesma vila.

Por volta de 1732, Antônio Ramos dos Reis já habitava em Minas por cerca de vinte anos, sendo considerado um dos primeiros povoadores desta região. Além disso, foi descobridor de lavras minerais, proprietário de grande número de escravos e considerado um dos homens mais ricos da capitania<sup>247</sup>. Segundo a pesquisa de Carla Maria Carvalho de Almeida, era o homem com maior cabedal econômico que encontrou em suas pesquisas sobre os homens mais abastados da dita capitania. Como consta em seu testamento, registrado em 1761 em Vila Rica, “sua fortuna somava no mínimo 78:000\$000, que era o preço pelo qual vendera quase todos os seus bens ao seu sócio José Veloso Carmo, mas podia alcançar maior valor quando se somasse a ele “algumas dívidas que se me devessem”. Consta ainda que residia em Vila Rica onde tinha “muitas propriedades urbanas e grandes serviços minerais<sup>248</sup>”. Serviu por diversos anos ao Rei, ascendeu por todos os postos inferiores e ocupou cargos importantes como o de mestre de campo e capitão, além de desempenhar várias funções administrativas como o de vereador e o de Juiz de Órfãos. Além de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo era também familiar do Santo ofício o que evocava dignidade e nobreza. A respeito da indicação de Antônio Ramos dos Reis, há uma passagem interessante e reveladora de seu status na sociedade. O dito homem teria se recusado a ocupar o cargo de Juiz ordinário na Câmara. A eleição, tendo ocorrido em Casa de Câmara, contou com a presença de personagens ilustres, como o ouvidor geral da comarca de Vila Rica, Sebastião de Sousa Machado, os oficiais da câmara e alguns outros indivíduos que nela serviram em tempos passados e, nesta ocasião, estavam a atuar como eleitores na referida eleição para o cargo de juiz de órfãos. Ao ser informado da escolha de seu nome, Antônio Ramos dos Reis dirigiu-se “à mesma Casa da Câmara e diante de todos os que se achavam na mesma eleição se escusou o que o dito Doutor Ouvidor geral não admitiu a escusa só assim dizendo se recorresse a Sua Majestade”<sup>249</sup>. Seguindo a ordem do ouvidor, Antônio Ramos solicitou a El-Rei a desobrigação de servir no dito cargo. Tendo sido recusado o seu pedido por D. João V, o

---

<sup>247</sup>FIORAVANTE, Fernanda. Antônio Ramos dos Reis e Nicolau Carvalho de Azevedo – os homens bons nas Minas do Ouro: notas acerca do perfil social dos oficiais camarários na Vila Rica setecentista. **Revista Veredas da História**, 1/2010, ano 3, ed. 1, 2010. Disponível em: <[www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com)>.

<sup>248</sup>Ibidem p. 261.

<sup>249</sup>ALMEIDA, Carla. Op Cit.

mestre de campo tratou logo de cumprir com suas obrigações de fiel vassalo que era. Nesse sentido, vale um resumo de seus valorosos serviços prestados em nome de El-Rei.

Todos esses serviços prestados ao Rei, bem como a ocupação de cargos importantes, sejam militares ou administrativos, conferiam a ele enorme prestígio e atestavam sua “qualidade”. Um dado bastante ilustrativo e que representa a necessidade de distinção social buscada por esses homens, bem como o reconhecimento de sua qualidade e autoridade, foi o fato de ter reclamado que suas honras e o lugar que deveria ocupar na festa realizada em Vila Rica para comemorar o nascimento da Infanta não foram respeitados. E argumentava que:

[...] na referida festa se deu ao suplicante acento com impropriedade faltando – se a elle a honra devida e que por ocupar o posto de capitão mor lhe eram competentes todas as honras e privilégios, liberdades e isenções concedidas as pessoas que ocupam tais postos em qualquer parte do Reino [...] <sup>250</sup>

Para tentar evidenciar que este privilégio era quase um “direito adquirido”, o dito oficial cita um caso semelhante ao seu, que ocorreu na Bahia, em 1716, “ao se negarem as honras ao mestre de campo Miguel Pereira da Costa onde se resolveu que se restituíssem ao dito mestre de campo seu lugar de direito” <sup>251</sup>.

Antônio Ramos dos Reis não foi uma exceção de mestre de campo das ordenanças que tiveram uma trajetória de ascensão dentro das Minas. Outros homens, como veremos, também possuíam estratégia bem semelhante. Esse é o caso de Matias Barbosa, cuja trajetória é de destaque nas Minas e que alcançou na Colônia enriquecimento, reconhecimento local e muito destaque. Português, filho de Francisco Gomes da Silva e de sua mulher, Isabel Barbosa de Caldas, foi mestre de campo e coronel de cavalaria e, antes, já havia servido a Coroa como soldado na colônia do Sacramento por 5 anos 2 meses e 7 dias. Subiu para as Minas em companhia do governador Arthur de Sá com a patente de ajudante dos auxiliares, dada em São Paulo em 18 de fevereiro de 1700 <sup>252</sup>.

O dito mestre de campo teria se instalado abaixo do Furquim, onde minerou e conquistou grande fortuna com a exploração do ouro. Matias Cardoso também foi sertanista e, em 1732, seguiu, por ordem do governo, uma expedição para combater índios botocudos que ameaçavam Furquim e “levou-os de vencida até as picadas de Goiás, onde teria também

<sup>250</sup> Requerimento de Antônio Ramos dos Reis, capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica, solicitando que D. João V mande declarar quais as honras e o lugar que lhe corresponde em atos públicos e particulares, por o seu cargo não haver sido respeitado na festa realizada para celebrar o nascimento da Infanta. AHU/MG/cx.41, doc.10.

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.p. 155.

fundado o presídio de Abre Campo, como anteparo para os tentassem novas incursões”<sup>253</sup>. Nessas diligências em Goiás, permaneceu até o ano de 1734.

Sabe-se que teria casado com Luísa de Souza de Oliveira e tido uma única filha, Maria Barbosa da Silva, que se casou com o fidalgo da casa Real Domingos Teixeira de Andrade, passando a residir no Reino. Mathias Barbosa teria morrido em 25 de julho de 1742, deixando as seguintes informações sobre seu testamento.

No Dicionário Histórico e Geográfico das Minas aparece assim designado:

Barra Longa foi arraial fundado pelo grande potentado Matias Barbosa da Silva, a quem o governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença assim se refere, em 1736: “interessando-se sempre nos contratos reais, abrindo caminhos e povoando sítios e mandando fazer alguns descobrimentos, contribuiu muito para aumento das rendas reais”. O Cel. Matias Barbosa da Silva faleceu a 25 de julho de 1742, dia em que foi aberto seu testamento, pelo qual se verifica sua extraordinária fortuna (não nos consta tenha sido publicado): além de muito ouro em pó, ouro lavrado, prata lavrada, deixou grande fazenda na Barra dos Gualaxos e um sítio, outro sítio no Gualaxo, terras mineiras na freguesia de Guarapiranga, quatro sítios na picada de Goiás, e duas sesmarias, casa no Rio, duas casas em Ouro Preto. Só numa das Fazendas, tinha ele mais de 200 escravos. No testamento, determinou a celebração de 5.200 missas! Foi ele o primeiro morador e iniciador da povoação que, durante algum tempo, guardou seu nome. A capela de São José da Barra de Gualaxo ou barra de Matias Barbosa, denominações que teve a principio, foi erigida pelo ajudante José Ferreira Torres.<sup>254</sup>

É difícil tentar entender ou buscar uma explicação para a presença desses homens nas Ordenanças; pode ser pelo fato das hierarquias na colônia assumirem contornos e definições diferentes de Portugal e, nesse caso, como dito, carecem de estudos sobre essa temática para que conclusões mais eficazes possam ser feitas. Pode ser por uma confusão a respeito da legislação, já que várias vezes foram comuns reclames das autoridades a respeito da má organização das tropas e da necessidade de se definir jurisdições. Pode ser porque os mestres de campo eram comandantes dos terços, e onde houvessem terços, consequentemente haveriam mestres de campo. Mas, infelizmente, as fontes não nos dão argumentos suficientes e satisfatórios para respondermos essas questões.

Para finalizarmos as análises desse capítulo, podemos concluir que, primeiramente, ao que tudo indica esses homens eram, em sua maioria, portugueses que viam no além-mar uma maior possibilidade de conquistar prestígio e reconhecimento social via serviços

<sup>253</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo, 1954. p. 231.

<sup>254</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico das Minas**. Belo Horizonte: Seterp, 1971.

prestados ao Rei. Recebiam a patente após apresentarem serviços para a Coroa na conquista, defesa e manutenção do território demonstrando que os interesses para a posse da patente vão ao encontro aos interesses da Coroa. Dos mestres de campo que conseguiram a patente até o ano de 1720, o que mais se destaca na documentação entre os serviços que prestaram a coroa é a participação na contenção da invasão dos franceses ao Rio de Janeiro e a conquista de territórios. Alguns anos mais tarde, começa a aparecer a cobrança dos quintos entre os principais préstimos feitos a Coroa Portuguesa, a partir da ideia de instalação as Casas de Fundação e Moeda. Ao adquirirem a patente, permaneciam prestando esses mesmos serviços. Ou seja, à medida que os interesses na Coroa mudavam no Ultramar e suas necessidades eram alteradas, modificavam-se também as exigências ou os requisitos que filtravam a ascensão no seio da hierarquia militar, denotando que havia também uma série de caminhos para se tornar um comandante militar.

Todos os mestres de campo dessa pesquisa solicitaram e/ou requereram a patente nas Minas, até mesmo os comandantes das Companhias dos Dragões. Isso pode nos indicar que a colônia se abria como um amplo espaço de aquisição de lugares privilegiados dentro da hierarquia social e de novas patentes militares do Império português. Sendo assim, como vimos muitos deles viam no universo colonial a oportunidade de aumentarem suas riquezas e ascenderem socialmente, tencionando melhores condições de vida, principalmente através dos serviços prestados a Coroa.

Por isso, ser um mestre de campo significa ter poder de mando para controlar as revoltas internas, participar da defesa e conquista de territórios, ser reconhecido como homem de qualidade, o que implica ter status e reconhecimento local. Através de serviços, terras, títulos e cargos, ampliavam suas redes de relacionamento e conquistaram verdadeiro poder nas Minas setecentistas.

Também buscavam, a todo momento, ampliar e manter suas tão importantes redes clientelares, e assim permaneciam ocupando cargos na administração. Sem dúvida, foram importantes na conquista e manutenção dos territórios portugueses no Ultramar.

No próximo capítulo, daremos ênfase à atuação dos mestres de campo no sertão das Minas, ou do grupo de mestres de campo que foram também sertanistas, acreditando que, assim, poderemos desvendar mais algumas características dessa patente.

### 3 DESBRAVADORES DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS MESTRES DE CAMPO COMO SERTANISTAS

*“Desde que o mundo foi criado,  
pela divina onipotência  
aos filhos de Adão tem se negado  
em nossos palácios a assistência  
Agora parece que é chegado  
o tempo da melhor correspondência  
porque se até aqui sertão silvestre  
hoje corte, os campo que tem um Mestre”<sup>255</sup>*

Há quem diga que a história das minas não começa com o ouro, mas com seus sertões e com as histórias que o embalaram desde a chegada dos portugueses no Brasil. Visto como um ambiente inóspito, a ser desbravado e conquistado por aqueles que tinham coragem e mando suficientes para explorá-lo, esteve rodeado de significados, histórias fantasiosas, bárbaros e quilombolas. Nas Minas, homens já marchavam pelos sertões em busca de ouro desde o início do século XVII; por isso, nesse capítulo, gostaria de reforçar a atuação dos mestres de campo nos sertões das Minas, desbravando as terras rústicas, lidando com o gentio, capturando índios, combatendo quilombolas, espalhando medo pelo ultramar e garantido a governabilidade portuguesa nos confins da colônia. Para tal, recuaremos um pouco no tempo visando entender melhor essas informações.

A palavra sertão já era usada pelos portugueses desde o século XIV para referir-se às terras, dentro de Portugal, que estavam distantes de Lisboa. No século XV, ganhou novos contornos, passando a aludir aos “espaços vastos, interiores, os quais estavam localizados dentro das possessões recém-conquistadas e que pouco ou nada se sabia sobre elas”<sup>256</sup>.

Etimologicamente, Sertão é um local inculto, distante de povoações ou de terras cultivadas e longe da costa. É oriundo do radical latino “desertanu” que se traduz como uma ideia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio. Em fontes de procedências variadas, o fato do Sertão ser

---

<sup>255</sup>**Notícias diária** e individual das marchas, e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correa Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. In: Anais da Biblioteca Nacional. Notícias. (Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988, p.p. 47-113). Adaptado para o português.

<sup>256</sup>AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **O Brasil no Império português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

identificado enquanto um deserto, remete sempre à noção de que era vazio de elementos civilizados.<sup>257</sup>

No Brasil, a palavra seria revestida de novos contornos:

...a verdade é que o termo sertão foi construído e pensado na relação de alteridade em oposição ao litoral. O litoral, portanto, já estava dominado e conhecido pelo branco colonizador, cristão e representante na colônia da cultura e da civilização. Essa dicotomia foi construída uma no inverso da outra, pois desta forma, o sertão representava o desconhecido; o desolado; o perigoso; o lugar dominado pela natureza bruta; um lugar povoado de homens bárbaros, hereges e infiéis. Do ponto de vista do colonizador, sertão era o espaço do outro, ao mesmo tempo atraente e misterioso, e que despertava o ímpeto de desbravamento e o sonho do enriquecimento rápido e fácil, assim, facilmente associou-se sertão e Tapuia.<sup>258</sup>

Com as conquistas na África, Ásia e América, sertão passou a ser um vocábulo utilizado nos relatos dos cronistas e viajantes portugueses e foi empregado até o século XVIII pela Coroa portuguesa e autoridades lusas nas colônias. Até que, no século XIX, “a palavra já estava totalmente integrada à língua usada no Brasil, tanto que os viajantes naturalistas europeus que o visitaram também a usaram em seus relatos”<sup>259</sup>

Em *O mundo das feras*, Márcia Amantino afirma que as imagens criadas sobre o sertão não eram revestidas apenas de significados geográficos mostrados sempre como áreas distantes do litoral ou no interior de uma dada região, mas carregavam em si uma série de representações com sentidos sutis, “que de uma forma ou de outra acabaram por personificar estas regiões”<sup>260</sup>

A principal imagem criada era de que esse ambiente era uma área rebelde e que, por isso, deveria ser controlada e domesticada, sendo assim interpretada pelos habitantes das Minas setecentistas. Percebe-se com isso que o sertão não era apenas uma região geográfica, mas estava também associado “a falta de traços culturais, como por exemplo, a não existência

<sup>257</sup> AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras**: os moradores do sertão oeste de minas gerais – século XVIII. Tese de Doutorado (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

<sup>258</sup> GENEROSO, Soraya. A nova guerra, a guerra brasileira e a guerra dos sertões: uma nova perspectiva sobre a guerra dos bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>

<sup>259</sup> GENEROSO, Soraya. **O muro do demônio**: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. Dissertação de mestrado (Mestrado em História Social) –Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

<sup>260</sup> AMANTINO, Márcia. **Op.cit**,p.54.

de plantações e afastados de povoações”<sup>261</sup> era o espaço do desconhecido, do descontrolado e de perigo para os homens civilizados, sendo oposição a região já colonizada e controlada.

Assim, o sertão se definia em contraposição às áreas conhecidas, povoadas, civilizadas e controladas, sendo entendido como uma região selvagem, bárbara e despovoada de cristãos<sup>262</sup>:

(...) pode-se afirmar que no âmbito da historiografia colonial brasileira, Sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades- o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu. Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia.<sup>263</sup>

Por outro lado, o mesmo espaço poderia assumir conotações positivas, pois era visto também como um sinônimo de riquezas, onde se encontraria metais preciosos, como ouro, prata, esmeraldas e também escravos indígenas. Nesse ponto, o interesse da Coroa e dos colonos em encontrar essas riquezas acabava prevalecendo sobre o medo e as dificuldades impostas à conquista da região. Essa crença nas fortunas do sertão e do desconhecido leva ao advento de alguns mitos, muitas vezes difundidos pelos próprios índios. Há uma passagem a esse respeito no livro de Márcia Amantino, em que se afirma que, mesmo “não sendo os índios muito confiáveis”, acreditou-se durante muito tempo em uma história contada por eles de que haveria uma lagoa onde se encontraria muito ouro – a Lagoa Dourada.

Principalmente é pública fama entre eles que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o Rio de São Francisco...dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nelas edificadas muitas povoações, e outras ao redor dela mui grandes onde também há muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma outra parte desta Província.<sup>264</sup>

Esse mito teria levado, na segunda metade do século XVIII, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona, cuja trajetória veremos mais adiante, a fundar uma fazenda na

<sup>261</sup> AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**, p.26.

<sup>262</sup> AMANTINO, Márcia. **Op cit.**,p.32.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: história da Província de SantaCruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. v. 2, p. 48 *apud* AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**, p.30.



região Oeste de Minas Gerais, que foi chamada de Lagoa Dourada; lá ele teria exercido o seu poder de mando e controle da região.

Por tudo que foi dito, podemos entender que o sertão era o espaço de lendas, de mitos sobre o ouro, que povoavam a imaginação de homens sedentos por essa descoberta, mas também um espaço habitado por feras, índios e posteriormente quilombolas, e, para as autoridades metropolitanas, representavam um mundo a civilizar e, por isso, “tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil”<sup>265</sup>.

As jornadas ao sertão, como ficaram conhecidas as expedições que marchavam rumo ao interior, já foram amplamente discutidas pela historiografia. Suas investidas eram chamadas de entradas e bandeiras. Não nos interessa aqui fazer toda uma revisão historiográfica sobre essa temática, vista diversas vezes como um anacronismo entre público e estatal, privado e particular, subestimando “o poder simbólico mobilizado nessas atividades e a intermediação clientelista que se impunha nas relações de força entre o monarca, os governantes da colônia e os próprios coloniais”<sup>266</sup>. Encontramos na documentação referente às Minas, entre finais do século XVII e início do XIX, o termo bandeira referindo-se “a qualquer comitiva de entrada no sertão, composta de uma ou mais dezenas de homens (brancos, negros e índios), que apresentasse estratégias diferenciadas— apresamento, exploração mineral ou punitiva, sem que estas fossem, no entanto, exclusivas”<sup>267</sup>. Para tal, seria necessário um saber sertanista e militar, de modo que “as entradas de envergadura no sertão, quando recebiam o nome de bandeiras, contavam com a possibilidade de qualificação que a forma tática da tradição militar conotava”<sup>268</sup>.

Os paulistas eram quem, desde finais do século XVII, já tinham uma tradição de protagonistas dessas empresas e eram vistos, tanto entre os colonos quanto entre as autoridades, como sertanistas hábeis, prudentes e valorosos que, ao realizarem as expedições ao sertão, realizavam verdadeiros feitos “na expansão do domínio luso e da conservação forçada de gentio de quilombos a causa da monarquia católica portuguesa”. Foi muito comum a Coroa utilizar-se desse conhecimento e da experiência dos paulistas nos sertões para empreender missões que envolviam o combate, como veremos mais adiante no caso do Terço dos Paulistas. Essa característica paulista fazia parte da sua história e presença na colônia, já que estavam habituados à aspereza desse ambiente natural e ao combate com índios: “Os

---

<sup>265</sup> AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**, p. 34.

<sup>266</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008, p. 159.

<sup>267</sup> Idem. p.49.

<sup>268</sup> Idem.p.49.

paulistas eram homens do sertão que por vezes ‘sujeitavam-se a comer frutas e raízes bravas, seres rastejantes ou desconhecidos’”.

De todo modo, não foram só os paulistas que adentraram o sertão das Minas; muitos dos que ali se aventuravam não vinham de São Paulo, mas de outras partes da colônia. Para utilizar exemplos dessa pesquisa, podemos citar Pedro Leonino Mariz e Manuel Nunes Viana, que vieram da Bahia, e Inácio Correa Pamplona, do Rio de Janeiro. Independente da região e dando destaque à participação dos paulistas, sabe-se que, para esses homens, era necessário coragem, poder de mando e certo saber militar. Aqui os chamaremos de sertanistas, de modo a caracterizar todos esses homens que se embrenharam pelos confins da colônia.

Por fim, vale dizer que os súditos que se embrenhavam nessa tarefa tinham seus serviços muito bem reconhecidos pela Coroa e eram agraciados com patentes militares, títulos de nobreza e a posse das novas terras. Nas primeiras décadas do século XVIII, muitas patentes militares foram concedidas pelos governadores nas Minas em retribuição a serviços prestados; para mensurarmos essa proporção, só Dom Braz Baltazar da Silveira distribuiu 270 delas. Muitos dos agraciados eram descobridores e sertanistas que ocuparam postos importantes nas Milícias e Ordenanças em função de suas batalhas com quilombolas e índios hostis<sup>269</sup>.

A coroa foi pródiga na concessão de patentes para oficiais milicianos. Desde o último quartel do século XVII, era usual recompensar os sertanistas descobridores de maior mérito com os postos de capitão mor ou sargento-mor de Ordenanças, e de coronel ou mestre de campo de Milícias. Especialmente no posto de coronel, os sertanistas tinham legitimidade para moverem-se, eles e seus séquitos, nos sertões, em supostos serviços a Coroa<sup>270</sup>.

Além disso, aquele que por consequência descobrisse alguma riqueza se tornava um descobridor ou conquistador e

os cargos que atestavam os feitos descobridores eram atribuídos a pessoas das famílias de maior cabedal e reconhecidas, por suas ações, vassalos leais. Ou seja, para a qualidade de descobridores justificavam-se a aquisição do crédito e a obtenção dos prêmios pelo serviço ao rei.<sup>271</sup>

Com isso, os conquistadores formaram um grupo poderosíssimo, destinado à defesa do povoado e devendo alargá-los quando pudessem às custas do sertão; defendiam a civilização contra os bárbaros e acudiam os governadores com o seu corpo de armas

<sup>269</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. **A Invenção das Minas Gerais**: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008, p. 159.

<sup>270</sup> Idem. p.115.

<sup>271</sup> Idem.p. 42.

disciplinado. Nesse caso, quem não era conhecido ou não tivesse as relações certas “não tinha crédito suficiente para manifestar o ouro e tornar-se um descobridor”<sup>272</sup>.

### 3.1 OS SERTÕES DAS MINAS

O território das Minas esteve dividido em quatro comarcas ao longo do século XVIII, quais sejam: Rio das Mortes, Rio das Velhas ou Sabará, Comarca do Rio das Mortes, Comarca de Vila Rica criadas em 1714 e, entre elas, seus sertões. Para defini-lo, adotamos duas caracterizações. A primeira é baseada nas percepções de Saint Hilarie, que definia: “O sertão compreende, nas Minas Gerais, a bacia do São Francisco e dos seus afluentes, cerca da metade da província de Minas Gerais”<sup>273</sup>. Percebe-se, com isso, a importância do Rio São Francisco, que nasce na região que correspondia à antiga Comarca do Rio das Mortes, para a caracterização do espaço que se definiu como o sertão mineiro. Geograficamente, sertão pode ser entendido como toda área que compreende a região Oeste das Minas, englobando a Região do Campo Grande (região da Comarca do Rio das Mortes e a parte da Comarca de Sabará), conforme mostrado no Anexo III (p. 141).

Nas Minas, ao longo de todo o processo de descoberta, conquista e ocupação, essa região foi palco de disputas pelas terras descobertas e desbravadas e o domínio e controle sobre ela. Desde a descoberta do ouro, a região passou a ser alvo de disputas entre as autoridades: um grande exemplo já no início do descobrimento foi a Guerra dos Emboabas, clássico conflito envolvendo paulistas e portugueses pelo domínio das áreas auríferas. O avanço da definição das fronteiras entre as capitanias também gerou diversos conflitos de jurisdição envolvendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Goiás sobre o direito pela posse do território.

A Capitania de São Paulo alegava que a região lhe pertencia. As autoridades mineiras diziam que a região havia sido desbravada e colonizada por mineiros sem a ajuda de São Paulo, logo, a área estaria sob sua jurisdição. A capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em novembro de 1744, também a partir de 1764 reclamava a posse da região. Para rebater todas as pretensões, Minas dava as mesmas justificativas para o seu controle: havia sido eles que retiraram da área os elementos considerados como perturbadores da ordem e iniciaram o povoamento.

---

<sup>272</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. **Op. cit.**, p.42.

<sup>273</sup> SAINT- HILAIRE. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 *apud* AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**, p. 21.

Daí, a posse.<sup>274</sup>

Já na segunda metade do século, as jornadas do mestre de campo Inácio Correa Pamplona, feitas a pedido do governador Luiz Diogo, tinham por objetivo estabelecer as fronteiras entre as capitânicas de Minas e Goiás, região muito rica em ouro.

No que diz respeito ao imaginário de seus colonos, o sertão mineiro era também uma região que seria pautada pelo descontrole e pelo excesso. Nele tudo era visto e entendido como sendo demasiadamente grande e difícil; desbravá-lo significava reunir forças, recursos e pessoal, tarefa essa que impunha uma série de dificuldades, afinal a Coroa não tinha muitos recursos para empreender essas investidas, deixando muitas vezes nas mãos de particulares a responsabilidade por tal jornada ou por conta das próprias câmaras. Por outro lado, o baixo número de soldados levava também a necessidade de se armar escravos ou utilizar-se de soldados indígenas para completar o corpo de homens necessários. Para conquistá-lo era necessário pacificar o volume interminável de índios. Entre eles, alguns poucos eram considerados como mansos, mas a maioria brava, indômita e muito pouco disposta a perder suas terras ou aceitar a escravidão imposta pelos portugueses. Por outro lado, a existência de inúmeros quilombos na região demonstrava todo o tempo, “os limites da escravidão e o quanto ela poderia colocar a segurança do sistema em risco quando se perdia o controle sobre os cativos”<sup>275</sup>. Com isso, índios e quilombolas passaram a ser vistos como empecilhos à expansão do coroa portuguesa sobre suas terras conquistadas no Ultramar e a civilidade, sendo por isso considerados como inimigos públicos e declarados da Coroa.

Mas o sertão também era visto com algumas acepções positivas, afinal era o local onde havia grandes extensões de terras que poderiam ser cultivadas e habitadas e onde poderia se encontrar ouro e pedras preciosas, mas que antes precisava ser civilizada.

De todo modo, todas as investidas ao sertão das Minas tinham por objetivo combater quilombolas e índios, fundar arraiais e levar a jurisdição portuguesa, colocando sob controle essas regiões antes habitadas por bárbaros e feras.

No caso de Minas Gerais, este Sertão era ao mesmo tempo um estoque de índios aptos ao trabalho desde que escravizados, e um esconderijo perfeito para quilombolas ou tribos consideradas inimigas, provável fonte de ouro e espaço destinado à agricultura ou à pecuária. Todos estes motivos fizeram com que as autoridades coloniais e mineiras tentassem de diversos modos tê-la sob controle. Assim, transformar esta região em área colonial era um dos maiores anseios das

---

<sup>274</sup> AMANTINO, Márcia. **Op.cit.**,p.24.

<sup>275</sup> AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**,p. 32.

autoridades portuguesas e coloniais. Mas para isso era preciso conhecê-la, e foi com este intuito que as elites mineiras empreenderam várias expedições aos seus Sertões.<sup>276</sup>

No próximo tópico, veremos um pouco como se deu o processo de conquista e ocupação do território entendido como o sertão das Minas ainda antes da descoberta do ouro. Veremos através da trajetória do mestre de campo Matias Cardoso, como a região passa a ser ocupada e já era explorada, em busca de índios, ouro e esmeraldas.

### 3.2 O MESTRE DE CAMPO MATIAS CARDOSO

Antes da descoberta do ouro nas Minas, homens já perambulavam “em meio a sertões calamitosos, confraternizados pelas mesmas causas e pelos mesmos perigos e azares”, sendo esses espaços já desbravados por indivíduos cuja missão era descobrir e conquistar territórios em nome da Coroa Portuguesa. Pode-se identificar dois movimentos de ocupação territorial que, no século XVII, convergiram para as Minas, um a partir de São Paulo e outro do Piauí, que constituíram duas grandes áreas. Uma se estendia do sul de Minas a São Paulo, e outra, mais extensa e com características econômicas particulares, que abarcava a região do extremo sul do Piauí, oeste da Bahia e noroeste de Minas Gerais, que passou a ser ocupada em torno do eixo de gravidade comum: a produção aurífera goiana<sup>277</sup> e que mais tarde seria responsável pela conquista e ocupação de terras do vale do Rio São Francisco, que culminaria com “a articulação, tanto da costa com os sertões, quanto dos diferentes sertões entre si”<sup>278</sup>. Vale dizer que a descoberta do Rio São Francisco e rio das Velhas também ocorreu pelas mãos de um mestre de campo, Antônio Guedes de Brito, responsável pela extinção dos gentios bárbaro naquelas paragens.

Nesses sertões, dois movimentos foram importantes ao longo do século XVII: o “ciclo da caça ao índio” e a “jornada das esmeraldas” responsáveis pela expansão territorial do Brasil. Para entendermos mais esses processos, iremos analisar a trajetória de um importante mestre de campo. Não nos cabe aqui fazer toda uma explanação acerca da ocupação desse território a partir dos seus sertões, por isso iremos focar nas últimas décadas do século XVII, que mais tarde culminaria na descoberta do ouro.

<sup>276</sup> AMANTINO, Márcia. *Op. cit.*, p.34.

<sup>277</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p.p. 574-596, Jul/Dez 2007, p. 575.

<sup>278</sup> Idem.

Era 9 de dezembro de 1688 quando Matias Cardoso de Almeida, um dos grandes potentados paulistas, filho de Matias Cardoso de Almeida e Dona Isabel Furtado, assumiu o posto de “mestre-de-campo e governador absoluto da guerra dos bárbaros”. O mesmo já havia andado dois anos com Fernão Dias em sua bandeira como seu adjunto. A entrada comandada por Fernão Dias Paes ao serro de Sabarabuçu foi precedida por uma comitiva de Matias ainda quando ele ocupava o cargo de capitão-mor. “Essa tática de mandar troços de sertanistas antes da coluna principal serviria ao propósito de preparar o caminho e considerar os locais mais adequados para pousos e roças”<sup>279</sup>, já que o caminho não era desconhecido por eles, que desde 1660 já andava pela região de Sabarabuçu. Nesse percurso, ele teria conseguido repelir grupos indígenas hostis, escravizando-os e “tomando-lhe os víveres quando era possível” e foi logo após suas investidas sobre os índios que Matias Cardoso recebeu a patente de mestre de campo. Com isso, quando Fernão Dias Paes saíra de sua comitiva com seu filho e mais brancos, índios e negros em 1674, ia ao encontro de Matias Cardoso que já o esperava no sertão.

Junto com Matias Cardoso de Almeida, outro mestre de campo se destacaria: Antônio do Prado da Cunha. Juntos, eles participaram das bandeiras para exploração das esmeraldas, “oferecendo-se de sair com a sua bandeira, impôs Fernão dias ao governador Afonso Furtado, que o capitão Matias Cardoso de Almeida, potentado também de valor, fosse nomeado por seu adjunto e sucessor”<sup>280</sup>. Com isso, uniu-se à tropa com um terço da sua dependência, armado a sua custa e acompanhado por outros homens notáveis, como o também mestre de campo Antônio do Prado da Cunha. “A comitiva formada por índios mamelucos e escravos, formava um verdadeiro exército cujo número excessivo foi a primeira causa de suas contrariedades”<sup>281</sup>.

Após a empreitada junto com Fernão Dias Paes, subiu novamente para o sertão com D. Rodrigo de Castelo Branco e, afinal, o vimos no comando da tropa que saiu de São Paulo em 1692 para debelar os índios insurretos do sertão do Rio Grande e Ceará, “já como mestre de campo. Foi reputado em todo o Brasil como o primeiro em capacidade e valentia”. Sendo assim, Matias Cardoso participa dos dois movimentos que embalaram os sertões mineiros ainda durante o século XVII, quais sejam, as jornadas das esmeraldas em que esteve na companhia de Fernão Dias Paes e, posteriormente, a caça ao índio.

---

<sup>279</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. **Op. cit.**, p.54.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem.

A guerra de extermínio dos índios foi feita em campanhas no interior desde 1651 e ainda em meados do século XVII, por Matias Cardoso de Almeida, e era “destinada a jugular os bárbaros do Ceará e Rio Grande do Norte, de 1689 a 1694”.

### 3.3 O TERÇO DOS PAULISTAS

No livro *A guerra dos Bárbaros*, de Pedro Puntoni, podemos ter alguns indícios do que significava uma jornada ao sertão, sua formação, seus custos e suas mazelas, tudo isso a partir da trajetória de um mestre de campo, Manuel Alves de Moraes Navarro, cujos descendentes se encontram também nas Minas (os Moraes Navarro).

Bem antes da descoberta do ouro e bem distante das Minas, mais precisamente na província de Pernambuco, o governador geral do Brasil resolveu convocar um grupo de paulistas para a tarefa de exterminar os grupos indígenas, genericamente denominados de tapuias, que faziam resistência nos sertões, dificultando a interiorização do povoamento da capitania e, com isso, ameaçando o processo de recolonização do Rio Grande após a expulsão dos holandeses. Para alterar esse quadro, a coroa portuguesa permitiu que o Terço dos Paulistas agisse no sertão potiguar, mais especificamente no arraial de Assu. A tarefa era policiar a capitania do Rio Grande e adjacências, contendo os índios bravos e matando todos os que fossem irredimíveis<sup>282</sup>.

A fama dos paulistas no combate aos índios não era novidade dentro da colônia. Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga possuíam um estilo militar adaptado ao sertão que variava de acordo com o interesse da expedição (minerais preciosos ou indígenas). Também devido às dificuldades que enfrentavam, tiveram que se adaptar à natureza característica do sertão, apropriando-se de indígenas, juntamente com seus costumes e técnica de guerra, favorecendo o advento de um novo tipo de tática militar. Em troca dos serviços prestados no sertão, os paulistas recebiam mercês da coroa, que incluía patentes militares, posse tanto de índios como de escravos e também o direito às terras devolutas da região que passassem.

O terço dos Palmares e o da Guerra dos Bárbaros eram representativos do processo de formalização da guerra brasileira que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do Império português e ganhava uma identidade particular com legislação própria.

---

<sup>282</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.**Fapesp: São Paulo, 2002, p. 195.

Garantia o uso da crueldade máxima contra o inimigo, fossem eles bárbaros ou quilombolas, ambos tidos como infieis e inimigos do Império português<sup>283</sup>.

Liderados por Manuel Alvares de Moraes Navarro, que já havia sido sargento-mor do terço de Matias Cardoso e, agora, se tornara mestre de campo, o terço do Açú, como ficou conhecido, se reuniu na Bahia em 1 de setembro de 1698 e a expedição duraria até 1702. Contava com dez companhias, o que era a regra, incluindo a do mestre-de-campo, e um total de 227 homens em armas, quando normalmente tinham em torno de 2.500 homens inscritos. Em sua configuração original, o terço possuía 44 oficiais (19%), ou “Praças de primeira plana”, e 183 soldados (81%), entre os quais onze cabos de esquadra e dez tambores. Os oficiais, além dos dez capitães de companhia (o mestre-de-campo acumulava o posto de capitão de sua própria companhia), eram quatro ajudantes (dois do número e dois supras, todos na assistência do mestre-de-campo), dez alferes, um sargento-mor e dezenove sargentos<sup>284</sup>. Mais tarde foram agregados alguns índios e criminosos “metidos no sertão”.

O terço era composto por brancos e também negros, mulatos, pardos, amulatados, pretos, entre outros. Mas a maioria, cerca de 54%, era de índios de diferentes etnias, como canindé, cariri, paiacu, providos no posto de soldados<sup>285</sup>. A presença desses índios representava o processo de agregação informal desses guerreiros “aliados”, fosse pelo pagamento de presentes e ferramentas ou pela promessa de derrotar inimigos centenários, ou até mesmo pela simples coação, instigando temor de castigos ou outras violências<sup>286</sup>. Mas o uso de índios pelo terço dos paulistas gerava desconforto nas autoridades e resistência por parte dos moradores. Os oficiais da câmara de Natal já haviam se queixado da falta de índios para o seu serviço em razão de estar a maior parte deles alistados no terço dos paulistas. Sobre essa passagem, o governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, teria dito em 1706 que “parecia ser mais fácil unirem-se lobos com ovelhas que os índios aos paulistas” em razão da proibição de se enviar índios do Ceará, pois lhe parecia que o melhor era que os paulistas os recrutassem entre os bravos e não entre os aldeados, a não ser em casos preciosos<sup>287</sup>.

Outra característica do terço presente nos assentamentos refere-se aos motivos das baixas. Ao longo do tempo que ficaram nas missões no sertão, muitos soldados desertavam

---

<sup>283</sup> Idem. p.200.

<sup>284</sup> Idem. p. 202.

<sup>285</sup> O regimento das fronteiras determinava a obrigatoriedade dos terços em manter um livro dos assentamentos que devia conter “o dia em que começaram a servir e as praças de primeira plana se porão cada uma em sua lauda, e as de soldado da mesma maneira, declarando-se em cada assento, a terra donde cada um é natural, e o nome do pai, e os sinais do rosto, e estatura do corpo, e os anos de idade em que se assentou praça”. No livro de Puntoni há uma tabela com as porcentagens e as etnias do terço. p. 206.

<sup>286</sup> Idem. p.206.

<sup>287</sup> Idem. p.208.



dos terços, e esse era o principal motivo das baixas;cerca de 63,5% do efetivo sumiu ou fugiu, 11% deu baixa por morte e 4% por doença.

No que diz respeito ao pagamento das tropas para essas jornadas ao sertão, o terço recebia soldo. De acordo com o regimento das fronteiras, que criava o posto de vedor geral, a incumbência pelo pagamento dos soldos cabia a esse oficial. No entanto, como não havia vedores no Brasil, a função era exercida pelos provedores e as mostras feitas pelos olhos do mestre de campo, “que deveria conferir os nomes no livro de assentamento, juntamente com o provedor-mor”<sup>288</sup>. O pagamento dos soldos da infantaria era feito no dia da mostra e era comum também haver queixas sobre pagamento, sobretudo porque, junto com o pagamento, descontava-se as dívidas dos soldados. O soldo também era pago sem muita regularidade e eram constantes as reclamações sobre o pagamento. O mestre de campo do terço dos paulistas recebia 24\$000 réis por mês, além disso, por ser Navarro, Cavaleiro da Ordem de Cristo acumulava 150\$000 de tença por ano e mais outro soldo como capitão da companhia que equivalia a 7\$640 réis. No mais, os pagamentos variavam de acordo com a patente e a etnia e o valor total do terço chegava a 544\$982 réis por mês e 6: 539\$784 reis ao ano<sup>289</sup>.

Aliás, havia uma outra dimensão importante na arregimentação dos soldados: “estes apesar de valerem individualmente pelo recebimento dos soldos que lhes correspondiam, acabavam, por vezes, servindo como uma ‘reserva do renda’ do mestre de campo ou do capitão da companhia, verdadeiros ‘senhores da guerra’”<sup>290</sup>:

contentes com poder se alimentar e vestir de sua atividade, ou mesmo infelizes pelo recrutamento compulsório, é certo que os soldados deveriam, no final de contas, deixar grande parte do seu pagamento nas mãos de seus senhores, isto é, oficiais, ou mesmo faziam – se apenas constar, para que o capitão recolhesse para si os soldos<sup>291</sup>

Vale destacar que os exércitos sobreviviam de recursos e mantimentos enviados pela administração colonial, assim como do controle e da repartição dos recursos locais. O terço do mestre de campo Morais Navarro, cujo objetivo era defender os sertões de um inimigo externo, as vilas, fazendas e os currais entregavam gados e farinha a seus protetores, acreditando que esses custos seriam menores que os ataques dos índios. Porém, por vezes o governo geral assumia a restituição das perdas aos moradores.

---

<sup>288</sup> Idem. p.216.

<sup>289</sup>Idem. p.216.

<sup>290</sup>Idem. p.211.

<sup>291</sup>Idem. p.212.

Também era uma preocupação constante das autoridades o envio de farinha para o abastecimento das tropas. Em tempos de guerra, geralmente esses gastos recaíam sobre os moradores:

não obstante, no caso das guerras contra os índios no interior, dada a carência de mantimentos no sertão semi-árido, o envio regular de farinha era imprescindível para o prosseguimento das atividades militares. Apesar de aqui ou acolá ser possível as tropas, notadamente desses sertanejos mais acostumados, ir satisfazendo suas necessidades com os achados nos matos, matando gados ou se alimentado de cobras e lagartos.<sup>292</sup>

Uma das promessas para as tropas paulistas foi de que lhes seriam cedidas as terras conquistadas dos índios, garantindo ao terço a posse de toda a área que conquistassem. Porém, esse tipo de disposição resultava em conflito com os moradores e proprietários “em razão das incertezas quanto aos limites e dos abusos dos mestres de campo que misturavam currais e fazendas com terras devolutas”<sup>293</sup>. Também como forma de remuneração a esses serviços, havia a possibilidade de crescimento na carreira militar por meio de cartas de requerimento de novas patentes. Todos esses direitos foram assegurados aos paulistas por contratos feitos com as autoridades coloniais, que garantiam que eles receberiam “soldos e patentes militares, terras e o direito de aprisionar e escravizar indígenas, além de títulos honoríficos como Fidalgo Cavaleiro ou membro da Ordem de Cristo, em troca de sua participação nas guerras de conquista”.

Ao final, a atuação dos bandeirantes foi enérgica e eficaz; na virada do século XVII para o XVIII, a capitania do Rio Grande e seus desbravadores já estavam livres da ameaça indígena. Porém, outro tipo de conflito surgia na medida em que a guerra apontava seu desfecho: “o fim da ameaça indígena permitia o retorno do colono às suas terras, mas o serviço prestado pelos bandeirantes também lhes garantia a posse das terras conquistadas, ou seja, colonos e militares reivindicariam a posse das mesmas terras”<sup>294</sup>, análise que não nos cabe nesse momento.

### 3.4 MESTRES DE CAMPO E SERTANISTAS EM MINAS

Ao todo, podemos perceber que dos 53 mestres de campo existentes nessa pesquisa 18 deles foram sertanistas, ou seja, 33,96%. Se formos fazer a análise pelas tropas que

<sup>292</sup> Idem. p.222.

<sup>293</sup> Idem. p.222.

<sup>294</sup> PUNTONI, Pedro. A Guerra dos bárbaros (Brasil, 1650-1720). In: HESPANHA, António Manuel (Org). **Nova História Militar de Portugal**. Op.cit., p. 260.

ocupavam, podemos dividi-los da seguinte maneira: dos 41 homens das Milícias, 13 deles atuaram como sertanistas, ou seja, 31,70% do total. Das Ordenanças, dos seis nomes encontrados, três deles foram sertanistas, ou seja, 50%. E dos três mestres de campo das tropas pagas, todos eles constam como sertanistas, que são: José de Moraes Cabral, José Rodrigues de Oliveira e Brás Esteves Leme.

**Tabela 15**–Localidades e ano dos mestres de campo e sertanistas (1709 a 1777)

Nome	Localidade
Antônio do Prado da Cunha	Sertão do Rio São Francisco
Antônio Ramos dos Reis	Vila Rica
Atanásio de Cerqueira Brandão	Sertão do Rio São Francisco
Brás Esteves Leme	Sem informação
Domingos Ferreira Pinto	Distrito do Ribeirão do Carmo
Ignácio Correia Pamplona	Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás
João de Azevedo e Carvalho	Descobrimientos de Itacambira
Joaquim Pereira da Silva	Distritos dos Córgos e Capela do Padre Gaspar
José Alvez Maciel	Descobrimientos de Itacambira
José de Moraes Cabral	Sem informação
José Rebello Perdigão	Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo
José Rodrigues de Oliveira	Sem informação
Manuel Nunes Viana	Sertão do Rio São Francisco
Manuel Pereira e Castro	Itambé
Mathias Barbosa da Silva	Barra do Ribeirão do Carmo e Furquim
Pascoal da Silva Guimarães	Distrito das Minas do Ouro preto
Pedro Leonino Mariz	Sertão do Rio São Francisco
Ventura Ferreira Vivaz	Descobrimientos do Casca

Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

Vejamos mais de perto a trajetórias de alguns deles. Atanásio de Cerqueira Brandão era português. Já havia servido como capitão-mor de Pitangui, estabelecendo-se no sertão do Rio São Francisco, onde fundou uma fazenda chamada de Barra do Caririnha. Casou-se com Catarina de Siqueira de Mendonça, irmã do capitão-mor paulista Manuel Afonso Gaia e foi também povoador do Rio Verde. Combateu o gentio bravo da região com o auxílio de paulistas e, em 1715, o marquês de Angeja muito o elogiava por esse motivo. Em 1721 teve

patente de mestre de campo das Ordenanças, e, em 1723, o governo-geral da Bahia recomendava-lhe o extermínio dos restos de indígenas que ainda ali demoravam.

Brás Esteves Leme foi o primeiro a passar pelas passagens do Rio Araçuaí atingindo as Minas. Fez várias jornadas para o descobrimento das esmeraldas e quando o ouvidor-geral, Luiz de Botelho de Queiroz, enviou amostras a Dom Brás Baltazar da Silveira, foi agraciado com a patente de mestre de campo da infantaria paga com o foro que recebiam os mestres de campo do Rio de Janeiro, o de Fidalgo da Casa Real, e com o Hábito da Ordem de Cristo, por volta de 1715. Viveu por um tempo nas Cabeceiras do rio São Mateus, onde obedeceu as orientações de outro mestre de campo, Pedro Leonino Mariz, e recebeu do Governador Geral do Brasil, em 1728, o cargo de Superintendente das Minas que ali fossem descobertas.

E por fim, um dos grandes exemplos, Pedro Leonino Mariz foi um notável sertanista da Bahia que desde 1724, agiu nos rios Paramirim e das Contas, sendo figura central no ciclo das entradas baianas em Minas Gerais. Foi provido no cargo de Superintendente das Minas Novas do Araçuaí. Foi ele quem prendeu o “célebre régulo chefe do sertão do rio São Francisco” Manuel Nunes Viana. No Fanado, a partir de 1728, foi “seguro organizador, homem de conselho, administrador e fiscalizador”. Criou a casa de fundição das Minas Novas e seguiu “sua vida de rico pesquisador de riquezas minerais”. Em 1747 encontrou minas de salitre em Montes Altos, que julgou de grande valor. E diante do fracasso da extração desse minério, faleceu em 1763 com mais de oitenta anos de idade<sup>295</sup>.

Mariz era italiano e foi enviado às Minas pelo vice-rei para auxiliar na expulsão dos paulistas Domingos e Francisco Dias do Prado, considerados os primeiros descobridores de ouro na região de Minas Novas<sup>296</sup>. Também foi figura central, em 1736, no controle sobre os motins do São Francisco, e foi ele quem implementou os mecanismos de fiscalização do comércio entre a Capitania da Bahia e de Minas Gerais durante o século XVII. Mariz também combateu, ao longo de todo o século XVIII, o descaminho do ouro pelos sertões e a abertura de picadas clandestinas transformadas em desvios dos registros fiscais. “Foi ele o responsável pela elaboração do projeto e construção da primeira casa de fundição de ouro e moeda nos sertões e coube a ele, também, coordenar os leilões de arrematação dos contratos dos caminhos e das passagens dos rios entre a Capitania da Bahia e de Minas Gerais”<sup>297</sup>. Também foi ele quem mediou os conflitos entre o governador mineiro, Dom Lourenço de Almeida, e o

<sup>295</sup>FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil**. São Paulo:1954, p. 231-235.

<sup>296</sup>IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

<sup>297</sup> Idem.

vice-rei do Brasil e governador geral da Brasil, Vasco César de Menezes, acerca da jurisdição dos sertões do norte da Capitania de Minas Gerais, área disputada pelos governadores das capitanias envolvidas em função das riquezas ali descobertas. Tal fato é bastante ilustrativo da representatividade e importância desses homens no cenário político do ultramar, ao intermediar um conflito de jurisdição envolvendo duas importantes autoridades coloniais a respeito de um assunto que envolve conhecimento do território, disputa de poder e legislação. Foi apontado como descobridor das minas de salitre na Serra de Montes Altos, no Alto Sertão da Bahia e fronteira com o norte da Capitania de Minas Gerais, e administrou por várias décadas, a exploração e o escoamento deste mineral que “resultou na construção de uma estrada que interligou os sertões ao mundo Atlântico”. O processo de construção do “caminho do salitre” foi um laboratório de experimentos que abrigou diferentes diálogos culturais entre povos, saberes e técnicas de distintos lugares do império português<sup>298</sup>. O cargo de superintendente das Minas do Serro Frio permitiu que Mariz se tornasse um dos agentes no processo de integração econômica dos sertões ao mundo colonial. “Da sede da comarca, dirigiu as ações imersoras de João da Silva Guimarães e de João Gonçalves da Costa”.

João da Silva Guimarães era mulato e, provavelmente, filho do português Paschoal da Silva Guimarães, apontado como líder dos Motins de 1720 em Vila Rica, movimentos deflagrados contra a instalação das casas de fundição de ouro e moeda na sede da Capitania de Minas Gerais<sup>299</sup>. Envolvido neste conflito, Guimarães sofreu perseguições, mas também recebeu mercês da coroa portuguesa. Não tão empreendedor nas conquistas e realizações quanto Mariz e Costa, mas igualmente importante, inspirou-se nas lendas acerca da existência de minas de prata na Bahia e adentrou os sertões do norte da Capitania de Minas Gerais em direção à Bahia. Seguindo os cursos dos rios Jequitinhonha, São Mateus e Pardo, chegou ao Sertão da Ressaca e, posteriormente, no Alto Sertão da Bahia. Guimarães relatou a Mariz e ao rei, algumas vezes de forma encantada, os encontros com os habitantes dos sertões enquanto descrevia a descoberta de várias pequenas minas de esmeraldas e de prata em diversos pontos dos rios que percorria<sup>300</sup>.

Pedro Leonino Mariz está entre uma das trajetórias mais ilustrativas da atuação dos mestres de campo no sertão, seja para reconhecimento do território, combate aos índios,

<sup>298</sup> AHU/MG. Carta de José de Carvalho Martins, ouvidor geral da comarca do Serro Frio, para D. João V, dando cumprimento a sua ordem para dar o seu parecer sobre as cópias dos capítulos das cartas que Pedro Leonino Mariz escreveu ao Vice Rei do Estado, Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes e sobre a obtenção das amostras das pedras mencionadas nas ditas cartas. Local: Tejuco, cx. 26, doc.50.

<sup>299</sup> IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho**: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

<sup>300</sup> Idem.

abertura de estradas, até poder e influência para auxiliar na resolução de problemas e conflitos entre autoridades. Vale ressaltar ainda a fiscalização dos caminhos, controle do comércio e desvios do ouro, de modo a garantir a conquista e manutenção do território e suas riquezas.

Assim como Mariz, outro mestre de campo teria uma história de destaque nas Minas, sendo um dos casos mais marcantes para a segunda metade do século XVIII. É o que veremos agora.

### 3.5 A TRAJETÓRIA DO MESTRE DE CAMPO E SERTANISTA INÁCIO CORREA PAMPLONA

A partir de agora veremos mais de perto a trajetória mais emblemática para a segunda metade do século XVIII. Pretendemos, com isso, reforçar o perfil dos mestres de campo que atuaram como sertanistas, contribuindo para a conquista, controle e ocupação de territórios antes habitados por índios e quilombolas e ainda não alcançados pela jurisdição portuguesa. Sua trajetória serve para entendermos não só a patente de mestre de campo, mas também a sociedade mineira colonial. Interessa-nos nesse momento narrar a passagem da vida de Inácio Correa Pamplona e sua atuação como mestre de campo e sertanista. Suas outras histórias, como sua controversa atuação na Inconfidência Mineira, não será objeto dessa análise.

Inácio Correa Pamplona foi uma figura importante para a conquista do sertão da região da Comarca do Rio das Mortes, em que atuou com grande dedicação e empenho nos serviços para Coroa. Foi um sertanista que, entre 1764 a 1769, chefiou por ordem do governo expedições de segurança e povoamento dos sertões do Campo Grande, Rio das Abelhas e circunvizinhanças e novamente entre 1769 a 1790 mandou fazer no mesmo sertão seis jornadas exploradoras. Foi “mestre de campo e regente da conquista do Campo Grande da Picada de Goiás na abertura dos sertões do Oeste nas nascentes do rio São Francisco”, onde exerceu grande poder de mando por mais de 30 anos, conquistando grande volume de terras, distribuídas entre parentes e amigos. Sua trajetória permite também reconstruir “a história da ocupação da região oeste da Comarca, cujos sertões férteis, extensos e bem servidos de água,

muita riqueza trariam para engrossar os cabedais que fariam do sul de Minas o principal abastecedor do Rio e Janeiro”<sup>301</sup>.

Inácio Correa Pamplona era português e nasceu em 1731 na Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores. Era filho legítimo de Manoel Correia de Melo e Francisca Xavier de Pamplona<sup>302</sup>. Quando saiu de Portugal dirigiu-se ao Rio e Janeiro, iniciando nessa cidade o comércio com as Minas, atividade esta que nunca teria abandonado, exercendo ao longo de toda a sua vida, mesmo quando já havia se tornado um dos maiores latifundiários do sul da capitania mineira. Pamplona teria lucrado com o “fornecimento de víveres às tropas que se deslocaram do Rio para as Minas para sufocar a Inconfidência Mineira”<sup>303</sup>.

Já passado para as Minas, por volta de 1760, fixou-se no termo da Vila de São José do Rio das Mortes, comarca que estava em expansão com atividades voltadas para o comércio e agricultura. Quando Pamplona chegara às Minas o cenário já era diferente daquele encontrado nos anos iniciais da ocupação da capitania. O ouro já havia dado sinais de esgotamento e a Comarca dos Rio das Mortes, já despontava como um importante centro agropastoril, ganhando relativo destaque nas atividades econômicas da capitania e com o desenvolvimento dessas atividades a população também foi crescendo. Pamplona residiu a maior parte da sua vida na Comarca do Rio das Mortes, que na época ocupava quase um quinto do que hoje representa as Minas Gerais. Todo esse território ficava subordinado a Vila de São João D’el Rey, que era a cabeça da comarca e a vila de São José, atual cidade de Tiradentes, que tinha a maior parte do seu território de sertão.

Sabe-se que se casou com Eugênia Luiza da Silva, “negra ou mulata forra, filha de mãe africana e pai desconhecido, em data que não podemos precisar”<sup>304</sup>, e teria tido com ela 6 filhos: “o padre Inácio Correa Pamplona Corte Real, Teodora, Rosa, Inácia, Simplícia, todas enclausuradas no Recolhimento das Macaúbas”. A única filha que se casou foi Bernardina, com um parente, João José Correia Pamplona”. Seu único filho, como dito, tornou-se padre, que por sua vez também teve um filho padre, José Maria Correia Pamplona, que, em 1822, substituiu o pai como inventariante do falecido avô, perpetuando sua linhagem.<sup>305</sup>

<sup>301</sup> PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. p. 42.

<sup>302</sup> INVENTÁRIO post-mortem do coronel Pamplona, fl.13. AHET/IPHAN-MG/SJDR. CAIXA 100. *apud* AMANTINO, Márcia. Op. Cit.

<sup>303</sup> PINTO, Francisco Eduardo. **Op.cit.**, p.56.

<sup>304</sup> PINTO, Francisco Eduardo. **Op.cit.**, p. 54.

<sup>305</sup> INVENTÁRIO post-mortem do coronel Pamplona, fl.13. AHET/IPHAN-MG/SJDR. CAIXA 100. *apud* AMANTINO, Márcia. **Op. cit.**, p. 55.

Foi nessa comarca que adquiriu terras, tornando-se proprietário de duas grandes fazendas nos arredores do arraial de Lagoa Dourada: Capote e Mendanha<sup>306</sup>. Além de suas fazendas em Lagoa Dourada, Pamplona ainda teria arrematado para seus filhos mais oito sesmarias nas entradas que fez para o sertão entre 1765 e 1769 e que formavam um verdadeiro latifúndio. Pamplona teria distribuído essas terras entre seus filhos e genro, colocando uma sesmaria para cada um deles, mas no final ele acabava sendo o grande administrador de todo esse patrimônio, já que suas filhas estavam reclusas e seus filhos andavam sob suas ordens. Essas propriedades totalizavam aproximadamente 80.586 hectares de terras no oeste de Minas<sup>307</sup>. Além disso seu patrimônio correspondia a 104.000 hectares aproximadamente, o que representa uma área maior do que uma boa centena de municípios mineiros atuais<sup>308</sup>. Ao que parece, Pamplona descumprira uma obrigação definida pela legislação da época e não teria demarcado nem medido suas terras, já adotando uma estratégia muito utilizada no período “para manter a gleba indefinida e com isso avançar sobre as posses dos mais fracos”<sup>309</sup>.

Pamplona foi figura emblemática e paradoxal para o processo civilizatório do sertão da Comarca do Rio das Mortes e a “distribuição de suas terras em sesmarias”. Em 18 de agosto de 1769, a pedido do governador José Luis de Meneses Castelo Branco, o conde de Valadares teria iniciado as marchas para o sertão, rumo ao oeste mineiro, saindo de sua fazenda no capote, “acompanhado por 13 cavaleiros, uns que o acompanhavam para o sertão e outros até certa altura por amizade”. Também estava acompanhado por 58 escravos seus, todos com armas de espingardas, clavinhas, facões, patrona, pólvora e chumbo e ainda contavam com 53 bestas de carga, com comestíveis e bebidas de várias qualidades.<sup>310</sup> Ao longo do caminho, novos grupos de pessoas iam se incorporando à comitiva e, conseqüentemente, aumentando o número de homens.

---

<sup>306</sup> Sobre essas duas fazendas temos algumas informações a partir do seu testamento. Em 1805 Pamplona contava com uma fazenda de Mendanha com “765 cabeças de gado vacum, cavalari, muar, ovino e 61 escravos e ainda declarava em seu testamento a posse de mais 18 cativos em sua chácara em São João Del Rey”. Já a Fazenda do Capote teria ficado sobre a posse da família até o ano de 1855, quando foi avaliada pela morte de seu neto. Sua outra fazenda, Mendanha, vendida em 1814 de portas fechadas após sua morte por 19:558\$200 é assim descrita: “terras de cultura em capoeiras e algum mato virgem, campos de criar e pastos fechados por valos (ilegível) próprios em casas de residência térreas e de sobrado, capela de pedra, dois engenhos correntes de moer cana, um de água e outro de bois com os utensílios da fábrica, um paiol, dois moinhos, um monjolo, senzalas, tudo coberto de telhas, currais de pedra, pomares, horta e tudo o mais de oficinas (ilegíveis) pertencentes da mesma fazenda que confronta a leste com a fazenda do capote”.

<sup>307</sup> PINTO, Francisco Eduardo. *Op.cit.*, p. 87.

<sup>308</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves Resende. **Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases**. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MLCResende.pdf>>

<sup>309</sup> Idem, p. 58.

<sup>310</sup> Notícias, p. 123



A região explorada por Pamplona não era de todo desconhecida. A Coroa portuguesa já teria feito investidas na região na primeira metade do século XVIII, por volta de 1737, e já passava por ali a Picada de Goiás; no entanto, a região foi posteriormente abandonada devido a ataques de índios Caiapós e quilombolas. Ainda em 1740 e 1760 tropas foram enviadas, custeadas pelo governo da capitania, para destruição dos quilombos que lá existiam. Mas, como nos aponta Waldemar Barbosa, o controle sobre a região só teve lugar após as investidas de Pamplona.

A região do sertão Oeste mineiro estava compreendida numa estrutura que remete ao ecossistema do Cerrado e que possui, portanto, características específicas a este tipo de vegetação. Entretanto, determinadas sub-áreas, devido à formação do solo e a presença maior de reservas de água, tiveram facilitada a formação de ilhas de matas mais ou menos fechadas. Estas áreas eram assim, os locais escolhidos pelos quilombolas para viverem, não somente em função de servirem de esconderijos, mas também porque era ali que estavam os solos mais férteis para a agricultura e era maior a concentração de animais próprios à caça<sup>311</sup>.

Quando Pamplona iniciou sua jornada para o sertão, a fase das grandes campanhas militares envolvendo 300 a 400 homens contra índios e quilombolas já estava encerrada. No final de 1769, ele marchara com 200 homens, entre brancos e escravos, em uma região que já estava pacificada; os quilombos já haviam sido destruídos e os índios já haviam sido dizimados ou afugentados para o interior, mas nem por isso o sertão deixava de ser uma ameaça e nem de apresentar seus riscos.

É no relato de sua campanha no sertão que podemos perceber as contribuições de Pamplona para

incorporar o território ao domínio da autoridade régia, disciplinar os brancos que já estavam ali instalados pelos caminhos de entrada, impedir o surgimento de novos quilombos, atacar os pequenos que se encontrassem, erigir arraiais e capelas, abrir novos caminhos, construir pontes, pesquisar minerais preciosos e, sobretudo, distribuir as férteis terras em sesmarias<sup>312</sup>.

Como vimos, essas expedições ou conquistas eram entregues a homens de confiança das autoridades, do Rei ou de seus governadores que, principalmente, tivessem riquezas suficientes para conseguir bancá-las. Eram financiadas muitas vezes com recursos próprios ou com a ajuda de recursos de um grupo de senhores e aqueles que tivessem maior coragem, riqueza e prestígio para empreendê-las assumiriam seu comando. Em troca dos seus serviços

---

<sup>311</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. **A invenção das Minas Gerais**: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008, p. 159.

<sup>312</sup> PINTO, Francisco Eduardo. **Op.cit.** p. 60

prestados pelo sertão, o Rei agraciava esses súditos com uma série de mercês, entre elas o direito de posse sobre as terras conquistadas. Pamplona recebeu do Rei a nomeação de sesmeiro, o que lhe dava a oportunidade tanto de receber como de doar sesmarias, lembrando que só ele teria distribuído mais de “cento e tantas sesmarias” na região. Era um “típico potentado do sertão e aqueles que o acompanharam sertão adentro passavam a fazer parte da sua parentela, da sua família, do seu patriarcado”. Tornar-se um sesmeiro e distribuir terras era um grande serviço prestado e denominava um a enorme prestígio e poder.

O objetivo da jornada de 1769 era combater quilombolas que ainda existissem e garantir a ocupação do território. A medida que avançavam sertão adentro também resolviam os conflitos que, diante do isolamento das pessoas, não conseguiram ser resolvidos pelas autoridades competentes e há relatos interessantes dessas investidas. Conta-se que nos arredores da capela de Oliveira ao dito mestre de campo “acudiram várias pessoas, por causa de suas dúvidas, a quem o Senhor mestre de campo debateu com algumas persuasões de que se seguiu o ficarem muitos em paz”<sup>313</sup>. E ainda, que em 28 de agosto, nas estancias de São Simão, a três léguas do Rio São Francisco, “se ajuntaram muitas e diversas pessoas, a fazerem queixas uns dos outros, por respeito de terras, e mais trapaças, que se contaram em uma ocasião a mesa 87 pessoas brancas fora a mais paragem e negraria em quantidade”. E continuam os relatos afirmando que, de todos os lugares,

o arraial do São Bento do Tamanduá, última povoação de tamanho considerável antes do sertão, parecia ser um caldeirão de desavenças: aqui entram logo a ferver os requerimentos, as bulhas, as queixas e as controvérsias em tanta variedade que pareciam um labirinto, de sorte que em 24 horas, mal teve sossego para comer um bocado apressadamente e dormir duas horas, porque o povo era muito, as duvidas muito mais, e o senhor mestre de campo via-se perplexo, porque a todos queria satisfazer, a todos queria aquietar e pôr em paz.<sup>314</sup>

Também coube a Pamplona e seus homens a missão de ampliar os caminhos da antiga Picada de Goiás, visando construir uma ponte sobre o Rio São Francisco; sobre essa passagem, é bem provável que a ponte construída pelo mestre de campo tenha sido uma das primeiras pontes sobre o Rio, visto que em muitas partes as travessias pelo rio eram feitas em canoas. Tratava-se de uma obra de tamanho admirável, com extensão de trezentos e tantos planos de comprimento, sessenta e tantos de altura, desde o lume d’agua até à estiva”<sup>315</sup>

---

<sup>313</sup> Notícias. p.78

<sup>314</sup> Notícias. p.76

<sup>315</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Op.cit.**, p.66.

A missão também teria a função de erigir novos arraiais, necessários para a fixação dos homens no sertão, o que geralmente se dava com a construção de uma capela. Atravessando o Rio São Francisco a comitiva teria construído “uma matriz feita de novo no novo arraial de Santa Ana de Bambuí, em distância grande. Depois de subir a serra de Marcela, outro arraial da Senhora da Conceição, passando outra distância que diz o Diário nas léguas, outro arraial demarcado de Santa Maria de Cortona do Salitre”<sup>316</sup>, formado muitas vezes por gente pobre e desprezada por fazendeiros.

Também havia nas expedições ao sertão a busca por metais preciosos e jazidas, que mesmo com o esgotamento das antigas áreas de exploração aurífera continuava a ser um desejo permanente a ser alcançado pelas expedições. Em 17 de setembro, “entrou o senhor mestre de campo a distribuir a gente da comitiva, a metade para fazerem em todos os córregos e ribeirões circunvizinhos miúdos exames dos socavões e buracos até o centro dos seus cascalhos e piçarra, para se perceber se havia algumas mostras de ouro”<sup>317</sup>. No entanto, diante da falta de esperanças em encontrar novas jazidas, os mesmos homens trataram logo de dar início ao cultivo das novas terras descobertas e “com a outra metade da gente foi o senhor mestre de campo roçar, queimar e coivar a terra para plantar milho, andando todo o dia ao sol, trabalhando e lidando e fazendo assim da mesma sorte, fazendo trabalhar mais, em cujo violento exercício suou neste dia 3 camisas”<sup>318</sup>.

Toda essa caminhada até os sertões resultou em um importante trabalho cartográfico, que foi o “Mapa da Conquista do mestre de campo, regente, chefe da Legião Inácio Correa Pamplona”<sup>319</sup>, de autoria do escrivão Manoel Ribeiro Guimarães, e que data o ano de 1784, em que podemos perceber também uma descrição dos pontos geográficos que demarcavam a antiga Picada de Goiás, descrevendo todo o percurso com pontos geográfico e distâncias em léguas. Ainda foi narrado todos os quilombos encontrados e descritos no mapa sete deles, o que “permitia as autoridades da época entender sua organização social, estruturas econômicas e de defesa, elementos importantes para que fossem pensadas as estratégias de controle e destruição do que consideravam verdadeiras pragas”<sup>320</sup>.

Pamplona teria falecido anos depois e em seu testamento podemos perceber que as despesas com a sua morte chegaram a 255\$212 réis. Ele foi sepultado dentro da capela mor da igreja da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Vila de São João Del Rey, já que era irmão

---

<sup>316</sup>Notícias.p.85.

<sup>317</sup> Notícias. p.89.

<sup>318</sup>Notícias.p.102.

<sup>319</sup>PINTO, Francisco Eduardo.**Op.cit.**, p.66.

<sup>320</sup> Idem. p.114.

terceiro da mesma ordem. Foi acompanhado pelos “irmãos do Carmo, do Santíssimo Sacramento, de São Miguel e Almas, do Senhor dos Passos e da Senhora da boa morte e por mais trinta e dois reverendos sacerdotes”.<sup>321</sup>

Com tudo isso podemos perceber que as entradas do mestre de campo Inácio Correa Pamplona contribuíram para o povoamento da região, embora esse processo ainda fosse se estender por muitos anos. A atuação dos mestres de campo nos sertões das Minas demonstra uma característica importante da patente, que era o alto grau de deslocamento que proporciona e, conseqüentemente, o conhecimento do território que estes homens iam adquirindo ao longo dessas investidas. É notória a colaboração dos mestres de campo em fornecer informações úteis para a Coroa Portuguesa no que diz respeito ao território. A afirmação do Marquês de Lavradio de que usou das informações passadas pelos mestres de campo sobre a quantidade de portos e embarcações, ou sobre os rios que cobriam o território, nos dá um bom indicativo da importância do conhecimento produzido por estes oficiais sobre o território colonial. Além disso, muitos elaboravam mapas sobre os caminhos pelos quais passavam, contribuindo para a identificação e posterior controle sobre as regiões.

Os mestres de campo tiveram destacado papel no paulatino controle que a monarquia portuguesa foi adquirindo sobre o território. Nesse sentido, não é de se estranhar que conseguissem arrebanhar tantas graças e concessões as mais diversas da coroa. Na atuação destes oficiais e em sua relação com as autoridades régias, evidencia-se muito claramente a lógica da economia do dom que orientava todo o funcionamento da monarquia portuguesa do Antigo Regime. Nas palavras de António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, já tantas vezes reproduzidas, na sociedade do Antigo Regime: “a actividade de dar (a liberalidade, a graça) integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir (...). Estes actos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas”<sup>322</sup>.

---

<sup>321</sup>PINTO, Francisco Eduardo. **Op.cit.**.p. 45

<sup>322</sup>HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p.340.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesse trabalho entender o que significava ser um mestre de campo na sociedade mineira setecentista, bem como demonstrar a importância da posse de patentes militares para a composição das elites coloniais. Para atender a esses objetivos procuramos realizar uma análise do perfil dos indivíduos aos quais estavam designados o comando dos terços.

Como vimos, tal patente era muito procurada pelos homens que conseguiam se destacar nesse período como uma oportunidade para ampliar seu poder, status e prestígio nessa sociedade. Eram oficiais aos quais seria imprescindível o poder de mando, para controlar as revoltas internas, participar da defesa, conquistar novos territórios, arrecadar os quintos e empreender qualquer ação que lhe fossem solicitadas pelo Rei. Buscavam participar da vida econômica e política das suas localidades à custa de sua vida, fazenda e escravos. Também com suas ações visavam integrar-se nos mais variados polos de poder e na consolidação de posições privilegiadas que implicassem ter status e reconhecimento local. Através dos serviços prestados à monarquia, conseguiam ampliar suas posses de terras e escravos, angariar títulos e alcançar o exercício de cargos políticos. Desse modo, ampliavam suas redes de relacionamento e conquistavam verdadeiro poder nas Minas setecentistas.

Na segunda parte do trabalho, buscamos ressaltar apresentar o maior número possível de informações que permitissem caracterizar esse grupo. Importante ressaltar o amplo conhecimento sobre o território que esses homens alcançavam ao longo dos anos. Muitos eram Familiares do Santo Ofício, oficiais de milícias e sertanistas e, com isso, adquiriam grande conhecimento sobre o território.

Uma das primeiras conclusões a que chegamos foi que a presença da patente de mestre de campo nas Minas teve maior concentração na primeira metade do século XVIII e que a sua presença nessa região foi anterior à descoberta do ouro. Por isso mesmo, os mestres de campo tiveram destacado papel no início da descoberta do ouro, conseguindo construir uma identidade e um reconhecimento social de que faziam parte dos primeiros povoadores e conquistadores da região, muitos deles tornando-se grandes potentados. Embora concentrados em maior escala na primeira metade do século XVIII, sua capacidade de mando, poder de negociação com a Coroa e domínio sobre os territórios por eles comandados vinculou-se a patente até a segunda metade do século, como vimos no caso do mestre de campo Inácio Correa Pamplona.

Também ficou claro que esse grupo tinha um grande conhecimento sobre suas possibilidades de ação e negociação, o que os colocava numa posição em que ora colaboravam com a Coroa, ora visavam atender aos seus interesses pessoais. Muitos mestres de campo entraram em conflito com a Coroa Portuguesa e com suas autoridades representativas na América como os governadores, a respeito, por exemplo, de assuntos ligados a fiscalidade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que auxiliavam na arrecadação dos quintos também sabiam desviá-lo quando lhes interessava. Ao mesmo tempo em que reprimiam as revoltas garantindo a paz para os domínios do Rei, também entravam em conflito com as autoridades quando seu poder de mando era ameaçado.

Formavam um grupo muito heterogêneo. Alguns construíram carreira na colônia, ao passo que outros já vinham para a América depois de atuarem em diversas batalhas. Quase todos conquistaram sesmarias, exploraram o ouro e armavam seus escravos para protegerem a si, a outros poderosos e para executarem serviços para o Rei. Nas Minas podemos perceber que esse grupo assumiu características específicas, como o fato de estarem presentes também nas tropas de ordenanças, fato que não havia sido mencionado pela historiografia sobre o tema para outras regiões e que, embora não tenhamos encontrado resultados conclusivos para essa assertiva, já nos permite perceber que as configurações se alteravam do reino para o ultramar, mas também de capitania para capitania, o que reforça a percepção da complexidade da organização militar nas Minas.

Finalmente, procuramos enfatizar o caráter sertanista de muitos dos indivíduos providos com essa patente. Como vimos, muitos mestres de campo tiveram sua história marcada pela atuação nos sertões nas Minas e, ao marcharem junto com os homens sobre seu comando para o interior, muitas vezes às custas de sua fazenda e escravos, ampliaram o território português, garantindo que sua jurisdição chegasse aos confins da colônia. Estavam na maioria das vezes atuando na caça e combate a índios e quilombolas, controlando os ânimos da população, prendendo grandes poderosos e facinorosos, e cuidando do comércio, da arrematação, dos contratos. Aqui também podemos perceber que alguns mestres de campo receberam a patente para executarem tarefas e jornadas específicas para o sertão, ao passo que outros recebiam a patente após findada sua expedição. Percebemos também uma característica importante desse grupo: eram homens acostumados à guerra brasileira, ao trato com os índios e à incorporação das suas táticas como estratégia bem-sucedida de guerra. Suas atuações como sertanistas mostram que esses mestres de campo foram importantes para concretizar o processo de ocupação do território, combatendo índios e quilombolas e atuando na definição das fronteiras entre as capitanias, fundando vilas e arraiais, distribuindo as terras descobertas.

Por fim, percebemos que todos os mestres de campo dessa pesquisa solicitaram e ou receberam a patente nas Minas, o que denota que o espaço colonial se abria como um horizonte importante na obtenção de patentes e títulos mais elevados, o que acabava por favorecer sua distinção social frente aos demais setores sociais e reforçar o caráter tão marcadamente hierarquizado da sociedade que se formou nas Minas do século XVIII.

## **FONTES**

### **Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) – Projeto Resgate Minas Gerais**

- Requerimento de António do Rego da Silva, mestre de campo dos Auxiliares do Distrito de Vila Nova da Rainha, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

- Requerimento de David Borges da Cunha, mestre de campo do terço das Ordenanças de Vila Nova de Rainha, solicitando a mercê de o confirmar na serventia do referido posto.

- Carta de D.Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais , dando seu parecer sobre a confirmação da patente de mestre de campo a Estevão Pinto.

- Requerimento de Francisco Alexandrino, mestre de campo do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do termo de Vila Rica, solicitando a D. José I a Mercê do o confirmar no exercício do referido cargo.

- Requerimento de Francisco Ferreira de Sá, mestre de campo do distrito de Guarapiranga, solicitando a D. João V a mercê de o confirmar na serventia do referido posto.

- Requerimento de Joaquim Pereira da Silva pedindo carta patente de confirmação do posto de mestre de campo do terço de infantaria auxiliar dos homens pardos e libertos , do termo de Vila de São José do Rio das Mortes.

- Carta de Tomás Roby de Barros Barreto, intendente dos diamantes, para D José I, dando notícias sobre os roubos praticados pelos contrabandistas de diamantes no rio Jequitinhonha e enviando as cartas dos mestres de campo Pedro Leonino Maris e José do Rego Leal, relatando os acontecimentos.

- Requerimento de José de Moraes Cabral, tenente de Dragões, de Minas Gerais, solicitando a mercê de não ser obrigado a repor as ajudas de custo visto ser um oficial pobre.

- Requerimento de José de Moraes Cabral, tenente de Dragões, solicitando a cópia da ordem com que foi provido no seu cargo.

- Requerimento de José de Moraes Cabral, capitão dos Dragões das Minas, de uma das Companhias de Minas, solicitando a mercê de o prover na serventia do referido posto.

- Carta de André de Melo e Castro, capitão geral da capitania de Minas, informando com o seu parecer , a D. João v sobre a petição do capitão José de Moraes Cabral, na qual solicitava o posto de mestre de campo da referida capitania.



- Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de José de Morais Cabral, capitão de Dragões, onde pede patente de mestre de campo.

- Carta de Domingos da Silva, provedor da Fazenda Real das Minas, para D. João V, sobre os 3 mil cruzados que o governador daquela capitania, Martinho de Mendonça e Pina e Proença, mandou entregar ao capitão José de Morais Cabral e sobre as ajudas de custo também para o mesmo capitão e outros oficiais.

- Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo, solicitando que lhe seja passado o traslado de sua patente. OBS: tem passado o traslado requerido.

- Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo do terço Auxiliar do distrito da Vila Nova de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, pedindo a D. João V sua confirmação no exercício do referido cargo.

- Requerimento de Jose Rebelo Perdigão, solicitando a mercê de uma comenda de 200 mil reis, com o Habito de Cristo, e a Alcaidaria-mor de Vila Rica. Obs: Tem um processo.

- Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo dos Auxiliares, na Vila do Carmo, solicitando certidão do registro da carta patente que o nomeia no dito cargo. Embaixo: a referida certidão

- Requerimento de José Rebelo Perdigão, mestre de campo há 25 anos na Comarca de Vila Rica, pedindo sua conservação no dito posto e a continuação do exercício e regalias usufruídas.

- Carta de José Rodrigues de Oliveira, dirigida a um destinatário não identificado, informando das medidas consideradas pertinentes no sentido de controlar e regularizar a Extração e comercialização de Diamantes no Brasil.

- Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, mestre de campo da Cavalaria dos Dragões da Guarnição das Minas, solicitando que se lhe pague o seu soldo desde o dia de seu embarque para a referida capitania.

- Consulta do Conselho Ultramarino sobre o pedido formulado por José Rodrigues de Oliveira, Mestre da Companhia de cavalaria de Dragões da Guarnição das Minas, no sentido de se lhe conceder o seu soldo desde o dia do seu embarque para a dita capitania.

- Requerimento de José Rodrigues de Oliveira, mestre de campo da Cavalaria dos Dragões, pedindo a confirmação de meia légua de terra, na Capitania das Minas, dada pelo Conde de Galveias, André de Melo e Castro, governador das ditas Minas Gerais.

- Carta de Manuel da Fonseca de Azevedo, secretário do governo das Minas, participando a afluência de grande número de pessoas a Minas Gerais e as desordens causadas por tal situação, principalmente na Comarca de Ouro Preto. Local: Vila Rica

- Requerimento de Manuel da Fonseca de Azevedo, mestre de campo do Terço da Ordenança da Comarca de Ouro Preto, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

- Requerimento de Manuel da Fonseca de Azevedo, solicitando D João V a mercê de mandar que se lhe tire residência do tempo em que serviu o cargo de secretário de governo das Minas de Ouro Preto.

- Requerimento de Manuel da Fonseca de Azevedo, que servia no posto de secretário do governo das Minas Gerais, solicitando a D. João V a mercê de ordenar se lhe tire a residência.

- Carta de D. Pedro de Almeida e Portugal, governador e capitão geral de São Paulo e Minas, para D. João V, informando sobre os maus procedimentos de Manuel Nunes Vianna, que dera início a uma sublevação. Local: Vila do Carmo

- Requerimento de Manuel Nunes Viana, solicitando a carta de propriedade de ofício de escrivão da Ouvidoria do Rio das Velhas, sem Habilitação de gênero por estar habilitado a receber o Hábito da Ordem de Cristo.

- Parecer do Conselho Ultramarino, sobre as remunerações dos serviços de Manuel Nunes Vianna, mestre de campo, e do suplicante (não identificado) que serve no segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da Comarca do Serro Frio.

- Requerimento de Manuel Teixeira Fazenda, solicitando a confirmação da patente do posto de mestre de campo dos auxiliares do distrito de Pirapetinga, termo da Vila de Nossa Senhora do Carmo.

- Requerimento de Pedro da Fonseca Neves, mestre de campo do Terço dos Auxiliares da Vila do Pitangui, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

### **Arquivo Público Mineiro/ Seção Colonial**

SC-01: 1605 - 1799

SC-02: 1605 - 1753

SC-07: 1710 - 1713

SC-08: 1711 - 1713

SC-09: 1713 - 1717

SC-12: 1717 - 1721  
SC-15: 1719 - 1734  
SC-17: 1720 - 1731  
SC-21: 1721 - 1725  
SC-26: 1723 - 1725  
SC-28: 1725 - 1728  
SC-30: 1725 - 1733  
SC-31: 1728 - 1733  
SC-34: 1732 - 1734  
SC-43: 1733 - 1752  
SC-49: 1735 - 1739  
SC-74: 1739 - 1745  
SC-88: 1745 - 1754  
SC-104: 1752 - 1772  
SC-114: 1754 - 1763  
SC-144: 1764 - 1770  
SC-161: 1768 - 1769  
SC-168: 1769  
SC-173: 1769 - 1775  
SC-174: 1769 - 1787  
SC-210: 1775 – 1777  
SC-217: 1777 - 1781

### **Anais da Biblioteca Nacional**

**Notícias diária** e individual das marchas, e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correa Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc.etc.etc. In: Anais da Biblioteca Nacional. Notícias. In: Anais da Biblioteca Nacional, v. 108, 1988.

### **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

“Relatório do Marquês do Lavradio”. In: RIHGB, tomo IV:409-486, 1842.

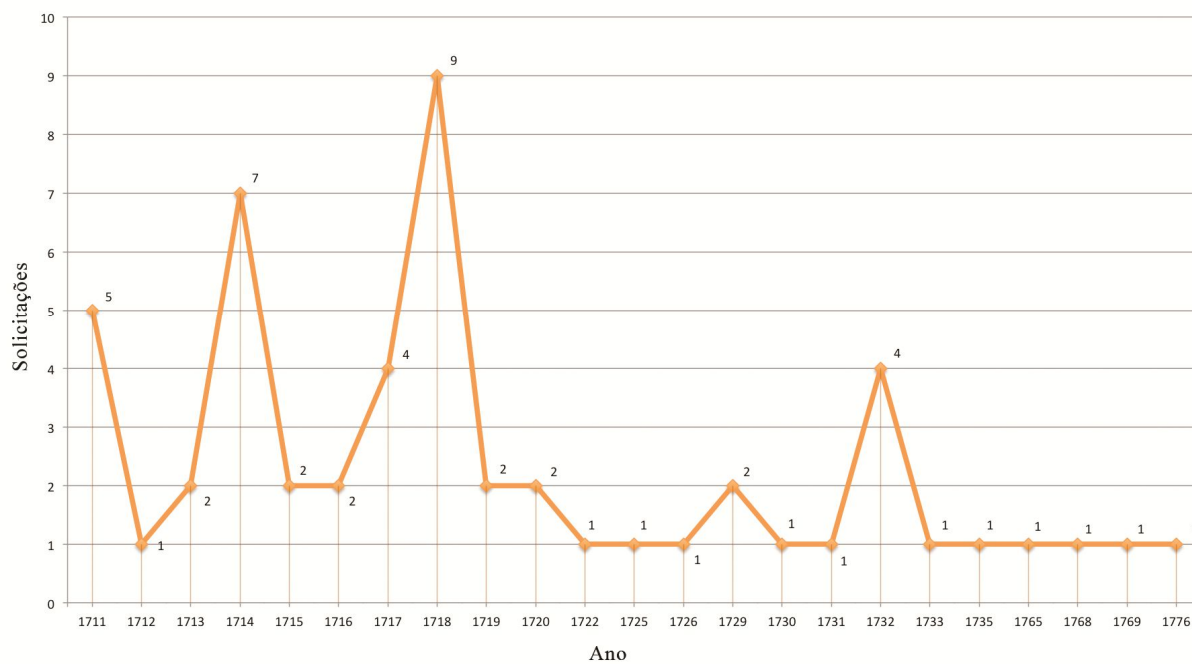
## ANEXOS

**ANEXO I: Tabela dos nomes e nomeações dos mestres de campo nas Minas Setecentistas**

<b>Nome</b>	<b>Ano</b>
Agostinho Dias Dos Santos	1732
Amaro Borges Vidal	1719
André Gomes Ferreira	1717
Antônio do Prado da Cunha	1714
Antônio do Rego da Silva	1722
Antônio Pinto Magalhães	1718
Antônio Ramos dos Reis	1732
Antônio Raposo da Silveira	1717
Atanásio de Cerqueira Brandão	1725
Brás Esteves Leme	1715
Damião da Silveira	1713
Damião de Oliveira e Souza	1711
David Borges da Cunha	1732
Domingos da Silva Bueno	Não se aplica
Domingos de Freitas do Amaral	1718
Domingos do Couto	1718
Domingos Ferreira Pinto	1711
Domingos Pimenta	1719
Estevão Pinto de Andrade	1718
Faustino Rebelo Barbosa	1718
Francisco Alexandrino	1768
Francisco Ferreira de Sá	1718
Gerônimo Pereira da Fonseca	1716
Ignácio Correia Pamplona	1769
João Carvalho da Silveira	1715
João de Azevedo e Carvalho	1714
João de Castro Soltomaior	1716

Nome	Ano
João Ferreira Feio	1731
João Henriques de Alvarenga	1718
Joaquim Pereira da Silva	1776
José Alvez Maciel	1714
José de Morais Cabral	1735
José do Rego Leal	1765
José Pinto dos Reis	1714
Jose Quaresma Franco	1718
José Rebello Perdigão	1712
José Rodrigues de Oliveira	1729
Lucas e Freitas de Azevedo	1717
Manuel Correa da Silva	1729
Manuel da Silva Rosa	1719
Manuel de Fonseca (Afonseca) de Azevedo	1726
Manuel Gomes da Silva	1721
Manuel Gonçalves Loureiro	1731
Manuel Nunes Viana	1719
Manuel Pereira e Castro	1714
Manuel Rois Soares	1715
Manuel Teixeira Fazenda	1716
Mathias Barbosa da Silva	1733
Pascoal da Silva Guimarães	1711
Pedro da Fonseca Neves	1726
Pedro Leonino Mariz	1730
Sebastião Pereira Aguilar	1711
Ventura Ferreira Vivaz	1714

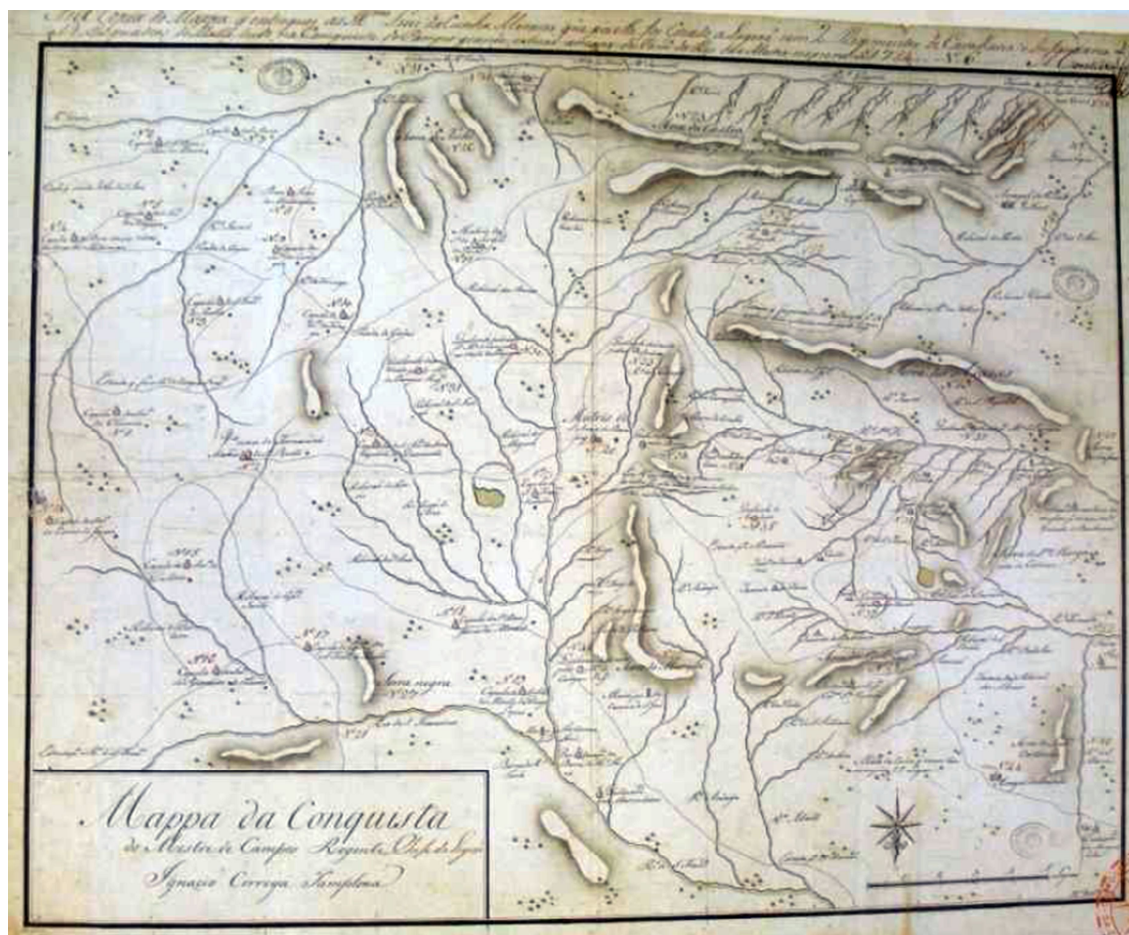
Fonte: Cartas patentes presentes no Arquivo Publico Mineiro e nos requerimentos de confirmação de patente do AHU.

**ANEXO II: Gráfico das solicitações de patente de mestre de campo**

**ANEXO III: Mapa do sertão do Campo Grande**

---

**Fonte:** AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras:** os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001, p.39.

**ANEXO IV: Mapa da conquista do mestre de campo Inácio Correa Pamplona**

Mapa da Conquista do mestre de campo regente, Inácio Correa Pamplona (cerca de 1784). COSTA et al. Cartografia das Minas Gerais, 2002. Fonte: PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 42.



**ANEXO V: Tabela com o numero das Entradas nas Minas****Quadro I - Entradas – (1710-1808)**

<b>Ano</b>	<b>Número de Entradas</b>
1710-1720	4
1720-1730	4
1730-1740	7
1740-1750	2
1750-1760	3
1760-1770	26
1770-1780	20
1780-1790	17
1790-1800	4
1800-1808	6
<b>Total</b>	<b>93</b>

Fonte: RESENDE, Maria Leônia Chaves Resende. Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases. Disponível em:  
<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MLCResende.pdf>

## BIBLIOGRAFIA

ALLENDE, Isabel. **Inés de minha alma**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AMARAL, Luis. **Índices dos processos de habilitação para Familiar do Santo Ofício da Inquisição**. Lisboa: Edição de Publicações Multimédia Lda, 2007.

ANDRADE, Francisco Eduardo. **A Invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo Araujo. A Nova Guerra, a guerra brasílica e a guerra dos sertões: uma nova perspectiva sobre a guerra dos bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BARRETO, Adriana. A metamorfose de um militar em nobre: a trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino. **Revista Tempo**, v. 12, n. 24, Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 3 out. 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. **Habilitações nas Ordens Militares: séculos XVII a XIX**. Ordem de Cristo. Vol. I. Lisboa: Edição de Publicações Multimédia Lda, 2007.

\_\_\_\_\_. **Habilitações nas Ordens Militares: Séculos XVII a XIX**. Ordem de Cristo. Vol. II. Lisboa: Edição de Publicações Multimédia Lda, 2007.

BRANDÃO, Michele. **Forjando o status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2009.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Volume III. Século XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de mineiros**. “De como meter as Minas em uma moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693 a 1737. São Paulo: USP, 2002.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e plebeus. In: HESPANHA, Antônio Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões**: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

\_\_\_\_\_. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. v. 3, n. 6, out./nov. 2002.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”**: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FILHO, Jorge da Cunha Pereira. **Tropas Militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX**. In: Boletim do Projeto "Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira". Ano 03, n. 12, 1998.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, n. 15, 2003. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg15-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg15-2.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi. Revista de História**, v. 3, n.5, 2002. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a2.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a2.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2016.

GENEROSO, Soraya. A nova guerra, a guerra brasileira e a guerra dos sertões: uma nova perspectiva sobre a guerra dos bárbaros. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, Set/out. 2008. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **O Muro do Demônio**: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

GOMES, José Eudes. **As milícias Del Rey**: as tropas militares e poder no Ceará setecentistas. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GREENE, Jack. Negotiated Authorities: the problem of governance in the extended polities of the early modern Atlantic world. In: **Negotiated authorities**. Essays in colonial political and constitutional history. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

\_\_\_\_\_. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LOUREIRO, Marcello. **A gestão no Labirinto**: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a formação da política lusa para a Prata (1640-1705). Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MAXWELL, Kenneth. Guerra e Império. In: \_\_\_\_\_. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MELLO. Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os conselhos e as comunidades. In: HESPANHA, António M. (Org.). **História de Portugal**: o Antigo Regime. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

MOREIRA, Luiz Guilherme S. **Navegar, lutar, pedir e receber**: o perfil e as concorrências dos capitães de fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_; LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil, estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PARKER, Geoffrey. **The Army of Flanders and the Spanish Road**. Cambridge: University of Cambridge, 1972.

\_\_\_\_\_. **The Military Revolution**: military innovation and the rise of the West (1500 – 1800). Cambridge: University of Cambridge, 1988.

POSSAMAI, Paulo César. O recrutamento militar na América Portuguesa: o esforço conjunto para defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). **Revista de História do departamento de História da USP**, n. 151, 2º semestre de 2004, p.p. 151-80.

PUNTONI, Pedro. **A arte da guerra no Brasil**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. A Guerra dos Bárbaros (Brasil, 1650-1720). In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

RICÚPERO, Rodrigo M. Honras e mercês: a criação do governo Geral e a formação de elite colonial. **Anais do Simpósio Regional da ANPUH**, São Paulo, 2002.

RUSSEL WOOD, A.J.R. Centro e periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, v.18, n.36, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

SALES, Izabella Fátima Oliveira de. **Difusão, status social e controle de armas na Mariana setecentista (1707-1736)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

SALGADO, Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucáde; Frágoso, João; ALMEIDA, C.M.C. **Conquistadores e negociantes** – história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus juízes. 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. A reforma nas tropas auxiliares da capitania da Paraíba (1750-1777). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SOUZA, Adriana Barreto de. A metamorfose de um militar em nobre: trajetória, estratégia e ascensão social no Rio de Janeiro Joanino. **Revista Tempo**, v. 12, n. 24, Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042008000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 4 jun. 2016.

SOUZA, Cristiano de Almeida. **Os membros da ordem terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica**. Prestígio e poder nas Minas (século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

THOMPSON, I. A. A. **War and government in Habsburg Spain**. London: Athlone Press, 1976.

WEHLING, Arno. A pesquisa de história militar brasileira. **Revista da cultura**, ano I, n. 1, jan./jul., 2001, Rio de Janeiro: Exército Brasileiro.